

INSTITUTO FEDERAL
Sul-rio-grandense
Câmpus Pelotas



PROEN
Pró-Reitoria
de Ensino

Licenciatura em História

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Sapiranga, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Reitoria

Flávio Luis Barbosa Nunes
Reitor

Veridiana Krolow Bosenbecker
Vice-reitora

Rodrigo Nascimento da Silva
Pró-reitor de Ensino

Leonardo Betemps Kontz
Diretor de Políticas de Ensino e Inclusão

Liliane da Costa Ores
Chefe de Departamento de Gestão de
Assistência Estudantil

Rosane Bom
Chefe de Departamento de Educação
Inclusiva

Jander Luis Fernandes Monks
Chefe de Departamento de Educação a
Distância e Novas Tecnologias

Flávio Edney Macuglia Spanemberg
Coordenador da Coordenadoria de Graduação

Leonice Chaves Vieira
Revisora Pedagógica

Marion Rodrigues Dariz
Revisora Linguística

Mario Renato Chagas Junior
Revisor Técnico

Rosélia Souza de Oliveira
Coordenadora da Coordenadoria de Produção
de Tecnologias Educacionais

Bruna Ferreira Gugliano
Design Instrucional

Ariane da Silva Behling
Natanael Rodrigo Xavier Pires
Design Gráfico e Digital

Câmpus Sapiranga

Marta Helena Blank Tessmann
Direção-Geral do Câmpus Sapiranga

Daiane Bender
Departamento de Administração e de
Planejamento

Valter Lenine Fernandes

Chefe / Diretor do Departamento de Ensino,
Pesquisa e Extensão
Coordenador da Licenciatura em História

Servidoras/os que participaram da construção do PPC

Servidores do Curso

André Luís Borges Lopes

Angelica Neuscharank

Angelita da Rosa

Carla Menegat

Deomar Vilagra Neto

Edilaine Vieira Lopes

Fernando Benvenuto Schaab

Guilherme da Silva Xavier

Juliano Lucas Viero Marques

Leonardo Renner Koppe

Marja Leão Braccini

Marta Helena Blank Tessmann

Mateus de Oliveira Couto

Raquel Martins Fernandes

Ronise Ferreira dos Santos

Valter Lenine Fernandes

Vasco Ricardo Aquino da Silva

Sumário

1. Institucional	7
1.1 Identificação da Instituição	7
1.2 Perfil Institucional	7
1.2.1 Inserção Regional e Nacional	8
1.2.2 Áreas de Atuação	10
1.3 Diretrizes Institucionais	11
1.3.1 Missão	11
1.3.2 Visão	11
1.3.3 Valores	11
1.4 Histórico de implantação e desenvolvimento da Instituição	12
1.5 Organograma Institucional	14
1.5.1 Conselho Superior	14
1.5.2 Reitoria	16
1.5.3 Colégio de Dirigentes	17
1.5.4 Diretorias Sistêmicas	17
1.5.4.1 Diretoria Executiva	17
1.5.4.2 Diretoria de Desenvolvimento Institucional	17
1.5.4.3 Diretoria de Assuntos Internacionais	18
1.5.4.3.1 Núcleo de Idiomas	19
1.5.4.3.2 Instituições Parceiras	19
1.5.4.3.3 Cursos Binacionais	20
1.5.4.4 Diretoria de Tecnologia e Informação	21
1.5.5 Comissões	22
1.5.5.1 CPA	22
1.5.5.2 CPPD	22
1.5.5.3 Comissão de Ética	23
1.5.5.4 Comissão de Ética na utilização de animais	23
1.5.6 Governança	23
2. Câmpus Sapiranga	23
2.1 Apresentação	23
2.2 Endereço de funcionamento	24
2.3 Bases legais de funcionamento	24
2.4 Histórico do Câmpus	24
2.5 Organograma do Câmpus	25
2.5.1 Diretorias e Departamentos	25
2.5.2 Coordenadorias	25
2.5.3 Núcleos	26
3. Curso História	26
3.1 Apresentação	26

3.2 Bases Legais	28
3.3 Histórico do Curso	32
3.4 Justificativa	33
3.4.1 Número de vagas	37
3.4.2 Requisitos de Acesso	37
3.5 Objetivos do Curso	37
3.5.1 Objetivo Geral	37
3.5.2 Objetivos Específicos	38
3.5.3 Público-alvo e Requisitos de Acesso	39
3.6 Perfil Profissional do/a Egresso/a e campo de atuação	40
3.7 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso	42
3.7.1 Articulação das Políticas Institucionais de Ensino, Extensão e Pesquisa	42
3.8 Currículo	42
3.8.1 Estrutura Curricular	42
3.8.2 Fluxos formativos	44
3.8.3 Matriz curricular	44
3.8.4 Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografias	44
3.8.4.1 Educação em Direitos Humanos	44
3.8.4.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena	45
3.8.4.3 Educação Ambiental	45
3.8.4.4 Prevenção e combate a incêndios e desastres	45
3.8.5 Critérios para validação de conhecimentos e experiências profissionais anteriores	45
3.8.6 Prática profissional	45
3.8.13.1 Estágio profissional supervisionado	46
3.8.13.2 Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica	46
3.8.13.4 Estágio não obrigatório	47
3.8.7 Atividades Complementares	47
3.8.8 Trabalho de Conclusão de Curso	48
3.8.9 Metodologia	48
3.9 Política de formação integral do/a estudante	50
3.10 Políticas de inclusão e acessibilidade do estudante	51
3.11 Políticas de apoio ao/a estudante	54
3.12 Formas de implementação das políticas de ensino, extensão pesquisa	54
3.13 Curricularização da extensão e da pesquisa	55
3.14 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	56
3.14.1 Funcionamento das instâncias de deliberação e discussão	57
3.15 Atividades de tutoria	58

3.16 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos processos de ensino e de aprendizagem	59
3.17 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	61
3.18 Materiais didáticos	62
3.19 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	62
3.20 Integração com as redes públicas de ensino	63
3.21 Atividades práticas de ensino para licenciaturas	64
4. Corpo Docente e Tutorial	65
4.1 Núcleo Docente Estruturante	65
4.2 Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso	65
4.3 Equipe Multidisciplinar	67
4.4 Coordenador/a do curso	68
4.4.1 Regime de Trabalho do/a coordenador/a	69
4.4.2 Representatividade nas instâncias superiores	69
4.5 Corpo docente e supervisão pedagógica	69
4.6 Colegiado do curso	71
4.7 Corpo de tutores do curso	72
4.8 Políticas de Interação entre Coordenação de Curso, Corpo Docente e de Tutores	72
5. Corpo técnico-administrativo	72
6. Infraestrutura	73
6.1 Espaços de trabalho	73
7. Referências	73
8. Anexos e Apêndices	76
8.1 Tabela de informações sobre o corpo docente e supervisão pedagógica	76
8.2 Tabela de informações sobre o corpo técnico-administrativo	80
8.3 Ata da reunião que aprova a Implantação da Licenciatura	81
8.4 Regulamento do TCC	81
8.5 Matriz curricular	90
8.6 Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografias	93
COLOCAR NOS APÊNDICES	143
Regulamento de Estágio Profissional Supervisionado	143

1. Institucional

1.1 Identificação da Instituição

Quadro 1 – Identificação do IFSul

Mantenedora: Ministério da Educação	
IES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul	
Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal	
CNPJ: 10.729.992/0001-46	
Endereço: Rua Gonçalves Chaves, nº 3218. Centro - Pelotas/RS - CEP 96015-560	
Fone: (53) 3026-6275	
Site: http://www.ifsul.edu.br/	
E-mail: reitoria@ifsul.edu.br	
Ato Regulatório: Credenciamento	
Tipo de documento: Decreto	Nº Documento: s/n
Data de Publicação: 20/01/1999	
Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
to Regulatório: Recredenciamento	
Tipo de documento: Portaria	Nº documento: 1522
Data de Publicação: 26/12/2016	
Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
CI - Conceito Institucional: 4	Ano: 2016
IGC – Índice Geral de Cursos: 4	Ano: 2019
IGC Contínuo: 3.2738	Ano: 2019

1.2 Perfil Institucional

O IFSul é uma instituição pública e gratuita vinculada ao MEC, com sede e foro na cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul. Criado a partir da transformação do CEFET RS, nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFSul possui natureza jurídica de autarquia, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático- pedagógica e disciplinar.

A administração do IFSul tem como órgãos superiores o CODIR e o CONSUP, cuja estruturação e cujas competências e normas de funcionamento estão organizadas em seu Estatuto. A reitoria e os 14 câmpus do IFSul estão distribuídos pelo estado do Rio Grande do Sul, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Distribuição das unidades do IFSul pelo estado



Segundo a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que reúne dados da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal) para fins de cálculos de indicadores, o IFSul atende um total de 24.369 discentes (ano base 2018), matriculados em cursos nas modalidades presencial e a distância. Também exerce o papel de instituição acreditadora e certificadora de competências profissionais.

1.2.1 Inserção Regional e Nacional

Cobrindo todo o território nacional, a Rede Federal presta um serviço à nação, ao realizar sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo. A Rede Federal se configura hoje como importante estrutura de amplo acesso às conquistas científicas e tecnológicas.

No ano de 2019, a Rede Federal celebrou 110 anos de uma trajetória marcada pela evolução e pelo atendimento das necessidades contemporâneas,

contando com 661 escolas em 578 municípios e mais de um milhão de estudantes matriculados/as em 11.766 cursos.

O IFSul é uma instituição que integra a Rede Federal, conjuntamente a outros 37 Institutos Federais, a 2 Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs), a 25 escolas técnicas vinculadas a Universidades Federais, ao Colégio Pedro II e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Os 14 câmpus do IFSul estão presentes em cinco regiões geográficas intermediárias e em 10 regiões imediatas do Rio Grande do Sul, conforme Quadro 1, elaborado com base nos dados do IBGE.

Quadro 2 – Regiões do estado do Rio Grande do Sul onde o IFSul está presente

Região geográfica intermediária	Região geográfica imediata	Câmpus
Porto Alegre	Porto Alegre	Câmpus Sapucaia do Sul e Câmpus Gravataí
	Novo Hamburgo - São Leopoldo	Câmpus Avançado Novo Hamburgo e Câmpus Sapiranga
	Camaquã	Câmpus Camaquã
	Charqueadas - Triunfo - São Jerônimo	Câmpus Charqueadas
Pelotas	Pelotas	Câmpus Pelotas, Câmpus Pelotas - Visconde da Graça e Câmpus Avançado Jaguarão
	Bagé	Câmpus Bagé
Uruguiana	Santana do Livramento	Câmpus Santana do Livramento
Passo Fundo	Passo Fundo	Câmpus Passo Fundo
Santa Cruz do Sul - Lajeado	Santa Cruz do Sul	Câmpus Venâncio Aires
	Lajeado	Câmpus Lajeado

Além disso, atuando na modalidade de Educação a Distância (EaD), o IFSul amplifica sua área de abrangência dentro do estado do Rio Grande do Sul, ofertando cursos técnicos, superiores e cursos de formação inicial continuada. A Instituição

utiliza, para este fim, além da estrutura dos seus 14 câmpus, a estrutura dos polos da Rede e-Tec Brasil e do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

1.2.2 Áreas de Atuação

O IFSul orienta sua oferta formativa, em todos os seus níveis e modalidades, para a formação e qualificação de cidadãos com vistas à atuação profissional focada no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

O IFSul oferta ensino verticalizado com atuação na Formação Básica, Educação Técnica, Tecnológica e Superior Graduação e Pós-graduação (lato e stricto sensu). O catálogo de cursos ofertados pelo IFSul está disponível no portal da Instituição, no endereço <http://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/campus>.

O desenvolvimento da educação profissional e tecnológica tem como fim prover processos educativos e investigativos voltados à geração e adaptação de soluções às demandas sociais e peculiaridades regionais. Além disso, a instituição representa um papel importante no fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, através das diversas ações desenvolvidas, como os programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, o estímulo à pesquisa aplicada, à produção cultural, ao empreendedorismo, ao cooperativismo e ao desenvolvimento científico e tecnológico, entre outras.

Na busca pelo cumprimento da sua missão institucional, sua atuação é pautada pela indissociabilidade entre **ensino, pesquisa e extensão**, promovendo a articulação como prática acadêmica vinculada ao processo de formação dos/as estudantes e de geração e compartilhamento de conhecimento.

Este processo coloca o/a estudante como protagonista de sua formação, visando ao desenvolvimento de competências, dos conhecimentos necessários à sua formação cidadã e à atuação no mundo do trabalho, permitindo reconhecer-se como agente de transformação social.

1.3 Diretrizes Institucionais

1.3.1 Missão

Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social.

1.3.2 Visão

Ser reconhecido nacionalmente como instituição pública, inclusiva e gratuita, referência na educação profissional, científica e tecnológica, promovendo a inovação e o desenvolvimento regional e atuando como agente de transformação social.

1.3.3 Valores

O IFSul se reconhece como instituição pública, gratuita e laica e se baliza pelos seguintes valores, calcados nos seus princípios previstos no Estatuto:

- **JUSTIÇA SOCIAL, EQUIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:** compromisso com a prática da justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- **PLURALIDADE:** desenvolvimento da cultura do pensar e do fazer, associando-os às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- **EXCELÊNCIA:** verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- **FORMAÇÃO INTEGRAL:** compromisso com a formação humana, com a produção e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos;
- **DIÁLOGO DE SABERES:** organização didático-pedagógica dinâmica e flexível, com enfoque interdisciplinar, privilegiando o diálogo permanente com a realidade local e regional, sem abdicar dos aprofundamentos científicos, tecnológicos e humanísticos;
- **DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO:** compromisso com a educação inclusiva, com a permanência do/a educando/a e com o processo educacional emancipatório; e
- **GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA:** organização administrativa que possibilite aos diversos câmpus, inserirem-se na realidade local e regional, oferecendo suas contribuições.

1.4 Histórico de implantação e desenvolvimento da Instituição

A história da Rede Federal iniciou-se em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 7.566, criou 19 escolas de aprendizes artífices, configurando um marco na educação profissional brasileira. Apresentadas no início como instrumento de política voltada para as "classes desprovidas", essas escolas passaram por diversas transformações de acordo com as mudanças históricas, políticas e culturais ocorridas no país e no mundo.

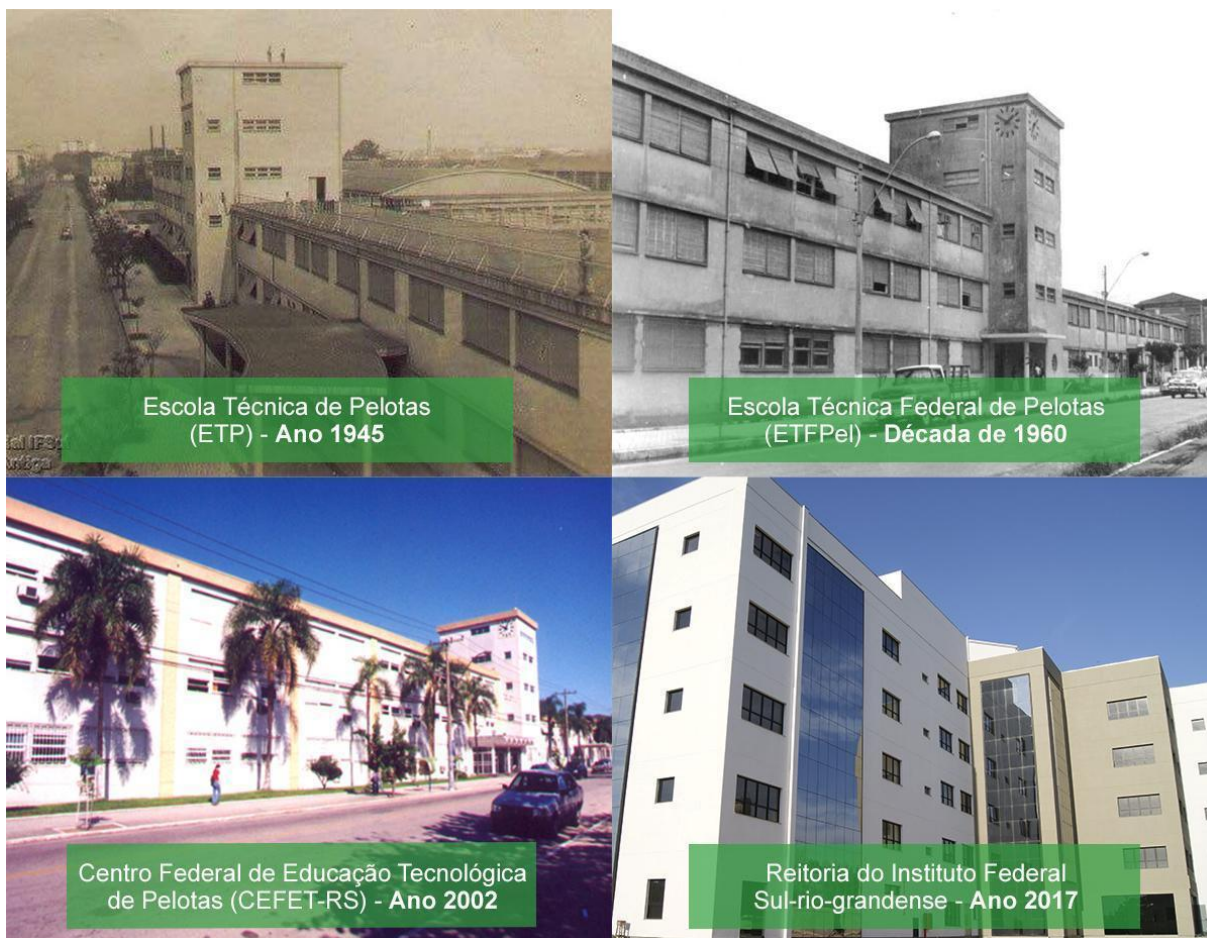
Assim como a Rede Federal, o IFSul tem uma história de transformação que se iniciou muito antes de se tornar um instituto de educação, ciência e tecnologia. Em 07 de julho de 1917, a Bibliotheca Pública Pelotense sediou a assembleia de fundação da Escola de Artes e Ofícios, uma sociedade civil cujo objetivo era oferecer educação profissional para meninos pobres. O prédio foi construído mediante doações da comunidade, em terreno doado pela Intendência Municipal.

Figura 2 – Linha do tempo de evolução da Instituição



As aulas tiveram início em 1930, quando o município assumiu a Escola de Artes e Ofícios e instituiu a Escola Técnico Profissional que, posteriormente, passou a denominar-se Instituto Profissional Técnico e cujos cursos compreendiam grupos de ofícios divididos em seções: Madeira, Metal, Artes Construtivas e Decorativas, Trabalho de Couro e Eletro-Chimica.

Figura 3 – Prédios da Instituição ao longo do tempo



O Instituto Profissional Técnico funcionou por uma década, sendo extinto em 25 de maio de 1940, e seu prédio demolido para a construção da Escola Técnica de Pelotas. Em 1942, por meio do Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro, subscrito pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, foi criada a Escola Técnica de Pelotas (ETP), a primeira e única Instituição do gênero no estado do Rio Grande do Sul. Inaugurada em 11 de outubro de 1943, com a presença do Presidente Getúlio Vargas, começou suas atividades letivas em 1945, com cursos de curta duração (ciclos).

Neste primeiro ciclo do ensino industrial, os cursos estabelecidos foram: de Forja, Serralheria, Fundição, Mecânica de Automóveis, Máquinas e Instalações Elétricas, Aparelhos Elétricos, Telecomunicações, Carpintaria, Artes do Couro, Marcenaria, Alfaiataria, Tipografia e Encadernação.

A partir de 1953, foi oferecido o segundo ciclo da educação profissional, quando foi criado o primeiro curso técnico de Construção de Máquinas e Motores.

Em 1959, a ETP foi caracterizada como autarquia Federal e, em 1965, passou a ser denominada Escola Técnica Federal de Pelotas, adotando a sigla ETFPEL.

Com um papel social muito forte e reconhecidamente destacado na formação de técnicos industriais, a ETFPEL tornou-se uma instituição especializada e referência na oferta de educação profissional de nível médio, formando grande número de alunos nas habilitações de Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Eletromecânica, Telecomunicações, Química e Desenho Industrial.

Neste processo, em 1996, a Instituição ampliou geograficamente sua atuação, com uma unidade descentralizada em Sapucaia do Sul, na região metropolitana de Porto Alegre, para atuar na área de polímeros, atendendo à demanda do polo petroquímico da região.

Em 1999, por meio de Decreto Presidencial, efetivou-se a transformação da ETFPEL em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas CEFET-RS, o que possibilitou a oferta de seus primeiros cursos superiores de graduação e pós-graduação, abrindo espaço para projetos de pesquisa e convênios, com foco nos avanços tecnológicos.

Em 29 de dezembro de 2008, o CEFET-RS foi transformado, por meio da Lei nº 11.892, em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, com sede e foro na cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul.

1.5 Organograma Institucional

O organograma completo está disponível no portal da Instituição, no endereço: <http://organograma.ifsul.edu.br/>.

1.5.1 Conselho Superior

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal Sul-rio-grandense, ao qual compete as decisões para execução

da política geral, em conformidade com o estabelecido pelo presente estatuto, pelo Regimento Geral e regulamento próprio.

Observadas as disposições da legislação vigente, o Conselho Superior será constituído pelos seguintes membros:

- I.** O Reitor ou a Reitora, como presidente;
- II.** 01 (um/uma) representante de servidores docentes por câmpus, em funcionamento, eleito por seus pares;
- III.** 01 (um/uma) representante do corpo discente, por câmpus, em funcionamento, eleito por seus pares;
- IV.** 01 (um/uma) representante de servidores técnico-administrativos, por câmpus em funcionamento, eleito por seus pares;
- V.** 01 (um/uma) representante de egressos/as, que não seja membro da comunidade acadêmica, eleito por seus pares;
- VI.** 03 (três) representantes da sociedade civil, sendo 01 (um/uma) das entidades patronais, 01 (um/uma) da entidade de trabalhadores da instituição, 01 (um/uma) do setor público e/ou empresas estatais;
- VII.** 01 (um/uma) representante do Ministério da Educação, indicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
- VIII.** 01 (um/uma) representante do Colégio de Dirigentes por câmpus.

Compete ao Conselho Superior:

- I.** aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor do Instituto Federal Sul-rio-grandense e dos Diretores-Gerais, dos campi, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei no. 11.892/2008;
- II.** aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal Sul-rio-grandense e zelar pela execução de sua política educacional;
- III.** aprovar a estrutura organizacional e o Regimento Geral do Instituto Federal Sul-rio-grandense, observando os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;
- IV.** aprovar os regulamentos dos demais órgãos colegiados do Instituto;
- V.** aprovar os planos de desenvolvimento institucional, o projeto político-pedagógico e a organização didática;
- VI.** aprovar o plano de ação e apreciar proposta orçamentária anual encaminhada pelo Colégio de Dirigentes;
- VII.** aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;

- VIII.** apreciar e aprovar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual;
- IX.** autorizar a criação e a extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal Sul-rio-grandense, bem como o registro de diplomas;
- X.** autorizar o(a) Reitor(a) a conferir títulos de mérito acadêmico;
- XI.** deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense, excetuando-se os de primeira via, relativos aos cursos regulares, que deverão ser gratuitos;
- XII.** delegar competências deliberativas aos órgãos colegiados do Instituto;
- XIII.** deliberar sobre questões submetidas à sua apreciação.

1.5.2 Reitoria

Localizada na cidade de Pelotas/RS, a reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) é o órgão executivo responsável pela coordenação de quatorze câmpus: Bagé, Camaquã, Charqueadas, Gravataí, Jaguarão, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Pelotas-Visconde da Graça, Santana do Livramento, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Venâncio Aires. Tem entre suas principais funções implementar e desenvolver políticas educacionais e administrativas, além coordenar e supervisionar a gestão sistêmica do instituto federal, seguindo diretrizes institucionais preestabelecidas.

A reitoria tem a seguinte estrutura organizacional:

- Gabinete do Reitor ou da Reitora;
- Vice-reitoria;
- Pró-reitoria de Gestão de Pessoas;
- Pró-reitoria de Administração e Planejamento;
- Pró-reitoria de Ensino;
- Pró-reitoria de Extensão e Cultura;
- Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação;
- Diretoria de Assuntos Internacionais;
- Diretoria Executiva da Reitoria;
- Diretoria de Projetos e Obras;
- Diretoria de Desenvolvimento Institucional;
- Diretoria de Tecnologia da Informação;
- Procuradoria Federal;
- Ouvidoria;
- Assessoria do Reitor ou da Reitora.

1.5.3 Colégio de Dirigentes

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria e será constituído:

- I.** pelo Reitor ou Reitora, como presidente;
- II.** pelos Pró-Reitores e Pró-reitoras; e
- III.** pelos Diretores e Diretoras de Câmpus.

Compete ao Colégio de Dirigentes:

- I.** apreciar a distribuição interna de recursos;
- II.** apreciar as propostas de criação e de extinção de cursos;
- III.** apreciar e recomendar as propostas e as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para a elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- IV.** apreciar o calendário acadêmico;
- V.** apreciar as normas de aperfeiçoamento da gestão; e
- VI.** apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal Sul-rio-grandense.

O colégio de Dirigentes reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, as atas das reuniões do Colégio de Dirigentes devem ser publicadas na página do IFSul em 7 (sete) dias úteis após a sua aprovação

1.5.4 Diretorias Sistêmicas

1.5.4.1 Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Reitoria é o órgão responsável por articular atividades administrativas da Reitoria, dentre elas, o processo de seleção de estagiários, de estudantes e servidores, o processo de convênios, as demandas operacionais e estratégicas para o desenvolvimento das atividades da reitoria, o suporte à Reitoria, às Pró-reitorias, às Direções dos câmpus, às Diretorias e Assessorias da Reitoria, em projetos e atividades nas áreas de atuação do IFSul.

1.5.4.2 Diretoria de Desenvolvimento Institucional

A Diretoria de Desenvolvimento Institucional, dirigida por um/a Diretor/a nomeado/a pelo/a Reitor/a, é o órgão executivo que planeja, superintende,

coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de desenvolvimento e a articulação entre as Pró-reitorias e os Câmpus.

À Diretoria de Desenvolvimento Institucional compete:

- I. prestar assessoramento ao/a Reitor/a em assuntos de planejamento e desenvolvimento;
- II. supervisionar a elaboração, monitoramento e avaliação dos planos estratégicos do IFSul;
- III. promover a articulação entre as Pró-reitorias e os câmpus;
- IV. coordenar a elaboração e o desenvolvimento do Regimento Geral e da Estrutura Organizacional do IFSul;
- V. orientar e dar suporte à elaboração dos Regimentos Internos dos câmpus;
- VI. manter atualizada a Estrutura Organizacional do IFSul nos sistemas próprios de publicização e de controle;
- VII. promover a padronização dos procedimentos comuns aos câmpus do IFSul ou Reitoria; e cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos colegiados superiores.
- VIII. cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos colegiados superiores.

1.5.4.3 Diretoria de Assuntos Internacionais

A Diretoria de Assuntos Internacionais – ligada à Reitoria do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense- possui como objetivo estimular e operacionalizar trocas de experiências entre as várias instâncias de trabalho deste IF e instituições nacionais e internacionais, tais como intercâmbio de alunos/as e servidores (docentes/pesquisadores; técnico-administrativos) e desenvolvimento de projetos interinstitucionais, dando ênfase a qualquer atividade relacionada com a cooperação nacional e internacional.

As atribuições principais desta Diretoria são:

- I. estabelecer vínculos de cooperação entre o Instituto Federal Sul-rio-grandense e instituições nacionais e internacionais;
- II. planejar, coordenar e executar as ações que promovam o relacionamento internacional;
- III. produzir e encaminhar propostas dos vários setores de trabalho do IFSul para organismos de fomento internacional;

- IV.** acompanhar o desenvolvimento de propostas junto aos organismos de fomento;
- V.** gestionar, em articulação com os diversos setores operacionais do IFSul, junto a entidades financiadoras públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, buscando a captação de recursos para o desenvolvimento de planos, estudos e projetos nas múltiplas áreas do conhecimento;
- VI.** promover intercâmbio com instituições similares ao IFSul, instituições universitárias e outros organismos nacionais e internacionais, estimulando o desenvolvimento de projetos, estudos, estágios, cursos e pesquisas nas diversas áreas do conhecimento;
- VII.** estabelecer vínculos com outros organismos internacionais que desempenham atividades correlatas, visando ao constante fortalecimento e ao aperfeiçoamento das ações do IFSul;
- VIII.** divulgar informações sobre cursos, bolsas de estudo e programas de instituições internacionais.

1.5.4.3.1 Núcleo de Idiomas

O Núcleo de Idiomas do IFSul, vinculado à Diretoria de Assuntos Internacionais, tem como objetivo propor uma nova política de ensino de línguas na instituição, a partir de discussões das práticas dos docentes de línguas e o uso de tecnologias de educação a distância. A oferta de vagas para estudantes e servidores do IFSul para os cursos de idiomas espanhol e inglês por meio do projeto e-Tec Idiomas Sem Fronteiras, oportuniza o acesso mais amplo a cursos de idiomas para toda a comunidade, bem como oferece certificação em níveis internacionais para aqueles que desejam continuar seus estudos na pós-graduação ou realizar programas de intercâmbio.

O Núcleo também é responsável pela aplicação de testes de proficiência internacionais e pela capacitação de professores e tutores dos cursos do e-Tec Idiomas.

1.5.4.3.2 Instituições Parceiras

No quadro abaixo estão listadas as Instituições com as quais o Instituto Federal Sul-rio-grandense possui um Protocolo de Intenções vigente, o qual possibilita ações conjuntas no futuro, a serem formalizadas através de Convênios Específicos.

Os Convênios Específicos são acordos entre duas ou mais Instituições públicas ou privadas celebrados a fim de executar mobilidade, dupla diplomação ou outras ações de interesse comum.

Quadro 2 – Instituições que possuem convênio com o IFSul

País	Instituição	Prazo
Brasil	AFS Intercultura Brasil - Rio de Janeiro, RJ	Indeterminado
Canadá	Concordia University of Edmonton	14/05/2026
Colômbia	Fundación Tecnológica Liderazgo Canadiense Internacional (LCI) - Bogotá	Indeterminado
Espanha	Universidad de Vigo – Vigo	Indeterminado
Estados Unidos	Alamo Colleges (AC) - San Antonio, Texas Buffalo State University - Buffalo, NY	Indeterminado Indeterminado
França	Lycée Eugène Livet - Nantes Sigma Clermont – Aubière, Clermont-Ferrand	Indeterminado
Portugal	Instituto Politécnico de Bragança (IPB) - Bragança Instituto Politécnico do Porto - Porto	Indeterminado
Uruguai	Dirección General de Educación Técnico Profesional - Universidad del Trabajo del Uruguay (DGETP - UTU) - Montevideú Universidad Tecnológica – UTEC - Montevideú	Indeterminado Indeterminado

1.5.4.3.3 Cursos Binacionais

As escolas de fronteira, ao oferecerem os cursos binacionais, trouxeram um inegável avanço na Educação Tecnológica brasileira e na dos países vizinhos. Brasil, Uruguai e Argentina que, desde a década de 90, através das discussões no âmbito do Mercosul, ensaiavam a concretização desta parceria pioneira. Em 2006 o

Instituto Federal Sul-rio-grandense, ainda na condição de CEFET, estabeleceu uma importante relação com *Consejo de Educación Técnico Profesional - Universidad del Trabajo del Uruguay* (CETP-UTU) em reunião realizada em Montevideu com a ABC do Ministério das Relações Exteriores. Já em 2007, foram realizados cursos de capacitação envolvendo docentes do IFSul e mais de 100 servidores do CETP-UTU.

A criação dos Institutos Federais, em dezembro de 2008, possibilitou ações mais concretas com o objetivo de oferecer aos/às jovens brasileiros e de países fronteiriços uma formação profissional com respaldo de uma diplomação binacional. A autorização de funcionamento do câmpus Santana do Livramento, em 2010, aliado à Escola Técnica de Rivera, veio garantir efetivamente o começo dos cursos. Com o Câmpus Avançado Jaguarão, em 2014, ampliaram-se as alternativas educacionais, com a oferta de dois novos cursos juntamente com a Escola Técnica de Rio Branco, no Uruguai.

A parceria entre o IFSul e o CETP-UTU se estabelece como referência para os demais Institutos Federais na diplomação binacional de estudantes de dois países de fronteira. Dessa forma o IFSul quer fortalecer a relação já existente e ampliar as oportunidades na Educação Tecnológica, ofertando cursos superiores binacionais, cuja proposição foi apresentada no 2º Encontro dos Institutos de Fronteira do Conif, em setembro de 2015.

1.5.4.4 Diretoria de Tecnologia e Informação

A Diretoria de Tecnologia da Informação é o órgão que planeja, supervisiona, orienta e controla as atividades relacionadas às políticas de Tecnologia da Informação.

A esta Diretoria compete:

- I.** propor políticas e diretrizes da área de tecnologia da informação do IFSul;
- II.** propor normas e metodologias de desenvolvimento de sistemas informatizados e dos procedimentos para aquisição, suporte e manutenção de equipamentos e serviços do IFSul;
- III.** propor diretrizes para os sistemas e para a infraestrutura de tecnologia da informação aos câmpus;

- IV.** propor a padronização e as especificação dos recursos de TI dimensionados às necessidades da instituição em conjunto com o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação;
- V.** orientar e acompanhar os Câmpus na aquisição e manutenção dos links de comunicação de dados;
- VI.** prover a informatização de processos conforme necessidade da instituição;
- VII.** administrar os recursos computacionais sob sua responsabilidade;
- VIII.** assessorar os Câmpus quanto aos assuntos de tecnologia da informação;
- IX.** garantir a segurança e integridade das informações;
- X.** assegurar o alinhamento de tecnologias da informação com o Plano de Desenvolvimento Institucional através do Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- XI.** realizar a pesquisa de soluções tecnológicas em todas as áreas de atuação da Diretoria de Tecnologia da Informação;
- XII.** atuar junto aos Câmpus para que novas soluções sejam desenvolvidas;
- XIII.** promover e incentivar a participação em cursos de capacitação para qualificar os servidores de Tecnologia da Informação do IFSul;
- XIV.** zelar pela Política de Segurança da Informação e seus regulamentos;
- XV.** elaborar Termos de Referência e coordenar o processo de aquisição de bens e serviços de TI;
- XVI.** auxiliar nas atualizações do Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- XVII.** fiscalizar e acompanhar os contratos de Tecnologia da Informação da Reitoria;
- XVIII.** coordenar ações para promover a Política de Segurança da Informação no IFSul;
- XIX.** qualificar a área de Tecnologia da Informação do IFSul adequando processos de acordo com modelos de governança de TI; e
- XX.** divulgar e incentivar a utilização de ferramentas de colaboração.

A maioria dos câmpus do IFSul possui uma coordenadoria de TI, ligada ao Departamento de Administração, com exceção do câmpus Pelotas que, devido à sua dimensão, possui duas coordenações e um departamento de TI ligado à Diretoria de Administração e de Planejamento.

1.5.5 Comissões

1.5.5.1 CPA

Coordena os processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

1.5.5.2 CPPD

Presta assessoramento à Reitora ou ao Reitor na formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente.

1.5.5.3 Comissão de Ética

Zelar pelo cumprimento do Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

1.5.5.4 Comissão de Ética na utilização de animais

Analisa e delibera sobre todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão que utilizem animais. Obrigatório para todos os cursos que contemplem no PPC a utilização de animais em suas pesquisas.

Descrever que o Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA) está homologado pela CONEP, pertence à própria instituição e presta atendimento a instituições parceiras.

1.5.6 Governança

O Comitê de Governança, Riscos e Controles é responsável por estabelecer um ambiente institucional de governança, controle interno e gestão de riscos no âmbito do IFSul. A composição do Comitê de Governança, Riscos e Controles consta na Portaria nº 1.084/2017, disponível no portal eletrônico da Instituição, e suas competências foram determinadas pela Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016.

2. Câmpus Sapiiranga

2.1 Apresentação

Em 16 de agosto de 2011, o Governo Federal lançou a fase III da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Nessa ocasião o

município de Sapiranga foi contemplado com a previsão de instalação de um câmpus do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul).

Com a missão de “implementar processos educativos, públicos e gratuitos, de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social”, o Câmpus Sapiranga teve suas atividades iniciadas em sedes provisórias, oferecidas pela Rede Municipal de Educação de Sapiranga, em outubro de 2013.

Os serviços do IFSul em Sapiranga passaram a ser prestados à comunidade em sede própria da instituição, em agosto de 2014, após a conclusão das obras de implantação da unidade no município, contando, para isso, com uma equipe técnica e com o corpo docente qualificado e preparado para o desenvolvimento de uma educação pública de qualidade.

2.2 Endereço de funcionamento

Avenida Carlos Gilberto Weiss, 155 – Quatro Colônias, Sapiranga, RS. Cep 93804-870.

2.3 Bases legais de funcionamento

O câmpus Sapiranga fica diretamente subordinado à Reitoria, com autorização de funcionamento pelo Ministério da Educação conforme Portaria nº 525 de 1995, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 1995.

2.4 Histórico do Câmpus

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica iniciou em 2003 e, ao longo dela, o IFSUL têm implantado câmpus em diversas cidades gaúchas. Como parte da fase 3 desta expansão, em 16 de agosto de 2011, o município de Sapiranga foi contemplado com uma sede de um câmpus do Instituto Federal Sul-rio-grandense.

Cabe dizer que o município de Sapiranga está localizado no Vale do Rio dos Sinos, é atravessado pela rodovia RS-239, tem sede a 60 km de Porto Alegre e fica distante de Pelotas em 310 km.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) situa Sapiranga na microrregião de Porto Alegre, que engloba, também, os municípios de Araricá, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Mariana Pimentel, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Sertão Santana e Viamão.

A Comissão de Implantação dos Câmpus fase 3, como tarefa inicial, dialogando com a PROEN e PROAP, definiu algumas estratégias para o planejamento e desenvolvimento do seu trabalho. Dentre as atividades propostas, a comissão realizou reuniões de sensibilização e divulgação do Instituto Federal Sul-rio-grandense, junto a comunidade local e regional, com Prefeitos, Secretarias de Educação, Secretarias do Executivo Municipal, Câmara de Vereadores, equipes diretas de escolas, associações de classe, sindicatos e estudantes. Também foram realizadas visitas gerenciais e técnicas em empresas e encontros com a imprensa, levando-se em consideração o fato do Câmpus Sapiranga, se constituir como única escola da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Vale do Rio dos Sinos.

Diante disso, atendendo alunos com o ensino médio completo, será oferecida a Licenciatura em História.

2.5 Organograma do Câmpus

2.5.1 Diretorias e Departamentos

I - Direção-geral

II - Gabinete da Direção-geral (GABDIR)

III - Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX)

IV - Departamento de Administração e de Planejamento (DEAP)

2.5.2 Coordenadorias

I - Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX)

- a) Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CORAC);
- b) Coordenadoria de Pesquisa e Extensão (COPEX);
- c) Coordenadoria de Estrutura Funcional do Ensino (COEFE); e
- d) Coordenadorias de Cursos e Áreas.

II – Departamento de Administração e de Planejamento (DEAP):

- a) Coordenadoria de Manutenção Geral (COMAG);
- b) Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio (COAP);
- c) Coordenadoria de Tecnologia da Informação (COTIN); e
- d) Coordenadoria de Licitações e Compras (COLIC).

2.5.3 Núcleos

NUGAI (Núcleo de Gestão Ambiental Integrada)

NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas)

NEABI (Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras e Indígenas)

NUGED (Núcleo de Gênero e Diversidade)

NAC (Núcleo de Arte e Cultura)

NAI (Núcleo de Assuntos Internacionais)

3. Curso História

3.1 Apresentação

Quadro 3 – Curso Superior de Licenciatura em História

Mantenedora: Ministério da Educação

IES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal

CNPJ da mantenedora: 10.729.992/0001-46

Endereço: Av. Carlos Gilberto Weiss, 155 - Quatro Colônias - Sapiranga - RS 93804-870
Fone: 51 992399484
Site: http://www.sapiranga.ifsul.edu.br/ E-mail: sg-gradhistoria@ifsul.edu.br
Ato Regulatório: Reconhecimento de Curso Nº documento: Data de Publicação: Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo
Ato Regulatório: Renovação de Reconhecimento de Curso Nº documento: Data de Publicação: Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo
Titulação: Licenciado em História
CC – Conceito de Curso:
Conceito Enade:
CPC – Conceito Preliminar de Curso:

Quadro 4 – Oferta curricular do Curso Superior de Licenciatura em História

Regime do Curso: Semestral
Regime de Matrícula: Disciplina
Regime de Ingresso: Turma única
Turno de Oferta: Independe de Turno - Curso modalidade à distância
Número de vagas: 150
Duração do Curso: 5 anos
Prazo máximo para a integralização: o dobro da duração mínima prevista para o curso
Título: Licenciado em História
Carga horária em disciplinas obrigatórias: 2785
Carga horária em disciplinas eletivas: 240
Carga horária em Estágio Supervisionado Obrigatório (se houver): 420

Carga horária em atividades curriculares de Extensão: 420
Carga horária em atividades curriculares de Pesquisa: 215
Carga horária em atividades curriculares a distância:
Carga horária em Trabalho de Conclusão de Curso: 150
Carga horária em Atividades Complementares: 200
Carga horária total do Curso: 3420
Carga horária em disciplinas Optativas:

3.2 Bases Legais

O Curso Superior de Licenciatura em História está em consonância com as seguintes legislações vigentes:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96);
- Parecer CNE/CES nº 776/1997; Parecer CNE/CES nº 583/2001; Parecer CNE/CES nº 67/2003 - Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação, carga horária mínima e tempo de integralização;
- Lei nº 9.795/1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Lei nº 10.048/2000 - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências;
- Decreto nº 4.281/2002 - Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- Portaria nº 3.284/03 do MEC - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
- Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Decreto nº 5.296/2004 - Regulamenta as Leis no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000/Resolução nº 130/2014;
- Resolução nº 11/2006 - Projeto Pedagógico Institucional: uma construção participativa.
- Resolução CNE/CES nº 3/2007 - Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências;
- Lei nº 11.645/2008 - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena";
- Lei 11.788/2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências;
- Resolução CONAES nº 01/2010 - Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências;
- Decreto nº 7.611/2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências;
- Resolução nº 90/2012 - Estabelece os procedimentos didático-pedagógicos e administrativos relativos aos Cursos Técnicos de Nível Médio e Superiores de Graduação no IFSul.
- Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Autorização de funcionamento do curso por meio da Portaria nº 905/2012 de 11/05/2012;
- Lei nº 12.711/2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio;
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
- Plano Nacional de Educação (PNE) - determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024;
- Resolução nº 80/2014 - Trata dos estágios realizados por estudantes do IFSul, regidos pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, excetuando-se os estágios para fins de formação docente;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;

- Lei nº 13.146/2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Resolução nº 51/2016 do CONSUP/IFSul - Regulamento da Política de Inclusão e Acessibilidade;
- Decreto Nº 8.752, de 9 de maio de 2016 - Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica;
- Instrução Normativa PROEN nº 02/2016 - Dispõe sobre os procedimentos relativos ao uso de TIC e ao planejamento de componentes curriculares a distância nos cursos técnicos de nível médio e cursos superiores de graduação do IFSul.
- Instrução Normativa PROEN nº 03/2016 - Dispõe sobre os procedimentos relativos ao planejamento de estratégias educacionais a serem dispensadas aos estudantes com deficiência.
- Resolução CNE/CES nº 5, de 16 de novembro de 2016 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Computação, abrangendo os cursos de bacharelado em Ciência da Computação, em Sistemas de Informação, em Engenharia de Computação, em Engenharia de Software e de licenciatura em Computação, e dá outras providências;
- Resolução nº 148/2017 do CONSUP/IFSul - Altera Regulamento da Política de Inclusão e Acessibilidade;
- Resolução nº 7, do CES/CNE, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei no 13.005/201, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências;
- Portaria 1.162/2018 - CN - Regulamenta o conceito de Aluno-Equivalente e de Relação Aluno por Professor, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- Resolução nº 128/2018 - Política de Extensão e Cultura do IFSul;
- Resolução nº 015/2019 do CONSUP/IFSul - Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul;
- Portaria nº 2.117/2019 do CN - Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;
- Decreto nº 10.502/2020 – Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida;
- Portaria MEC nº 494, de 08 de julho de 2021 - Estabelece o regulamento do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade, edição 2021, e prorroga a avaliação dos cursos vinculados às áreas de avaliação referentes

aos anos II e III do ciclo avaliativo previsto pelo art. 40 da Portaria MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018.

- Resolução nº 188/2022 - Regulamento da Curricularização da Extensão e da Pesquisa.

Base Orientadora Institucional:

- Organização Didática do IFSul. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/projeto-pedagogico-institucional/item/113-organizacao-didatica>
- Regimento Geral e Regimento Interno do Campus/IFSul - Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regimento-geral>.
- Regulamentos Institucionais. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/projeto-pedagogico-institucional/itemlist/category/51-regulamentos-institucionais>
- Orientações para elaboração de programas de disciplinas - 2010. Orientações para o preenchimento dos formulários de programas de disciplinas. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>
- Orientação Normativa PROEN nº 01/2010. Orientações gerais para elaboração das ementas dos programas de disciplinas. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>
- Resolução nº 33/2012. Define os procedimentos para alteração de conteúdos e/ou bibliografias que já tenham sido aprovados pela Câmara de Ensino e que tenham sido cursados em pelo menos um período letivo. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>
- Resolução nº 80/2014/IFSul. Trata dos estágios realizados por estudantes do IFSul, regidos pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>
- Instrução Normativa PROEN nº 01/2016. Referenciais Curriculares para Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos e de Graduação do IFSul. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>
- Instrução Normativa PROEN nº 02/2016. Dispõe sobre os procedimentos relativos ao uso de TIC e ao planejamento de componentes curriculares a distância nos cursos técnicos de nível médio e cursos superiores de graduação do IFSul. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>
- Instrução Normativa PROEN nº 03/2016. Dispõe sobre os procedimentos relativos ao planejamento de estratégias educacionais a serem dispensadas aos estudantes com deficiência. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>

- Instrução Normativa PROEN nº 01/2019. Regulamenta o ingresso de candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) por cotas nos processos seletivos e concursos do IFSul. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>
- Resolução nº 51/2016, retificada pela Resolução nº 148/2017 e pela Resolução nº 15/2019. Regulamento da Política de Inclusão e Acessibilidade. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>
- Resolução nº 15/2018. Estabelece o Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSul. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>
- Regulamento para Atividades Complementares. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/modelos-de-documentos>
- Regulamento para Estágio. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/modelos-de-documentos>
- Regulamento para Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/modelos-de-documentos>

3.3 Histórico do Curso

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL), por meio deste documento, propõe a criação de um Curso de Graduação em História, Licenciatura, na modalidade a distância, com duração prevista de 10 semestres letivos.

Seu projeto pedagógico foi elaborado com base nas “Diretrizes gerais para a formação de professores” e nas “Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em História”, isto é, através da explicitação de linhas curriculares, da caracterização de disciplinas/atividades como obrigatórias e optativas, do estabelecimento de atividades complementares e da realização de trabalho de conclusão de curso.

O presente Projeto Pedagógico de Curso foi construído de forma articulada com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSul, considerando algumas de suas principais políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa. Tais políticas estão sendo implantadas no âmbito do curso, voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, adotando-se práticas comprovadamente exitosas e inovadoras para a sua revisão. Dentre as políticas institucionais constantes no PDI e articuladas ao curso, destacam-se:

- Política Institucional de Formação de Professores para a Educação Básica que, no âmbito do curso, garante a articulação com os sistemas de ensino;
- Políticas de Ensino de Graduação, organizadas em torno de conceitos que são basilares para o curso: Flexibilidade curricular, Formação continuada, Gestão colegiada dos cursos, Interdisciplinaridade e organicidade, Ensino inclusivo, Ações Afirmativas, Formação de qualidade associada ao desenvolvimento humano, Educação como um processo de formação integral, Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, Formação de cidadãos críticos, inovadores e éticos, Formação profissional pautada na responsabilidade social e Valorização das pessoas e dos aspectos sócio-histórico-culturais;
 - Políticas de Pesquisa;
 - Políticas de Extensão.

No que tange à Pesquisa e à Extensão, os desafios do curso se concentram na obtenção de bolsas e disponibilidade de docentes para submissão de projetos. Em relação à pesquisa, o curso estimulará a participação dos discentes em projetos do IFSUL. Em relação à extensão, o Centro de Educação à Distância, a PROEX e o curso desenvolverão projetos e eventos nos polos, na sede e através do AVA.

A proposta de criação do referido curso foi aprovada pela Comissão de Implantação da Licenciatura em História em 25 de agosto de 2022, cuja ata vem anexada a este; e segue rigorosamente as disposições normativas e Resoluções do IFSul.

3.4 Justificativa

O Instituto estruturou sua oferta de modo a favorecer a verticalização do ensino, compartilhando espaços pedagógicos e laboratórios, estabelecendo itinerários formativos em diferentes modalidades de ensino. Também assumem um compromisso de intervenção em suas regiões, identificando demandas e articulando soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável.

Entre os objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia está a oferta de cursos de licenciatura para formação de professores para a educação básica e profissional, especialmente, nas áreas de matemática e

ciências, devendo ser ofertado no mínimo de 20% das vagas dessas instituições para contemplar este fim (BRASIL, 2008).

A ampliação da oferta de educação superior através do ensino público federal, uma vez que à demanda por este nível de ensino, já fazia parte das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), de 2001, quando indicava a necessidade de ampliar o seu acesso ao menos a 30% da população de jovens dos 18 aos 24 anos (BRASIL, 2001, p. 43).

Outro destaque que justifica a oferta do presente curso está no debate nacional pela democratização e expansão do acesso ao ensino superior, onde havia um destaque para a ampliação das vagas nos cursos noturnos, especialmente, para possibilitar o ingresso dos trabalhadores diurnos, procurando, desta forma, atender às necessidades e peculiaridades do estudante trabalhador.

Na última década, muitos foram os diversos esforços realizados para garantir maior organização entre as políticas, os programas e as ações direcionadas à formação de professores, traduzidas no atual Plano Nacional da Educação (PNE, 2014-2024), constituindo-se, desta forma, num significativo avanço na área da Educação.

Esses esforços visam superar os desafios da formação de professores, na medida em que o número de docentes atuando na educação básica sem a correspondente formação em nível superior é significativo. De acordo com o Censo da Educação Básica 2021¹, somente no ensino médio, os percentuais de docentes com formação adequada variam de 36,7%, no estado da Bahia, e 83,8% no Amapá.

O Parecer CNE/CP n° 02/2015 já informava que dos 2.141.676 docentes atuando na educação básica em 2013, 25,2% não tinha formação superior, 0,1% não completara o Ensino Fundamental, 0,2% possuía apenas o Ensino Fundamental completo, e 24,9% possuía o Ensino Médio, dos quais 13,9% concluíram o Ensino Médio Normal/Magistério e 4,9%, o Ensino Médio sem Magistério, enquanto 6,1% estavam cursando o Ensino Superior (Parecer CNE CP n° 02/15). Essa realidade também é verdadeira para os docentes na área de História.

¹ https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf

Nesse horizonte, a ruptura "inadequação da formação do professor-inadequação da formação do aluno..." (MEC, 2000) requer cursos de formação para suprir não somente as deficiências resultantes do distanciamento entre o processo de formação docente e sua atuação profissional, mas de profissionais capazes de conduzir processos educativos que resultem em aprendizagens significativas, tanto para o estudante quanto para a realidade socioambiental implicada no mundo do trabalho. Neste sentido, para efetivação de uma formação sincrônica, há de se promover, nos cursos de formação, um saber contextualizado e totalizante, para que o egresso consiga fazer a transposição didática dos conteúdos científicos, técnicos, didáticos e humanísticos, desenvolvidos por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Nessa perspectiva, o principal desafio de uma proposta de formação de licenciados nas áreas das ciências humanas - Licenciatura em História - é justamente o de promover o diálogo fecundo entre os "saberes disciplinares e os saberes pedagógicos" (TARDIF, 2008), aliando, de forma equânime, os subsídios conceituais advindos das ciências humanas e os conhecimentos atrelados ao arcabouço teórico das ciências da educação, de forma a alicerçar um perfil de egresso baseado em saberes plurais, intercomunicantes, e permeáveis às mudanças próprias do cenário social e científico no qual estão inseridos.

Trata-se, portanto, de um desafio impostergável e inarredável de constituir trajetórias de formação que enfrentam tanto a tendência curricular de licenciaturas residuais, nas quais o espectro de conhecimentos pedagógicos fica relegado à complementação de estudos de caráter meramente aplicacionista, quanto o arriscado design curricular exclusivamente pedagógico, desprovido de aprofundamento dos conhecimentos técnico-científicos específicos das áreas científicas abrangidas pelas Licenciaturas. Tal tratamento dicotomizado é, na mesma medida, a grande tendência e o principal objeto de transformação que se impõe aos Projetos de formação de licenciados, tal como aponta o Parecer CNE/CP 9/2001:

Nos cursos atuais de formação de professor, salvo raras exceções, ou se dá grande ênfase transposição didática dos conteúdos, sem sua necessária ampliação e solidificação – *pedagogismo*, ou se dá atenção quase que exclusiva a conhecimentos que o estudante deve aprender – *conteudismo*, sem considerar sua relevância e sua relação com os conteúdos que ele deverá ensinar nas diferentes etapas da educação básica. (MEC, 2001, p.21)

A palavra síntese da premissa norteadora de um curso proposto a romper com essa dicotomia é a “reflexão”. Pensar “para” e “sobre” o “fazer pedagógico”. Tal premissa passa por uma formação pedagógica consistente, de forma a contemplar “o pensar” para “fazer”. O “pensar sobre o fazer” também é diluído ao longo das atividades curriculares desta Licenciatura, pois a prática pedagógica privilegiada ao longo de todo curso garante a possibilidade de refletir sobre a atividade docente. Essa concepção de formação ressignifica as práticas tradicionais relacionadas à Formação de Professores. Dessa forma, o docente não é concebido como um reproduzidor de práticas educativas cristalizadas, mas um crítico da própria prática, uma vez que buscará, na reflexão sobre seu trabalho, debruçar-se sobre aquilo que o constitui como docente.

Nesse sentido, a proposição de um itinerário de formação, privilegiando a reflexão, crítica sobre sua prática docente, justifica-se como princípio norteador do presente Projeto, concebendo o humano “um ser inconcluso, e enquanto ser inconcluso ele se faz e (re)faz de modo continuado” (FREIRE, 1996, p.16). Ratificando esse pressuposto, se encontram também em Freire os elementos argumentativos que corroboram os fundamentos deste Projeto de Curso:

[...] se consideramos a formação do professor desde esta perspectiva, o professor já não será considerado um aplicador e transmissor de saberes, senão pensador capaz de construir conhecimento; sua formação estará ligada à reflexão sobre a própria prática, tornando-se a sala de aula, um espaço onde acontecem práticas crítico-reflexivas e nesse contexto o espaço da escola se constitui como uma instituição fundamental para o desenvolvimento da sociedade. A importância da formação de professores encontra-se nesses elementos sempre que estes são deslocados no sentido que apontamos. Acreditamos que somente assim pode se alcançar a autonomia e uma real formação de professores. (FREIRE, 1996, p.16).

Ao ofertar o curso de Licenciatura em História, o Câmpus Sapiiranga assume seu compromisso social de recriar possibilidades de superação de problemas e desafios na sociedade e na educação básica, de modo a propiciar um novo caminho para além do “esgotamento de tudo o que uma escola de educação básica possa oferecer aos seus alunos” (Resolução CNE-CP nº 1/2002).

Desde essa perspectiva, procurou-se construir um Projeto Pedagógico de Curso que vise à formação do futuro docente de forma integral, buscando, cada vez mais, a integração entre os conhecimentos didático-pedagógicos e os

conhecimentos científicos específicos da Física em um conjunto coeso e interdisciplinar, permeado pela pesquisa e pelas ações de extensão.

Nesse sentido, o curso de Licenciatura em História visa atender a essas demandas, orientando-se pela perspectiva da Política Nacional de Formação de Professores. Tais referenciais orientadores constituem componentes essenciais no presente Projeto Pedagógico, e são pilares fundamentais para a consolidação do ensino público e democrático.

Em complemento ao que já foi mencionado, no âmbito da legislação, os principais referenciais legais que orientaram a estruturação curricular do Curso foram:

1. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 – LDB;
2. O Parecer CNE-CP nº 02/2015, e a Resolução CNE-CP nº 02/2015 que estabelecem as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;
3. O Parecer CNE/CES 492/2001 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em História;
4. O Parecer CNE/CES nº 608/2018 e a Resolução nº 7/2018 que estabelecem as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

Por fim, colaborou para a criação do referido curso o fato da identificação de inúmeras condições locais favoráveis, ou seja: 1) projeto de expansão; 2) existência de Cursos de Graduação na área de Educação em outros Câmpus do IFSul ; 3) disponibilidade de recursos humanos na área de Educação e em áreas correlatas; 4) disponibilidade de recursos humanos na área de História; 5) gratuidade do ensino; 6) disponibilidade de recursos materiais.

3.4.1 Número de vagas

150 vagas

3.4.2 Requisitos de Acesso

Ter concluído o Ensino Médio.

3.5 Objetivos do Curso

3.5.1 Objetivo Geral

- Formar professores(as) na área da História para o exercício da profissão, capacitando-os(as) para atuarem na educação básica, profissional e tecnológica, seja pelo domínio da tarefa pedagógica, conjugando competências para o exercício qualificado do magistério na área da História, ou pelo domínio dos conteúdos da área da História e seu diálogo com as demais áreas de conhecimento.

3.5.2 Objetivos Específicos

- Proporcionar uma formação que se apoie na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no processo de formação profissional e como método de ensino e de aprendizagem.

- Estimular o conhecimento de diferentes culturas históricas, fortalecendo a perspectiva de tolerância e solidariedade em que se assenta a vida social.

- Concorrer para uma formação que esteja articulada com os demais níveis e modalidades de ensino da Instituição, valorizando a integração da teoria com a prática e a contextualização com o meio social, econômico e cultural.

- Promover a extensão, aberta à população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

- Proporcionar aos licenciandos condições teórico-práticas de atuarem como docente que problematize junto com seus alunos da Educação Básica os conhecimentos da História e de suas relações com as demais ciências.

- Formar licenciados capazes de construir um diálogo constante entre a sua área de conhecimento, as demais áreas e o mundo do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura.

- Formar professores que compreendam a disciplina historiográfica como um campo de possibilidades transformadoras, na perspectiva da visão crítica sobre as

sociedades humanas em sua configuração histórica, no transcurso do tempo, estabelecendo relações entre os diversos campos da História.

- Formar professores que apresentem o domínio dos conhecimentos básicos que são objetos de ensino, bem como a capacidade de aplicar métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.
- Propiciar aos licenciandos o domínio de diferentes técnicas e métodos de avaliação de conhecimento, com destaque para a capacidade de reconhecer e valorizar os conhecimentos prévios do aluno no processo de transmissão/construção do saber histórico escolar.
- Estimular uma formação docente que estimule a inovação pedagógica, tanto no que diz respeito aos recursos/estratégias de ensino, quanto na proposição de avaliações/atividades criativas que despertem no aluno o interesse pelo aprendizado da disciplina.
- Formar profissionais que estejam aptos a desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.
- Estimular o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo como base para o trabalho de pesquisa e investigação científica.
- Garantir a apresentação dos conteúdos propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- Propor o uso de novas metodologias e tecnologias no processo de ensino e de aprendizagem;
- Instrumentalizar o futuro professor na utilização de atividades práticas com elementos disponíveis no seu ambiente cotidiano como elemento de ensino-aprendizagem;
- Propor o aprendizado como um processo autodirigido onde devem estar presentes a reflexão crítica e o pensamento cooperativo com exposição e discussão de idéias;

- Favorecer a flexibilização curricular de forma a contemplar as necessidades específicas do aluno;

3.5.3 Público-alvo e Requisitos de Acesso

O processo seletivo será divulgado por meio de edital publicado pela Imprensa Oficial, com indicação de requisitos, condições sistemáticas do processo e número de vagas oferecidas.

O curso será oferecido no formato EaD e o número de vagas será de 150 alunos, com ingresso único. O candidato que se considerar em situação de vulnerabilidade social poderá solicitar avaliação socioeconômica para fins de isenção da taxa de inscrição.

Os períodos de matrícula e de rematrícula serão previstos em calendário acadêmico. O discente que não reativar sua matrícula no período estipulado será considerado evadido, perdendo automaticamente sua vaga na instituição. Deverá a instituição emitir o comprovante de matrícula ou de rematrícula para o estudante. Os demais procedimentos deverão seguir o disposto nas Normas Acadêmicas dos Cursos Superiores do IFSul.

3.6 Perfil Profissional do/a Egresso/a e campo de atuação

O perfil profissional do egresso está de acordo com as Diretrizes Curriculares para os cursos de História, definidas pela Resolução CNE/CES 13, de 13 de março de 2002, e pelo Parecer CNE/CES 492/2001, de 03/04/2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. O(a) graduado(a) deverá estar capacitado(a) ao exercício do trabalho de Historiador(a), em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão.

Atendidas estas exigências básicas e conforme as possibilidades, necessidades e interesses da Instituição de Ensino Superior (IES), com formação

complementar e interdisciplinar, o profissional estará em condições de suprir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento (magistério em todos os graus, preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos etc). As competências e habilidades gerais que o Egresso deve apresentar se dividem entre gerais e específicas para os(as) licenciados(as), como consta a seguir:

A) Gerais

a. Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;

b. Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;

c. Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas, nas várias tradições civilizatórias, assim como sua interrelação;

d. Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;

e. Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão, não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural;

f. competência na utilização da informática.

B) Específicas para licenciatura

a. Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino – aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio;

b. domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino;

c. domínio das diferentes técnicas e métodos de avaliação de conhecimento;

d. capacidade de efetuar a transposição didática, realizando, assim, a adaptação da densidade dos conteúdos aprendidos na Universidade, ao nível de desenvolvimento cognitivo do aluno, numa dinâmica que vai do mais complexo ao

menos complexo; e capacidade de reconhecer e valorizar os conhecimentos prévios do aluno no processo de transmissão/construção do saber histórico escolar;

f. capacidade de lidar com o livro didático, de confrontá-lo e, ao mesmo tempo, valorizar suas potencialidades;

g. capacidade de inovar pedagogicamente, tanto no que diz respeito aos recursos e às estratégias de ensino, quanto na proposição de avaliações/atividades criativas que despertem no aluno o interesse pelo aprendizado da disciplina.

3.7 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

3.7.1 Articulação das Políticas Institucionais de Ensino, Extensão e Pesquisa

As atividades de ensino serão desenvolvidas nas diferentes disciplinas que compõem o curso, nas atividades da disciplina Prática Extensionista em Ciências Humanas, projetos de pesquisa e de Conclusão de Curso na área de educação, estágios obrigatórios (Escolas de Ensino Fundamental e Médio) e voluntários, monitorias, eventos direcionados para educação e ensino (congressos, encontros etc.), intercâmbio estudantil entre outros. As ações de pesquisa e extensão se estabelecerão por meio do incentivo à participação dos alunos em projetos de pesquisa e Trabalhos de Conclusão de Curso em diferentes áreas do campo da educação, com possibilidades de bolsas de fomento interno, CAPES, FAPERGS e CNPq; parcerias com outras Instituições de Pesquisa e Institutos Federais; publicações em revistas com Qualis (nacionais e internacionais); interação com diferentes núcleos de pesquisa e extensão do próprio Câmpus Sapiiranga, eventos direcionados às áreas de interesse do(a) aluno(a), como congressos, encontros e estágio voluntário.

3.8 Currículo

Conforme o Art. 12 da Resolução nº 02, de 1 de julho de 2015, a organização curricular do curso de Licenciatura em História se divide em três núcleos: Núcleo de

formação geral; Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos; Núcleo de estudos integradores.

3.8.1 Estrutura Curricular

A organização curricular do curso de Licenciatura em História procurou evitar a fragmentação de conteúdos e estratégias de ensino que costuma estar associada ao grande número e à especialização das disciplinas constituintes dos cursos superiores.

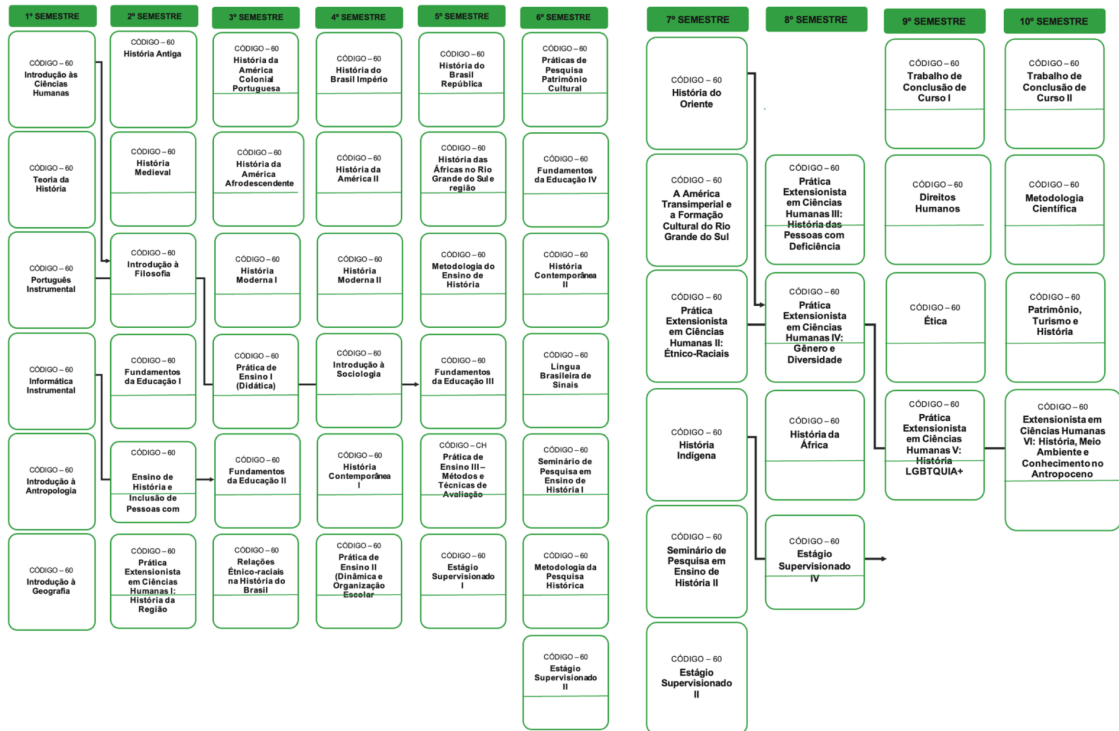
Como se pôde observar, os componentes curriculares foram concebidos de modo a articular os diversos momentos da formação docente. O Curso atende à Resolução CNE/CES 13, de 13 de março de 2002 e pelo Parecer CNE/CES 492/2001 de 03/04/2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Atende, também, às Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Formação de Professores, conforme estabelecido pela Resolução CNE n. 2, de 01 de julho de 2015 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, curso de formação pedagógica para graduados e curso de segunda licenciatura - e para a formação continuada).

O curso de Licenciatura em História apresenta 3.420h de carga horária total, conforme especificado:

- 2.2785h para o desenvolvimento dos conteúdos curriculares de formação específica, a distância, em sala de aula;
- 600 horas de Prática como Componente Curricular (PCC), articuladas aos componentes curriculares ao longo de todo o curso;
- 420 horas de Estágio Supervisionado, articulado aos componentes curriculares do curso, assim divididos: 200 horas nos anos finais do Ensino Fundamental; 200 horas no Ensino Médio.
- 215 horas de curricularização da Pesquisa
- 420 horas de curricularização da extensão

- As Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena serão trabalhadas diretamente nas disciplinas: “História da África”, “História do Brasil I e II” “Fundamentos e metodologia do ensino de história”, “Didática geral” e “Estágio supervisionado IV”.

3.8.2 Fluxos formativos



3.8.3 Matriz curricular

Disponível nos Anexos.

3.8.4 Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografias

Disponível nos Anexos.

3.8.4.1 Educação em Direitos Humanos

Educação em Direitos Humanos: em atendimento à Resolução Nº 1 de 30 de maio de 2012. Será trabalhada em diversas disciplinas com ênfase para as seguintes: “História Contemporânea I e II”, “História Indígena”, “Ensino de História e Inclusão de Pessoas com Deficiência”.

3.8.4.2 Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena

Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena: será trabalhada diretamente nas disciplinas: “História da América Afrodescendente”, “Relações Étnico-raciais na História do Brasil” “História das Áfricas no Rio Grande do Sul e região”, “História Indígena” e “Prática Extensionista em Ciências Humanas II: Étnico-raciais”.

3.8.4.3 Educação Ambiental

Educação Ambiental: está inserida na prática, especialmente na disciplina Prática Extensionista em Ciências Humanas VI: História, Ambiente e Conhecimento no Antropoceno”, de diferentes disciplinas em atendimento à Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002; Resolução CP/CNE Nº 2/2012.

3.8.4.4 Prevenção e combate a incêndios e desastres

Não se aplica

3.8.5 Critérios para validação de conhecimentos e experiências profissionais anteriores

Conforme Resolução CNE/CP2, de 19 de fevereiro de 2002, o aluno que esteja em exercício de atividade docente regular na educação básica deve comprová-la à Coordenação do Curso. Uma vez deferida a solicitação pela Coordenação de Curso, o aluno poderá ter redução de até 150 horas mediante avaliação do colegiado no que se refere à especificidade do nível e modalidade de sua experiência docente comprovada.

3.8.6 Prática profissional

Com a finalidade de garantir o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, o Curso, desde seu primeiro semestre, privilegia metodologias problematizadoras, considerando como objetos de

estudo os fatos e fenômenos do contexto educacional, procurando situá-los, ainda, nos espaços profissionais específicos em que atuam.

Nesse sentido, a prática figura tanto como propósito formativo, quanto como princípio metodológico, reforçando, ao longo das vivências curriculares, a articulação entre os fundamentos teórico-conceituais e as vivências profissionais, com ênfase no domínio dos princípios didático-pedagógicos indispensáveis ao ofício docente.

Assim, aproveita-se os tempos e espaços da prática nas áreas do conhecimento, nos componentes ou nos campos de experiência, para efetivar o compromisso com as metodologias inovadoras e os projetos interdisciplinares, além da flexibilização curricular, dentre outros.

3.8.13.1 Estágio profissional supervisionado

Em conformidade com a Organização Didática e com o Regulamento de Estágio do IFSul, o estágio, no curso de Licenciatura em História, caracteriza-se como atividade integradora do processo de ensino e aprendizagem, constituindo-se como interface entre a vida escolar e a vida profissional dos estudantes. Nessa perspectiva, transcende o nível do treinamento profissional, constituindo-se como ato acadêmico intencionalmente planejado.

A regulamentação do estágio Supervisionado encontra-se disponível em apêndices.

3.8.13.2 Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica

O Estágio Supervisionado insere o/a licenciando/a no cotidiano escolar, possibilitando a familiarização com o planejamento, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas, articuladas aos conhecimentos adquiridos ao longo do curso com o desempenho das diferentes tarefas inerentes ao trabalho docente no ambiente escolar.

Nesse estágio, o/a licenciando/a deverá observar o cotidiano da escola, planejando e desenvolvendo atividades e mantendo sempre diálogo com seu/sua professor/a orientador/a e tutor/a presencial para avaliação do desenvolvimento das atividades em relação com a rede de escolas da educação básica.

3.8.13.4 Estágio não obrigatório

No Curso de Licenciatura em História prevê-se a oferta de estágio não obrigatório, assegurando ao estudante a possibilidade de ser protagonista do próprio saber, conforme seus interesses e possibilidades.

A modalidade de realização de estágios não obrigatórios encontra-se normatizada no regulamento de estágio, no site do IFSul.

3.8.7 Atividades Complementares

O Curso de Licenciatura em História prevê o aproveitamento de experiências extracurriculares como Atividades Complementares com o objetivo de possibilitar a formação individualizada do acadêmico.

As Atividades Complementares, como modalidades de enriquecimento da qualificação acadêmica e profissional dos estudantes, vinculam-se ao “Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular” apontado na Resolução CNE/CP Nº 2/2015, e objetivam promover a flexibilização curricular, permitindo a articulação entre teoria e prática, além de estimular a educação continuada dos egressos do Curso, conforme estabelecido na organização didática do IFSUL.

Cumprindo com a função de enriquecer os processos de ensino e de aprendizagem, as Atividades Complementares devem ser cumpridas pelo estudante em atividades de ensino, pesquisa e extensão desde o seu ingresso no Curso, totalizando a carga horária estabelecida na matriz curricular, em conformidade com o perfil de formação previsto no Projeto Pedagógico de Curso.

3.8.8 Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho de conclusão de curso se constitui de uma etapa no processo de formação em que o estudante se apropria de um objeto de estudo e em conjunto com seu orientador desenvolve atividades de aprofundamento bibliográfico e pesquisa que permitem a construção de um conhecimento científico sobre o assunto definido. Uma atividade que permite o aprofundamento de questões específicas observadas ao longo da formação e um aperfeiçoamento no campo do saber com a construção de uma autonomia do professor em formação, que lhe permitirá no exercício da profissão, conjugar teoria e prática numa prática reflexiva e ativa enquanto cidadão e profissional da educação.

Considerando a concepção curricular do curso, prevê-se a realização de Trabalho de Conclusão de Curso no formato de trabalho monográfico.

Cabe destacar que o componente curricular de TCC I não é pré-requisito para a realização do TCC II. Casos omissos devem ser tratados pela Comissão do Curso como forma de favorecer os seguintes princípios educativos:

- Consistência teórica (adequação do referencial teórico, qualidade das resenhas, nível de discussão, articulação entre os temas abordados);
- Clareza metodológica (introdução, objetivos, conclusão, organização estrutural e condução do trabalho);
- Relação teoria e prática (vinculação da análise à(s) teoria(s) apresentadas(s), qualidade/profundidade da análise);
- Aspectos formais (adequação gramatical, respeito às normas da ABNT, organização do trabalho).

Para assegurar a consolidação dos referidos princípios, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será realizado de acordo com as diretrizes institucionais descritas na Organização Didática, e com organização operacional prevista no Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História (Anexo III).

3.8.9 Metodologia

Em conformidade com os parâmetros pedagógicos e legais para a oferta de Cursos de Licenciatura, o processo de ensino-aprendizagem privilegiado pelo Curso de Licenciatura em História contempla estratégias problematizadoras, tratando os

conceitos da área científica específica e demais saberes atrelados à formação geral e pedagógica do estudante, de forma contextualizada e interdisciplinar, vinculando-os permanentemente aos seus cenários profissionais.

As metodologias adotadas conjugam-se, portanto, à formação de habilidades e competências, atendendo à vocação do Instituto Federal Sul-rio-grandense, no que tange ao seu compromisso com a formação de sujeitos aptos a exercerem sua cidadania, bem como à identidade desejável aos Cursos de Licenciatura do IFSUL, comprometidos com a inclusão social e com a qualificação da educação básica por meio da formação de professores com domínio de múltiplos saberes, visando contribuir com a reversão dos índices de desempenho escolar ainda insatisfatórios dos estudantes do ensino fundamental e médio no país.

Para tanto, ganham destaque estratégias educacionais que privilegiam a indissociabilidade entre ensino–pesquisa–extensão, enquanto eixo de formação, que visa a formação do egresso com bases sólidas, tanto na dimensão humana, científica, quanto na profissional. O estabelecimento de estratégias educacionais que promovam as modalidades operacionais privilegiadas pelo Curso para implantar os princípios metodológicos de problematização, interdisciplinaridade, contextualização, flexibilidade, uso de TIC's na educação, articulação teoria/prática, dentre outros princípios destacados no Projeto Pedagógico Institucional e nas DCN para Formação de Professores da Educação Básica ou nas DCN para Licenciatura em História. As metodologias utilizadas se compõe de processos dinâmicos de ensino e de aprendizagem, no modelo de metodologias ativas, com foco na pesquisa e na problematização como princípios educativas, preservando também a autonomia docente no processo criativo de construção do saber junto aos estudante e as especificidades da área de ensino de História com a historiografia como elemento nucleador.

Entende-se que os saberes não se limitam aos saberes acadêmicos, mas se constituem em um sistema de sentidos construído afetiva e emocionalmente nas experiências de vida. Desta forma, propiciar vivências e experiências significativas do estudante, possibilita a construção de um saber alicerçado na realidade e, a partir dos conhecimentos produzidos e acumulados, refletir sobre as grandes questões da atualidade e assim, ser capaz de se comprometer com a transformação da realidade sócio-econômica, cultural e ambiental.

No curso ocorrerá o princípio geral da articulação entre teoria e prática, no qual serão desenvolvidas atividades no âmbito da instituição e fora dela, por meio de atividades de extensão, estágios, programas de iniciação científica e atividades acadêmicas complementares. O currículo proposto tem uma carga horária total de 3540 horas, a serem integralizadas em, no mínimo 08 semestres e, no máximo 16 semestres.

O Curso Superior de História implementa ações de Ensino, Pesquisa e Extensão da seguinte forma: (descrever brevemente a estratégia de implementação do ensino pesquisa e extensão evidenciando os componentes curriculares específicos e componentes curriculares não específicos de extensão e pesquisa).

3.9 Política de formação integral do/a estudante

Especificar como o curso implementa, na sua organização curricular, de acordo com as diretrizes institucionais, uma formação ampla e diversificada, abordando temas como ética; raciocínio lógico; redação de documentos técnicos; atenção a normas técnicas e de segurança; capacidade de trabalhar em equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade; estímulo à capacidade de trabalho de forma autônoma e empreendedora; integração com o mundo de trabalho.

Contemplar no texto:

- Articula ações de Ensino, Pesquisa e Extensão para fins formativos dos estudantes;
- Comprometimento com a transformação concreta da realidade natural ou social;
- O respeito e valorização da diversidade;
- O reconhecimento da importância de contribuir para uma sociedade sustentável.

O Curso Superior de História se orienta na perspectiva formativa integral do estudante, trata-se de uma compreensão de que o conhecimento não se dá de forma fragmentada e, sim, no entrelaçamento entre as diferentes ciências.

Neste sentido, articula ações de Ensino, Pesquisa e Extensão com a intencionalidade da formação de profissionais capazes de exercerem com

competência sua condição de cidadão construtor de saberes significativos para si e para a sociedade.

Frente esta compreensão, a matriz curricular do curso assume uma postura multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, sustentada em metodologias dialógicas, críticas e contextualizadas, possibilitando que os elementos constitutivos da formação integral do aluno sejam partes integrantes de todas as disciplinas e demais intervenções educativas, de forma direta ou transversal.

Os princípios da formação integral do aluno incluem:

- a) a valorização de princípios éticos, políticos e culturais em preparação para o exercício da cidadania;
- b) o raciocínio lógico e de habilidades e competências técnicas e humanísticas para o exercício profissional no mundo do trabalho;
- c) a preparação para trabalhar em equipe, com iniciativa, criatividade e inteligência emocional;
- d) a capacidade de trabalhar de forma autônoma e empreendedora;
- e) a consciência da importância do comprometimento com a transformação concreta da realidade natural ou social.
- f) O respeito e valorização da diversidade;
- g) o reconhecimento da importância de contribuir para uma sociedade sustentável;
- h) atenção a normas técnicas e de segurança no ambiente do trabalho.

Com base nesses pressupostos, busca-se aprimorar a formação dos estudantes de modo a contribuir na transformação sociocultural, ambiental, política, econômica e tecnológica.

3.10 Políticas de inclusão e acessibilidade do estudante

Entende-se como educação inclusiva a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino, implicando, desta forma, no respeito às diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, culturais, socioeconômicas, entre outras.

A Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul, amparada na Resolução nº 51/2016, contempla ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos sociais:

I - pessoas com necessidades educacionais específicas: entendidas como todas as necessidades que se originam em função de deficiências, de altas habilidades/superdotação, transtornos globais de desenvolvimento e/ou transtorno do espectro autista, transtornos neurológicos e outros transtornos de aprendizagem, sendo o Núcleo de Apoio às Necessidades Específicas – NAPNE, o articulador dessas ações, juntamente com a equipe multiprofissional do Câmpus.

II – gênero e diversidade sexual: promoção dos direitos da mulher e de todo um elenco que compõe o universo da diversidade sexual para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como à sua plena integração social, política, econômica e cultural, contemplando em ações transversais, tendo como articulador destas ações o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual – NUGEDS.

III – diversidade étnica: voltada aos estudos e ações sobre as questões étnicorraciais em apoio ao ensino, pesquisa e extensão, em especial para a área do ensino sobre África, Cultura Negra e História, Literatura e Artes do Negro no Brasil, pautado na Lei nº 10.639/2003, e das questões Indígenas, na Lei nº 11.645/2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas. Tendo como articulador dessas ações o Núcleo de Educação Afro-brasileira e Indígena – NEABI.

Para a efetivação da Educação Inclusiva, o Curso de **História** considera todo o regramento jurídico acerca dos direitos das pessoas com deficiência, instituído na/o:

- a) Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/1996;
- b) Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008;
- c) Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com Deficiência ou com mobilidade reduzida;
- d) Resolução CNE/CEB nº 2/2001 que Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; no Decreto nº 5.626/2005, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;

- e) Decreto nº 7.611/2011 que versa sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado; na Resolução nº 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;
- f) Lei nº 12.764/2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- g) no parecer CNE/CEB nº 5 de 2019, que trata da Certificação Diferenciada e na Lei nº 13.146/ 2015 e que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A partir das referidas referências legais apresentadas, o Curso Superior de Licenciatura em História, assegura currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as necessidades individuais dos estudantes.

Contempla, ainda em sua proposta, a possibilidade de flexibilização, adaptação e diferenciação curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, das metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados, dos processos de avaliação compreensiva, da Certificação Diferenciada, adequados ao desenvolvimento dos alunos e em consonância com o projeto pedagógico da instituição, respeitada a frequência obrigatória.

Contempla, também, a garantia de acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem, por meio de oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, atendendo às características dos estudantes com deficiência, garantindo o pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, favorecendo ampliação e diversificação dos tempos e dos espaços curriculares por meio da criatividade e inovação dos profissionais de educação, matriz curricular compreendida com propulsora de movimento, dinamismo curricular e educacional.

Para o planejamento das estratégias educacionais voltadas ao atendimento dos estudantes com deficiência, será observado o que consta na Instrução Normativa nº 3 de 2016, que dispõe sobre os procedimentos relativos ao planejamento de estratégias educacionais a serem dispensadas aos estudantes com

deficiência, tendo em vista os princípios estabelecidos na Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul.

3.11 Políticas de apoio ao/a estudante

O apoio ao/a discente contempla as ações de acolhimento, permanência e êxito, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio psicopedagógico, participação em centros acadêmicos, empresa júnior ou intercâmbios nacionais e internacionais (mobilidade acadêmica) e promove outras ações comprovadamente exitosas ou inovadoras.

(Exemplos de outras ações comprovadamente exitosas ou inovadoras: atendimento à saúde e qualidade de vida do/a estudante (Assistência Estudantil), como atendimento médico, psicológico, nutricional, núcleos de ações afirmativas e outros).

Também o curso de licenciatura em História conta com o Regulamento da Política de Inclusão e Acessibilidade - retificado Resolução nº 51/2016, Resolução nº 148/2017 e Resolução nº15/2019 e a Instrução Normativa PROEN nº 03/2016 (Dispõe sobre os procedimentos relativos ao planejamento de estratégias educacionais a serem dispensadas aos estudantes com deficiência).

3.12 Formas de implementação das políticas de ensino, extensão pesquisa

O Curso Superior de História, em conformidade com as bases legais da Graduação e DCN, com o Projeto Pedagógico Institucional e Política Institucional de Extensão e Pesquisa (Resolução Consup nº 188/2022) prevê experiências de aprendizagem que transcendem os trajetos curriculares previstos na matriz curricular, pois tem como objetivo principal a formação integral do estudante e contribuir na transformação social. Para tanto, busca aproximar o estudante à realidade, atender as demandas sociais, valorizar os saberes socialmente

construídos, flexibilizar o currículo e valorizar os itinerários formativos dos estudantes.

A exemplo disso, promove-se a articulação permanente entre teoria e prática e entre diferentes campos do saber e estimula-se o envolvimento do estudante em atividades complementares, como participação ou organização de eventos, participação em programas e projetos de pesquisa e extensão voltados para a comunidade interna e externa ao Câmpus/Instituto, cursos de capacitação complementar, monitoria em disciplinas do curso, estágio não obrigatório, publicações em eventos, revistas científicas e tecnológicas, entre outras atividades especificamente promovidas ou articuladas ao Curso.

Por meio destes encaminhamentos epistemo-metodológico, promove-se o permanente envolvimento dos discentes com as questões contemporâneas, com o inusitado, típico dos contextos científicos, culturais e profissionais em permanente mudança, com vistas à qualificação da formação humana, cultural e técnico-científica do estudante. Com vista a favorecer a formação acadêmica implicada com a contribuição no enfrentamento de desafios das questões sociais, tendo como premissa o respeito à diversidade de saberes e de culturas nos processos educativos, científicos, artísticos, culturais e tecnológicos.

Para que esta responsabilidade seja alcançada as atividades de ensino, pesquisa e extensão são contempladas nos componentes curriculares (Prática Extensionista I, II, III, IV e V; Prática de Ensino II; Seminário de Pesquisa em Ensino de História I; Metodologia da Pesquisa Histórica) sendo, motivadas e orientadas pelos docentes, coordenação e pela política institucional.

3.13 Curricularização da extensão e da pesquisa

A curricularização da extensão e da pesquisa são desenvolvidas ao longo do curso, de acordo com Resolução nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 (MEC/CNE/CES) e alinhado com a política e o regulamento de extensão do IFSul e o regulamento da curricularização da extensão e da pesquisa nos cursos de graduação do IFSul (Resolução do Consup nº 188/2022).

Baseia-se na referência a Meta 12.7, da Lei 13.005/2014, na qual, as ações e atividades curriculares de extensão são constituídas de forma vinculada a programas ou projetos de extensão.

O NDE/colegiado observa e avalia como esses componentes podem contribuir para o percurso formativo do/a discente, com atenção à relação entre o que está proposto na ementa de tais componentes curriculares e o que está disposto nos objetivos do PPC quanto às competências, às habilidades e ao perfil esperado do/a egresso/a ao final da formação.

Todos os componentes curriculares destinados à curricularização da extensão, específicos ou não específicos, são vinculados a um programa ou projeto de extensão e pesquisa registrado na PROEX e PROPESP e sob coordenação geral de um servidor.

O número de registro do programa ou projeto na PROEX e PROPESP deve constar, obrigatoriamente, no Plano de Ensino.

Recomenda-se a adoção de procedimentos de acompanhamento e avaliação sistemática, a partir da elaboração e verificação de indicadores específicos para cada curso. Esses indicadores devem relacionar a extensão universitária aos objetivos do curso e dos componentes curriculares, com contribuição ao processo pedagógico.

Os/As docentes do curso de graduação responsáveis por componentes curriculares para fins de curricularização devem apresentar, nos Planos de Ensino, segundo definição do PPC, a metodologia das ações de ensino e pesquisa na relação com a extensão, com vinculação a programa e/ ou projeto de extensão com registro na PROEX e PROPESP.

Estes/as docentes assumem a responsabilidade de acompanhar e avaliar a participação dos/as discentes em programas e/ou projetos de extensão e pesquisa, com articulação nas demandas sociais, conforme regulamento institucional da curricularização de extensão e da pesquisa.

3.14 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

A gestão do curso é realizada, considerando a autoavaliação institucional (realizada pela CPA) e o resultado das avaliações externas, como insumo para o aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidência da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e existência de processo de autoavaliação periódica do curso.

3.14.1 Funcionamento das instâncias de deliberação e discussão

De acordo com o Estatuto, o Regimento Geral e a Organização Didática do IFSul as discussões e deliberações referentes à consolidação e/ou redimensionamento dos princípios e ações curriculares previstas no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional (PDI), são desencadeadas nos diferentes fóruns institucionalmente constituídos para essa finalidade:

- Núcleo docente estruturante (NDE): núcleo obrigatório para os Cursos Superiores e opcional para os demais, responsável pela concepção, condução da elaboração, implementação e consolidação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso;
 - Colegiado de curso: responsável pela elaboração e aprovação da proposta de Projeto Pedagógico no âmbito do Curso;
 - Pró-reitoria de ensino: responsável pela análise e elaboração de parecer legal e pedagógico para a proposta apresentada;
 - Câmara de ensino: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino.
 - Colégio de dirigentes: responsável pela apreciação inicial da proposta encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino;

- Conselho superior: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino.
- Os procedimentos de escolha e forma de atuação da Coordenação de Curso, do Colegiado de Curso e NDE são regradados pela Organização Didática do IFSul, em seu Capítulo V, Seções I, II e III.

3.15 Atividades de tutoria

O Sistema Tutorial de apoio pedagógico consistente e contínuo é uma ferramenta que possibilita a operacionalização do curso, de forma a atender os estudantes nas modalidades individual e coletiva, incluindo a tutoria presencial e a distância, cuja metodologia de trabalho oportuniza a constituição de redes de educadores, conectando professores/as – tutores/as – acadêmicos/as – coordenação.

Por sua característica de ligação constante com os/as licenciandos/as, o/a tutor/a é quem poderá responder com exatidão sobre o desempenho, as características, as dificuldades, desafios e progressos de cada um deles. O Curso contará com duas modalidades de tutoria: presencial e a distância.

Na modalidade presencial, o/a tutor/a será presença constante, tanto nos Polos Presenciais, quanto nas instituições parceiras nas quais o estudante irá realizar as atividades de estágio supervisionado obrigatório, orientando-o sempre a refletir, investigar, questionar a sua ação docente, ao mesmo tempo em que irá propor ações para a transformação da prática pedagógica em momentos que a mesma se faça necessária. Cada Polo contará com um/a tutor/a presencial.

Por sua vez, a tutoria a distância faz o acompanhamento das atividades dos/as estudantes, utilizando o AVA do curso, para esclarecer dúvidas e prestar outras informações. As atribuições dos/as tutores presenciais e à distância se encontram descritas no **Regulamento das Atividades Tutoriais do Curso de Licenciatura em História.**

3.16 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos processos de ensino e de aprendizagem

As tecnologias de informação e comunicação adotadas nos processos de ensino e aprendizagem permitem a execução do projeto pedagógico do curso, garantem a acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interatividade entre docentes, discentes e tutores (estes últimos, quando for o caso), asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso (referir no texto a Instrução Normativa PROEN nº 02/2016 que dispõe sobre os procedimentos relativos ao uso de TIC e ao planejamento de componentes curriculares a distância nos cursos técnicos de nível médio e cursos superiores de graduação do IFSul.)

No contexto das principais finalidades da educação no mundo contemporâneo, os cursos de licenciatura devem possibilitar situações de ensino e de aprendizagem, em espaços e tempos compartilhados fisicamente ou não, utilizando-se da mediação direta ou propiciada por diferentes tecnologias, principalmente pelas tecnologias digitais. Quanto a isso, contamos, nos últimos anos, com uma série de experiências que surgiram nas universidades e que resultaram no redimensionamento do cenário da educação. Dentre elas, destacam-se novas metodologias que, fundadas no avanço tecnológico, permitiram o alargamento da noção de aula e de aprendizagem, culminando em relações pedagógicas mais amplas e mais democráticas.

O Curso de Licenciatura em História do IFSul – Campus Sapiiranga conta com a disciplina de Informática, que aborda fundamentalmente, o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na educação. O Campus Sapiiranga disponibiliza laboratórios de Informática com computadores conectados à internet para uso dos alunos, salas de aula e espaços de convivência com acesso livre à internet e um Laboratório Interdisciplinar denominado “Espaço Maker” que contém equipamentos tecnológicos como impressora 3D, scanner 3D, mesas digitalizadoras, tablets, câmeras filmadoras e fotográficas, equipamentos utilizados para construção de objetos de aprendizagem e modelos educacionais.

A utilização destes recursos tem como objetivo promover a interatividade entre docentes e discentes, assegurar o acesso fácil a materiais ou recursos didáticos e possibilitar experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso. Ressalta-se que a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem, no presente projeto, constitui-se fundamentalmente como ferramenta de apoio ao ensino presencial e seguirá as determinações da Instrução Normativa PROEN nº 02/2016 que dispõe sobre os procedimentos relativos ao uso de TIC e ao planejamento de componentes curriculares a distância nos cursos técnicos de nível médio e cursos superiores de graduação do IFSul.).

A equipe multidisciplinar é composta por integrantes de diferentes áreas, mas que buscam atuar de forma integrada. Com esse intuito a equipe multidisciplinar visa estabelecer um contínuo diálogo entre as instâncias de decisão, como o Núcleo Docente Estruturante (NDE), Colegiado de curso, professores/as e técnicos/as administrativos/as, os/as quais participam direta e indiretamente nas ações propostas por esta equipe multidisciplinar.

Sendo assim, a atuação da equipe multidisciplinar, suas atribuições e finalidades são: Auxiliar o planejamento e gestão da oferta de disciplina com oferta parcial de carga horária à distância; Auxiliar professores/as na busca da melhoria da qualidade do material didático disponibilizado para os discentes no ambiente virtual de aprendizagem – AVA; Auxiliar as coordenações de curso e a equipe de tecnologia de informação (TI) no desenvolvimento de mídias e tecnologias que busquem qualificar as estratégias de melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Outras atividades não citadas aqui poderão ser utilizadas, desde que julgadas convenientes pelo professor da disciplina, aprovadas pelo colegiado de curso e, posteriormente, descritas no plano de ensino da disciplina. O momento à distância será previsto apenas por meio de ambiente virtual de aprendizagem definido pelo Campus. O acesso a outras ferramentas como: correios eletrônicos, aplicativos de bate papo, entre outros, não serão considerados para fins de avaliação.

3.17 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

As atividades na modalidade à distância possuem uma carga horária associada em que, o cumprimento ou não destas atividades por parte do aluno deve ser registrado no diário de classe, de modo que seja feito o controle da frequência do mesmo na disciplina. Neste sentido, o cumprimento ou a entrega de uma atividade por parte do acadêmico será contabilizado como presença na carga horária específica destinada para aquela atividade, da mesma forma que a presença física do aluno em uma aula tradicional também é contabilizada.

O planejamento da oferta de carga horária à distância, discriminada na matriz curricular do curso, deverá constar no plano de ensino da disciplina, no qual também deverá constar a carga horária a distância, a metodologia adotada, critérios de avaliação, cronograma de atividades e 58 mecanismos de atendimento ao aluno. Ao utilizar o ambiente virtual, o docente poderá utilizar os seguintes recursos:

- Interação com os alunos através do AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem);
- Publicação de materiais, como: vídeos, animações, músicas, sites, blogs, fotografias e outros recursos midiáticos;
- Criação de atividades dissertativas e ou objetivas;
- Publicação de comunicados individuais ou coletivos;
- Criação de salas de bate papo;
- Criação de fóruns de discussão;
- Visualização de relatórios de acesso e de participações nas atividades. Havendo disponibilidade de ferramentas apropriadas, algumas formas de atividades semi presenciais poderão ser utilizadas, tais como:
 - Discussões síncronas e assíncronas à distância sobre tópicos relacionados aos conteúdos através de correspondência eletrônica, fóruns eletrônicos, salas de bate-papo, blogs e ambientes virtuais de aprendizagem;
 - Redação colaborativa de material sobre os assuntos da disciplina.

O planejamento da oferta de carga horária à distância, discriminada na matriz curricular do curso, deve constar no plano de ensino da disciplina, no qual também deve constar a carga horária a distância, a metodologia adotada, critérios de avaliação, cronograma de atividades e mecanismos de atendimento ao aluno.

3.18 Materiais didáticos (Obrigatório para cursos ou disciplinas, integral ou parcial, na modalidade EaD)

Os materiais didáticos utilizados no Curso são pensados e produzidos dentro das especificidades da Educação a Distância e da realidade do licenciando para o qual o material é elaborado. Frente ao avanço dos meios informáticos e digitais, enquanto tecnologia facilitadora, em grande medida da comunicação, da troca, da possibilidade de informação e de construção de conhecimento, o Curso, investe na elaboração de materiais para web e na utilização de mídias digitais como elementos interativos que garantam a participação, a aprendizagem, a permanência e o êxito acadêmico.

O material a ser utilizado ao longo do curso contempla: Guia do Estudante – material que informa sobre os objetivos, perfil do egresso, estrutura curricular do curso, ementas das disciplinas, sistema de avaliação e sistema de tutoria e, Guia Didático de cada Disciplina – contendo ementa, objetivos, conteúdo programático, metodologia, cronograma das atividades, avaliação, bibliografia básica e complementar. Far-se-á uso, também, de materiais já produzidos no âmbito da Educação à Distância, através de vários fomentos, e disponibilizados em seus repositórios, bem como os produzidos pelos docentes do curso.

3.19 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A avaliação no IFSUL é compreendida como processo, numa perspectiva libertadora, tendo como finalidade promover o desenvolvimento pleno do educando e favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, propiciando a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos estudantes, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se pela observação,

desenvolvimento e valorização de todas as etapas de aprendizagem, estimulando o progresso do educando em sua trajetória educativa.

A intenção da avaliação é de intervir no processo de ensino e de aprendizagem, com o fim de localizar necessidades dos educandos e comprometer-se com a sua superação, visando ao diagnóstico de potencialidades e limites educativos e a ampliação dos conhecimentos e habilidades dos estudantes.

No âmbito do Curso de Licenciatura em História, a avaliação do desempenho será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos de avaliação, privilegiando atividades como (listar as principais formas de avaliação desenvolvidas no Curso, tais como trabalhos, desenvolvimento de projetos, participação nos fóruns de discussão, provas e por outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina).

A sistematização do processo avaliativo consta na Organização Didática do IFSUL, e fundamenta-se nos princípios anunciados do Projeto Pedagógico Institucional.

3.20 Integração com as redes públicas de ensino

Os convênios e ações promovem integração com a rede pública de ensino e permitem o desenvolvimento, a testagem, a execução e a avaliação de estratégias didático-pedagógicas, inclusive com o uso de tecnologias educacionais.

As experiências são documentadas, abrangentes e consolidadas, com resultados relevantes para os discentes e para as escolas de educação básica, havendo ações comprovadamente exitosas ou inovadoras.

Promover o processo de integração entre as escolas de Educação Básica e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense faz parte do projeto de verticalização e curricularização da extensão.

3.21 Atividades práticas de ensino para licenciaturas

As atividades práticas de ensino estão em conformidade com as Diretrizes Curriculares da educação Básica, da Formação de Professores e da área de conhecimento da licenciatura, em articulação com o PPC.

Elas estão presentes e relacionam teoria e prática durante todo o curso, instrumentalizando o futuro professor na utilização de atividades práticas com elementos disponíveis no seu ambiente cotidiano como elemento de ensino-aprendizagem, com o objetivo de:

- Complementar a formação profissional e social;
- Ampliar os horizontes do conhecimento, bem como de sua prática, para além da sala de aula, em atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Favorecer o relacionamento entre grupos e a convivência com as diferenças sociais no contexto regional em que se insere a Instituição.
- Propiciar a interdisciplinaridade e demais associações entre componentes curriculares, dentro e entre os períodos letivos semestres;

- Estimular práticas de estudo independentes, visando a uma progressiva autonomia profissional e intelectual do estudante;
- Encorajar a apropriação de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referirem às experiências profissionalizantes julgadas relevantes para a área de formação considerada;
- Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva e a participação em atividades de extensão;
- Aprimorar conhecimentos, competências e habilidades avaliadas pelo ENADE – Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes.
- As Atividades Teórico-Práticas, como modalidades de enriquecimento da qualificação acadêmica e profissional dos/as licenciandos/as objetivam promover a flexibilização curricular, permitindo a articulação entre teoria e prática, além de estimular a educação continuada dos egressos do Curso, conforme estabelecido na organização didática do IFSul.

4. Corpo Docente e Tutorial

4.1 Núcleo Docente Estruturante

O NDE possui, no mínimo, 14 docentes do curso; seus membros atuam em regime de tempo integral ou parcial (mínimo de 20% em tempo integral); pelo menos 60% de seus membros possuem titulação *stricto sensu*; tem o/a coordenador/a de curso como integrante; atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do/a estudante e analisando a adequação do perfil do/a egresso/a, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho; e mantém parte de seus membros desde o último ato regulatório.

As informações aqui dispostas estão alinhadas com a OD atualizada. Sugestão de texto introdutório: Conforme Organização Didática (OD) institucional, SEÇÃO III, DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE, p. 8-9), disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/113-organizacao-didatica>.

4.2 Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso é realizada de forma processual, promovida e concretizada no decorrer das decisões e ações curriculares. É caracterizada pelo acompanhamento continuado e permanente do processo curricular, identificando aspectos significativos, impulsionadores e restritivos que merecem aperfeiçoamento, no processo educativo do Curso.

O processo de avaliação do Curso é sistematicamente desenvolvido pelo Núcleo Docente Estruturante, em articulação com o Colegiado de Curso, sob a coordenação geral do Coordenador de Curso, conforme demanda avaliativa emergente, com instrumentos de coleta de dados pré-definidos. E para fins de subsidiar a prática autoavaliativa, o Curso de Licenciatura em História levanta dados sobre a realidade curricular através dos instrumentos definidos.

O Programa de Avaliação das Instituições de Educação Superior são implantadas, no âmbito do curso, ações acadêmico-administrativas que objetivam tanto o aperfeiçoamento da formação educando como o incremento da estrutura institucional. Os resultados dessas avaliações são divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de reuniões, endereços eletrônicos das IES e confecção de documentos informativos. Tais resultados exibem as informações coletadas ao longo do processo avaliativo, assim como as ações planejadas e propostas para melhoria das condições de oferta do curso e das demais dimensões avaliadas, sendo uma ferramenta importante para identificar forças e fragilidades.

A partir das informações disponibilizadas, os diferentes setores e atores envolvidos passam a traçar propostas juntamente ao NDE, objetivando a correção de rumos que assegurem a melhoria na qualidade do processo de ensino e de aprendizagem. Ressalta-se que o Colegiado de Curso juntamente com o NDE deverá organizar espaços de discussão e acompanhamento do processo didático-pedagógico do curso, por meio de reuniões e levantamentos semestrais que permitirão observar, além da produção dos docentes, o investimento realizado no sentido da socialização de pesquisas em diferentes espaços da comunidade e o desempenho dos discentes.

A realização de avaliação contínua, por meio da CPA, das práticas pedagógicas contidas no PPI, PPC e do PDI possibilitam uma análise e discussão dos resultados com a comunidade escolar além de delinear e fornecer informações úteis para a tomada de decisões que devem ser utilizadas como subsídios para uma gestão pontual e aprimorada com o intuito de cumprir a missão institucional.

Essas ações orientarão o estabelecimento de convênios com segmentos da área do curso para a realização de visitas técnicas, realização de seminários temáticos, práticas laboratoriais, parcerias em pesquisa aplicada e extensão e para a realização de estágios e ou obtenção de empregos e ações de empreendedorismo. É importante ressaltar que a avaliação contínua do Projeto Pedagógico do Curso deve ser considerada como ferramenta construtiva que contribuirá para melhorias e inovações e que permite identificar possibilidades, orientar, justificar, escolher e tomar decisões.

Com os dados obtidos, será possível a análise sobre a coerência entre os elementos constituintes do projeto, a pertinência da matriz curricular em relação ao perfil desejado e ao desempenho do egresso, bem como a identificação dos entraves para a execução do que foi proposto, possibilitando mudanças graduais e sistemáticas. Esta avaliação dar-se-á em todas as suas dimensões, abrangendo:

- Objetivos do curso e perfil do profissional a ser formado;
- Competências e habilidades desenvolvidas nos formandos;
- Organização curricular do curso;
- Sistemática de avaliação empregada nas disciplinas;
- Suporte físico, computacional e bibliográfico para funcionamento do curso.

Com um processo contínuo, o colegiado, composto pelos professores das disciplinas específicas do curso, juntamente com o coordenador, deverá realizar pelo menos uma reunião bimestral para analisar e debater sobre o bom andamento da Matriz Curricular, bem como a proposição inicial do Projeto Político Pedagógico do curso superior de Licenciatura em História.

Soma-se a essa avaliação formativa e processual, a avaliação interna conduzida pela Comissão Própria de Avaliação, conforme orientações do Ministério da Educação.

4.3 Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar é composta por integrantes de diferentes áreas, mas que buscam atuar de forma integrada. Com esse intuito a equipe multidisciplinar visa estabelecer um 59 contínuo diálogo entre as instâncias de decisão, como o Núcleo Docente Estruturante (NDE), Colegiado de curso, professores/as e técnicos/as administrativos/as, os/as quais participam direta e indiretamente nas ações propostas por esta equipe multidisciplinar.

Sendo assim, a atuação da equipe multidisciplinar, suas atribuições e finalidades são: Auxiliar o planejamento e gestão da oferta de disciplina com oferta parcial de carga horária à distância; Auxiliar professores/as na busca da melhoria da

qualidade do material didático disponibilizado para os discentes no ambiente virtual de aprendizagem – AVA; Auxiliar as coordenações de curso e a equipe de tecnologia de informação (TI) no desenvolvimento de mídias e tecnologias que busquem qualificar as estratégias de melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Outras atividades não citadas aqui poderão ser utilizadas, desde que julgadas convenientes pelo professor da disciplina, aprovadas pelo colegiado de curso e, posteriormente, descritas no plano de ensino da disciplina. O momento à distância será previsto apenas por meio de ambiente virtual de aprendizagem definido pelo Campus. O acesso a outras ferramentas como: correios eletrônicos, aplicativos de bate papo, entre outros, não serão considerados para fins de avaliação

4.4 Coordenador/a do curso

O coordenador do curso de Licenciatura em História atuará no atendimento das demandas do curso, sejam por parte dos discentes, dos docentes ou, ainda, àquelas de natureza administrativa e organizacional, dentre as quais se destacam: O acompanhamento das ações promovidas pelos docentes e discentes durante o desempenho de suas atividades disciplinares; A realização de reuniões com Colegiado do Curso, sempre que necessárias; A realização de reuniões com o Núcleo Docente Estruturante, sempre que necessárias; A disponibilização de horário para atendimento dos discentes e docentes do Curso; Pautar a representação em colegiados superiores a um plano de ação documentado e compartilhado; Diagnosticar a potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua.

4.4.1 Regime de Trabalho do/a coordenador/a

O regime de trabalho do/a coordenador/a é de tempo integral e permite o atendimento da demanda existente, considerando a gestão do curso, a relação com os/as docentes, discentes, tutores e equipe multidisciplinar (quando for o caso) e a representatividade nos colegiados superiores, por meio de um plano de ação documentado e compartilhado, com indicadores disponíveis e públicos com relação ao desempenho da coordenação, e proporciona a administração da potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua.

4.4.2 Representatividade nas instâncias superiores

A coordenação possui representatividade nas instâncias superiores no IFSul através da Direção-Geral do Câmpus Sapiranga.

4.5 Corpo docente e supervisão pedagógica

O corpo docente analisa os conteúdos dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do/a discente, fomenta o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta, proporciona o acesso a conteúdos de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do/a egresso/a, e incentiva a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação.

O regime de trabalho do corpo docente permite o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos/as discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, havendo documentação sobre as atividades dos/as professores em registros individuais de atividade docente, utilizados no planejamento e gestão para melhoria contínua.

4.6 Colegiado do curso

O Colegiado do Curso de Licenciatura em História do IFSul, Campus Sapiranga é composto por 14 membros titulares, incluindo o coordenador do curso, que também o preside; e dois discentes.

O Colegiado de curso tem função normativa, deliberativa, executiva e consultiva, com composição, competências e funcionamento definidos pelo Regimento interno do colegiado de curso. As reuniões acontecerão, ordinariamente, a cada bimestre, por convocação de iniciativa de seu Presidente ou atendendo ao pedido de 1/3 (um terço) dos seus membros. As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, mencionando a pauta. Em caso de urgência ou excepcionalidade, o prazo de convocação poderá

ser reduzido e a indicação da pauta omitida, justificando-se a medida no início da reunião.

4.7 Corpo de tutores do curso (obrigatório para cursos ou disciplinas, integral ou parcial, na modalidade EAD).

Os tutores são graduados na área da disciplina pelas quais são responsáveis e a maioria possui titulação obtida em pós-graduação em *stricto sensu*, assim como possui experiência em educação a distância que permite identificar as dificuldades dos/as discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares e elaborar atividades específicas, em colaboração com os/as docentes, para a promoção da aprendizagem de alunos/as com dificuldades, e adota práticas comprovadamente exitosas ou inovadoras no contexto da modalidade a distância.

O detalhamento das informações de cada membro do corpo de tutores encontra-se no anexo “Tabela de informações sobre o corpo de tutores”.

4.8 Políticas de Interação entre Coordenação de Curso, Corpo Docente e de Tutores

A interação garante a mediação e a articulação entre tutores, docentes e coordenador/a do curso (e, quando for o caso, coordenador/a do polo), há planejamento devidamente documentado de interação para encaminhamento de questões do curso, e são realizadas avaliações periódicas para a identificação de problemas ou incremento na interação entre os interlocutores (exclusivo para cursos na modalidade EaD e cursos presenciais com disciplinas parciais ou totalmente à distância).

5. Corpo técnico-administrativo

No apêndice, há a tabela de informações sobre o corpo técnico-administrativo.

6. Infraestrutura

6.1 Espaços de trabalho

Os espaços de trabalho viabilizam ações acadêmicas, como o planejamento didático-pedagógico, e atendem às necessidades institucionais, incluindo sala da coordenação, sala coletiva para docentes, salas para atendimento com tutores e biblioteca.

Os recursos de tecnologias da informação e comunicação são apropriados e garantem privacidade para uso dos recursos, para o atendimento a discentes e orientandos/as, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

Há o acesso aos equipamentos de informática, por meio dos laboratórios de informática, atendendo às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade de equipamentos, ao conforto, à estabilidade e velocidade de acesso à internet, à rede sem fio e à adequação do espaço físico, com hardware e software atualizados, passando por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência.

O acervo físico da biblioteca está tombado e informatizado, o virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome do IFSul. O acervo da bibliografia básica e complementar é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos e está atualizado.

O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas unidades curriculares. Há a gerência e a adequação da quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas.

7. Referências

BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Ciências Naturais / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC / SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencias.pdf>. Acesso em maio de 2017.

BRASIL, Ministério da Educação.

Proposta de diretrizes para formação inicial de professores da Educação Básica em cursos de Nível Superior. Brasília: SETEC/MEC. Disponível em <<https://bit.ly/2Fz4dK3>> Acessado em abril de dezembro de 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Contribuições para o processo de construção dos cursos de licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília: SETEC/MEC. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/licenciatura_05.pdf> Acessado em 10 de dezembro de 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**. Brasília: SETEC/MEC. Disponível em <<https://bit.ly/35RrOjl>> Acessado em 10 de dezembro de 2011.

BRASIL. Parecer CNE/CP no 28 de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP no 21 de 2001 que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, 18 jan. 2002. Seção 1, p. 31.

BRASIL. Parecer CNE/CP no 09 de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, 18 jan. 2002. Seção 1, p. 31.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Superior. **Parecer N.º: CNE/CES 1.304/2001**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Física. Disponível em: <https://bit.ly/2FALsG9>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

BRASIL. Resolução CNE/CP no 1 de 2002. Institui as DCN para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, 2002.

BRASIL. Resolução CNE/CP no 2 de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 9, de 11 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Física. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09_02.pdf. Acesso em 17 de julho de 2017.

BRASIL. Parecer CNE/CES no 197 de 2004. Consulta, tendo em vista o art. 11 da Resolução CNE/CP 01/2002, referente às DCN para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, 05 abr. 2005.

BRASIL. Parecer CNE/CES no 15 de 2005. Solicitação de esclarecimento sobre a Resolução no 01/2002 que institui as DCN para formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, 13 mai. 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. Escassez de Professores no Ensino Médio: Propostas estruturais e Emergenciais. Brasília: CNE/CEB, 2007. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>> Acessado em 10 de dezembro de 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação. Razões, Princípios e Programas**. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 20 maio de 2016.

BRASIL. **Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o

do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: maio de 2017.

BRASIL. **Decreto 8.368, de 2 de dezembro de 2014**. Regulamenta a Lei no 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm. Acesso em: maio 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CP número 2, de 1o de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada, 2015.

BRASIL. Portaria Normativa no 11, de 20 de junho de 2017. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto no 9.057, de 25 de maio de 2017.

BRASIL. Decreto no 9057, de 25 de maio de 2017.

BRASIL. Resolução no 7, de 18 de dezembro de 2018. Determina que sejam assegurados pelo menos

10% (dez por cento) do total de créditos curriculares dos cursos de graduação em atividades de extensão, orientados prioritariamente para as áreas de grande pertinência social

DOURADO, Luís Fernandes. Diretrizes Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica: concepções e desafios. **Educação e Sociedade**. Campinas: Cedes. v. 36, n. 131, p. 299-324, abril-junho, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA Sul-rio-grandense. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: agosto de 2014 a julho de 2019, 2017.

PETRI, O. Autonomia do Aprendiz na Educação a Distância: significados e dimensões. In: PETRI, O. **Educação a Distância: construindo significados**. Cuiabá, 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

8. Anexos e Apêndices

8.1 Tabela de informações sobre o corpo docente e supervisão pedagógica

Nome	Prof. Valter Lenine Fernandes
Função	Professor
Titulação	Graduação em História pela Universidade Gama Filho Mestrado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo
Regime de Trabalho	DE

Nome	André Luís Borges Lopes
Função	Professor
Titulação	Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas Mestrado em História pela PUCRS Doutorado em História pela PUCRS
Regime de Trabalho	DE

Nome	Angelita da Rosa
Função	Professora
Titulação	Graduação em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul Mestrado em História pela Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul

Regime de Trabalho	DE
---------------------------	----

Nome	Carla Menegat
Função	Professora
Titulação	Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul Mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul Doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Regime de Trabalho	DE

Nome	Deomar Vilagra Neto
Função	Professor
Titulação	Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas Mestrado em História pela Universidade Federal de Pelotas
Regime de Trabalho	DE

Nome	Angelica Neuscharank
Função	Professora
Titulação	Graduação em Artes Visuais pela Universidade Federal de Santa Maria Graduação em Pedagogia pela UNINTER Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria
Regime de Trabalho	DE

Nome	Edilaine Vieira Lopes
Função	Professora
Titulação	Graduação em Letras pela Feevale

	Mestrado em Educação pela Universidade La Salle Doutorado em Letras pelo Centro Universitário Ritter dos Reis
Regime de Trabalho	Substituta

Nome	Fernando Benvenuto Schaab
Função	Professor
Titulação	Graduação em Geografia pela Universidade Luterana do Brasil Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Regime de Trabalho	DE

Nome	Leonardo Renner Koppe
Função	Professor
Titulação	Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Regime de Trabalho	DE

Nome	Guilherme da Silva Xavier
Função	Professor
Titulação	Graduação em Processamento de Dados pela Universidade do Vale dos Sinos Mestrado em Docência para Ciências pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
Regime de Trabalho	DE

Nome	Vasco Ricardo Aquino da Silva
-------------	-------------------------------

Função	Professor
Titulação	Graduação em Ciências pela Faculdade Porto-Alegrense Mestrado Profissional em Educação Profissional pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense
Regime de Trabalho	DE

Nome	Raquel Martins Fernandes
Função	Professora
Titulação	Graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso
Regime de Trabalho	DE

Nome	Marta Helena Blank Tessmann
Função	Professora
Titulação	Graduação em Letras pela Universidade Católica de Pelotas Mestrado em Letras pela Universidade Católica de Pelotas Doutorado em Letras pela Universidade Católica de Pelotas
Regime de Trabalho	DE

Nome	Marja Leão Bracci
Função	Supervisão Pedagógica
Titulação	Graduação em Pedagogia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos Mestrado em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Regime de Trabalho	40h

8.2 Tabela de informações sobre o corpo técnico-administrativo

Nome	Ronise Ferreira dos Santos
Titulação/Universidade	Graduação em Design de Moda

	Mestrado Profissional em Engenharia de Produção Doutorado em Design
--	--

Nome	Katiusse Icara Alves
Titulação/Universidade	Graduação em Serviço Social Especialização em Gestão do Social

Nome	Silvia Holler
Titulação/Universidade	Graduação em Biblioteconomia Especialização em Biblioteconomia

8.3 Ata da reunião que aprova a Implantação da Licenciatura



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sulrio-grandense

ATA

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de 2022, às 8h30min realizou-se reunião ordinária da Comissão de Implantação do Curso de Licenciatura em História do IFSul em formato remoto. Participaram as/os professoras/es: Raquel Martins Fernandes, Fernando Benvenuti Schaab, Deomar Villagra Neto e Valter Lenine Fernandes. Justificaram ausência o professor e o técnico em assuntos educacionais: Leonardo Renner Koppe (Compromisso Acadêmico) e Leonardo Betemps. No início da reunião Valter Lenine Fernandes deu boas vindas às pessoas participantes da reunião e desejou bom início das atividades de implantação de um curso na área de Ciências Humanas. Pauta:

1. Definição de um Curso de Licenciatura na Área de Ciências Humanas ; 2. Votação pela Licenciatura em História ou em Ciências Humanas; 1. DEFINIÇÃO DE UM CURSO DE LICENCIATURA NA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS: Valter fez um arrazoado da importância de se aprovar um curso específico na área, destacando que é melhor investir em um curso como História do que ofertar algo generalista diante de uma conjuntura incerta do país. Diante disso, foi sugerida a votação: 1 - Licenciatura em História; 2- Licenciatura em Ciências Humanas. O nome do curso Licenciatura em História foi aprovado com com 4 votos favoráveis, 0 votos contrários e 0 abstenções. O Valter agradeceu a Comissão de Implantação, parabenizou pela decisão destacando que este é um momento importante para o IFSul em geral e para o Campus Sapiranga e para os polos Santo Antonio da Patrulha, Santa'Ana do Livramento, Tapejara, Balneario Pinhal e Santiago, Polo Associado pactuado para oferta: Jaguarão (IFSul), que são os públicos alvos do curso.

Assuntos gerais: Iniciaram os trabalhos da matriz curricular da Licenciatura em História.

Nada mais havendo a relatar, a reunião foi encerrada.

Documento assinado eletronicamente por:

- Raquel Martins Fernandes, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 08/09/2022 12:37:02.
- Fernando Benvenuti Schaab, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 08/09/2022 10:20:17.
- Deomar Villagra Neto, COORDENADOR - FG0001 - IF-CAPED, em 08/09/2022 10:04:32.
- Valter Lenine Fernandes, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 08/09/2022 09:59:08.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 06/09/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsul.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 181602
Código de Autenticação: d4bc3a7336



8.4 Regulamento do TCC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
CÂMPUS SAPIRANGA
Curso Superior de Licenciatura em História

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Dispõe sobre o regramento operacional do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso Superior de Licenciatura em História do Instituto Federal Sul-rio-grandense do Câmpus .

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento normatiza as atividades e os procedimentos relacionados ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso Superior de Licenciatura em História no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul.

Art. 2º O TCC é considerado requisito para a obtenção de certificação final e emissão de diploma.

CAPÍTULO II

DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 3º O trabalho de conclusão de curso (TCC) do Curso constitui-se numa atividade curricular realizado de acordo com as diretrizes institucionais descritas na Organização Didática, e com organização operacional prevista no Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História, vinculada à área de conhecimento e ao perfil de egresso do Curso.

Art.4º O TCC consiste na elaboração, pelo acadêmico concluinte, de um trabalho que demonstre sua capacidade para formular, fundamentar e desenvolver uma monografia; artigo científico inédito; material didático (acompanhado de memorial sobre a pesquisa para elaboração do produto de modo claro, objetivo, analítico e conclusivo.

§ 1º O TCC é ser desenvolvido segundo as normas que regem o trabalho e a pesquisa científica, as determinações deste Regulamento e outras regras complementares que venham a ser estabelecidas pelo colegiado / coordenação de Curso.

§ 2º O TCC visa a aplicação dos conhecimentos construídos e das experiências adquiridas durante o curso.

§ 3º O TCC consiste numa atividade individual do acadêmico, realizada sob a orientação e avaliação docente.

Art. 5º O TCC tem como objetivos gerais:

- I - Estimular a pesquisa, a produção científica e o desenvolvimento pedagógico sobre um objeto de estudo pertinente ao curso;
- II – Possibilitar a sistematização, aplicação e consolidação dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso, tendo por base a articulação teórico-prática;
- III - Permitir a integração dos conteúdos, contribuindo para o aperfeiçoamento técnico-científico e pedagógico do acadêmico;
- IV - Proporcionar a consulta bibliográfica especializada e o contato com o processo de investigação científica;
- V - Aprimorar a capacidade de interpretação, de reflexão crítica e de sistematização do pensamento.

CAPÍTULO III

DA MODALIDADE E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Art. 6º No Curso de o TCC é desenvolvido na modalidade de monografia; artigo científico inédito; material didático (acompanhado de memorial sobre a pesquisa para elaboração do produto , em conformidade com o Projeto Pedagógico de Curso.

§ 1º Considerando a natureza da modalidade de TCC expressa nesse caput, são previstos os seguintes, procedimentos técnicos para o desenvolvimento do referido trabalho: os procedimentos básicos para o desenvolvimento do trabalho, são: observações, entrevistas, revisão bibliográfica, etc.

- a) Monografia;
- b) Artigo científico inédito;
- c) Material didático
- d) Curta-metragem;
- e) Projeto de Acessibilidade

§ 2º O texto a ser apresentado para a banca e a versão final em meio eletrônico terá o caráter de monografia – tratamento escrito e aprofundado de um assunto, de maneira descritiva e analítica, em que a tônica é a reflexão sobre o tema em estudo.

§ 3º A produção do texto monográfico orienta-se pelas regras básicas de escrita acadêmico-científica da ABNT, bem como pelas normas de apresentação dispostas neste Regulamento.

CAPÍTULO IV

DA APRESENTAÇÃO ESCRITA, DEFESA E AVALIAÇÃO

Seção I

Da apresentação escrita

Art. 7º O TCC deverá ser apresentado sob a forma escrita, encadernada, a cada membro da banca examinadora com antecedência de, no mínimo, 30 dias em relação à data prevista para a apresentação oral.

§ 1º A estrutura do texto escrito integrará, obrigatoriamente os seguintes itens: Resumo, revisão bibliográfica, objetivos, metodologia, resultados e discussão, conclusão e referências bibliográficas, ou outra estrutura definida pelo Curso, em conformidade com a tipologia de trabalho desenvolvido]

§ 2º O trabalho deverá ser redigido, obrigatoriamente, de acordo com o Modelo Padrão disponibilizado pela Coordenação de Curso, obedecidas as seguintes normas de formatação:

- Fonte: Times New Roman, tamanho 12;
- Espaçamento entre linhas 1,5;
- Margens: superior e esquerda 3 cm, e inferior e direita 2 cm.

Seção II

Da apresentação oral

Art. 8º A apresentação oral do TCC, em caráter público, ocorre de acordo com o cronograma definido pelo Colegiado/Coordenação de Curso, sendo composto de três momentos:

- I - Apresentação oral do TCC pelo acadêmico;
- II - Fechamento do processo de avaliação, com participação exclusiva dos membros da Banca Avaliadora;
- III - Escrita da Ata, preenchimento e assinatura de todos os documentos pertinentes.

§ 1º O tempo de apresentação do TCC pelo acadêmico é de 15 minutos, com tolerância máxima de 5 minutos adicionais.

§ 2º Após a apresentação, a critério da banca, o estudante poderá ser arguido por um prazo máximo de 40 minutos.

§ 3º Aos estudantes com necessidades especiais facultar-se-ão adequações/adaptações na apresentação oral do TCC.

Art. 9º As apresentações orais dos TCCs ocorrerão no Indicar período letivo, conforme cronograma estabelecido e divulgado previamente pelo Coordenador de Curso.

Seção III

Da avaliação

Art. 10. A avaliação do TCC será realizada por uma banca examinadora, designada pelo colegiado/coordenação de curso, por meio da análise do trabalho escrito e de apresentação oral.

Art. 11. Após a avaliação, caso haja correções a serem feitas, o discente deverá reformular seu trabalho, segundo as sugestões da banca.

Art. 12. Após as correções solicitadas pela Banca Avaliadora e com o aceite final do Professor Orientador, o acadêmico entregará à Biblioteca do campus uma cópia do TCC em formato eletrônico, arquivo pdf e .doc.

Parágrafo único. O prazo para entrega da versão final do TCC é definido pela Banca Avaliadora no ato da defesa, não excedendo a 30 dias a contar da data da apresentação oral.

Art. 13. O TCC somente será considerado concluído quando o acadêmico entregar, com a anuência do orientador, a versão final e definitiva.

Art. 14. Os critérios de avaliação envolvem:

I - No trabalho escrito – os critérios definidos pelo colegiado/coordenadoria do curso, são: organização estrutural; a linguagem concisa; a argumentação coerente com o referencial teórico, com aprofundamento conceitual condizente com o nível de ensino; a correlação do conteúdo com o curso; a correção linguística e o esmero acadêmico-científico.

II - Na apresentação oral - os critérios definidos pelo colegiado/coordenadoria do curso, são: o domínio do conteúdo, a organização da apresentação, a capacidade de comunicação das ideias e de argumentação.

Art. 15. A composição da nota será obtida por meio de indicar a regra para atribuição de nota por cada membro da banca, bem como para a composição da nota final.

§ 1º Para ser aprovado, o aluno deve obter nota final igual ou superior a 60 pontos.

§ 2º Caso o acadêmico seja reprovado em TCC, terá uma segunda oportunidade de readequar seu trabalho e reapresentá-lo num prazo máximo de 30 dias.

Art. 16. Verificada a ocorrência de plágio total ou parcial, o TCC será considerado nulo, tornando-se inválidos todos os atos decorrentes de sua apresentação.

CAPÍTULO V

DA COMPOSIÇÃO E ATUAÇÃO DA BANCA

Art. 17. A Banca Avaliadora será composta por 3 (três) membros titulares.

§ 1º O Professor Orientador será membro obrigatório da Banca Avaliadora e seu presidente.

§ 2º A escolha dos demais membros da Banca Avaliadora fica a critério do Professor Orientador e do orientando, com a sua aprovação pelo colegiado/coordenadoria de curso.

§ 3º O co-orientador, se existir, poderá compor a Banca Avaliadora, porém sem direito a arguição e emissão de notas, exceto se estiver substituindo o orientador.

§ 4º A critério do orientador, poderá ser convidado um membro externo ao Câmpus/Instituição, desde que relacionado à área de concentração do TCC e sem vínculo com o trabalho.

§ 5º A participação de membro da comunidade externa poderá ser custeada pelo câmpus, resguardada a viabilidade financeira.

Art. 18. Ao presidente da banca compete lavrar a Ata.

Art. 19. Os membros da banca farão jus a um certificado emitido pela Instituição, devidamente registrado pelo órgão da instituição competente para esse fim.

Art. 20. Todos os membros da banca deverão assinar a Ata, observando que todas as ocorrências julgadas pertinentes pela banca estejam devidamente registradas, tais como, atrasos, alteração dos tempos, prazos para a apresentação das correções e das alterações sugeridas, dentre outros.

CAPÍTULO VI

DA ORIENTAÇÃO

Art. 21. A orientação do TCC será de responsabilidade de um professor do curso ou de área afim do quadro docente.

Parágrafo único - É admitida a orientação em regime de co-orientação, desde que haja acordo formal entre os envolvidos (acadêmicos, orientadores e Coordenação de Curso).

Art. 22 Na definição dos orientadores devem ser observadas, pela Coordenação e pelo Colegiado de Curso, a oferta de vagas por orientador, definida quando da oferta do componente curricular, a afinidade do tema com a área de atuação do professor e suas linhas de pesquisa e/ou formação acadêmica e a disponibilidade de carga horária do professor.

§ 1º O número de orientandos por orientador não deve exceder a 10 por período letivo.

§ 2º A substituição do Professor Orientador só será permitida em casos justificados e aprovados pelo Colegiado de Curso e quando o orientador substituto assumir expressa e formalmente a orientação.

Art. 23. Compete ao Professor Orientador:

I - Orientar o(s) aluno(s) na elaboração do TCC em todas as suas fases, do projeto de pesquisa até a defesa e entrega da versão final da monografia.

II - Realizar reuniões periódicas de orientação com os alunos e emitir relatório de acompanhamento e avaliações.

III - Participar da banca de avaliação final na condição de presidente da banca.

IV - Orientar o aluno na aplicação de conteúdos e normas técnicas para a elaboração do TCC, conforme as regras deste regulamento, em consonância com a metodologia de pesquisa acadêmico/científica.

V - Efetuar a revisão da monografia e autorizar a apresentação oral, quando julgar o trabalho habilitado para tal.

VI - Acompanhar as atividades de TCC desenvolvidas em ambientes externos, quando a natureza do estudo assim requisitar.

Art. 24. Compete ao Orientando:

I – Observar e cumprir a rigor as regras definidas neste Regulamento.

II – Atentar aos princípios éticos na condução do trabalho de pesquisa, fazendo uso adequado das fontes de estudo e preservando os contextos e as relações envolvidas no processo investigativo.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25. Os custos relativos à elaboração, apresentação e entrega final do TCC ficam a cargo do acadêmico.

Art. 26. Cabe ao Colegiado / Coordenadoria de Curso a elaboração dos instrumentos de avaliação (escrita e oral) do TCC e o estabelecimento de normas e

procedimentos complementares a este Regulamento, respeitando os preceitos deste, do PPC e definições de instâncias superiores.

Art. 27. O discente que não cumprir os prazos estipulados neste regulamento deverá enviar justificativa por escrito ao colegiado do curso que julgará o mérito da questão.

Art. 28. Os casos não previstos neste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado / Coordenadoria de Curso e pelo Professor Orientador.

Art. 29. Compete a Coordenadoria de Curso definir estratégias de divulgação interna e externa dos trabalhos desenvolvidos no Curso.

8.5 Matriz curricular

MEC/SETEC INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA MATRIZ CURRICULAR Nº _____ A PARTIR DE 2023/Segundo Período							
Código SUAP	Componente Curricular	Núcleo (N1, N2, N3) / PCC	Hora relógio ensino (A)	Hora relógio extensão (B)	Hora relógio pesquisa (C)	Hora relógio Presencial	Hora relógio total (A+B+C)
1º SEMESTRE OU ANO							
	Introdução às Ciências Humanas	N1	60				60
	Teoria da História	N2	60				60
	Português Instrumental	N1	60				60
	Informática Instrumental	N1	60				60
	Introdução à Antropologia	N1	60				60
	Introdução à Geografia	N1	60				60
	SUBTOTAL		360				360
2º SEMESTRE OU ANO							
	História Antiga	N2	60				60

	História Medieval	N2	60				60
	Introdução à Filosofia	PPC	60				60
	Fundamentos da Educação I	PPC	60				60
	Ensino de História e Inclusão de Pessoas com Deficiência	N2	60				60
	Prática Extensionista em Ciências Humanas I: História da Região	N3		60		60	60
	SUBTOTAL		300	60		60	360
	3º SEMESTRE OU ANO						
	História da América Colonial Portuguesa	N2	60				60
	História da América Afrodescendente	N2	60				60
	História Moderna I	N2	60				60
	Prática de Ensino I (Didática)	PPC	60				60
	Fundamentos da Educação II	PPC	60				60
	Relações Étnico-raciais na História do Brasil	N2	60				60
	SUBTOTAL		360				360
	4º SEMESTRE OU ANO						
	História do Brasil Império	N2	60				60
	História da América II	N2	60				60
	História Moderna II	N2	60				60
	Introdução à Sociologia	N1	60				60
	História Contemporânea I	N2	60				60
	Prática de Ensino II (Dinâmica e Organização Escolar)	PPC		60		60	60
	SUBTOTAL		300	60		60	360
	5º SEMESTRE OU ANO						
	História do Brasil República	N2	60				60

	História das Áfricas no Rio Grande do Sul e região	N2	60				60
	Metodologia do Ensino de História	N2	60				60
	Fundamentos da Educação III	PPC	60				60
	Prática de Ensino III – Métodos e Técnicas de Avaliação	PPC	60				60
	Estágio Supervisionado I	N3	60				60
	SUBTOTAL		360				360
	6º SEMESTRE OU ANO						
	Práticas de Pesquisa: Patrimônio Cultural	N3	60				60
	Fundamentos da Educação IV	PPC	60				60
	História Contemporânea II	N2	60				60
	Língua Brasileira de Sinais	N1	60				60
	Seminário de Pesquisa em Ensino de História I	N3	100		35	35	135
	Metodologia da Pesquisa Histórica	N3	30		30	30	60
	Estágio Supervisionado II	N3	90				90
	SUBTOTAL		460		65	65	525
	7º SEMESTRE OU ANO						
	História do Oriente	N2	60				60
	A América transimperial e a formação cultural do Rio Grande do Sul	N2	60				60
	Prática extensionista em Ciências Humanas II: Étnico-raciais	N3		60		60	60
	História Indígena	N2	60				60
	Seminário de Pesquisa em Ensino de História II	N3	135				135
	Estágio Supervisionado III	N3	120				120

	SUBTOTAL		435	60		60	495
	8º SEMESTRE OU ANO						
	Prática Extensionista em Ciências Humanas III: História das Pessoas com Deficiência	N3		60		60	60
	Prática Extensionista em Ciências Humanas IV: Gênero e Diversidade	N3		60		60	60
	História da África	N2	60				60
	Estágio Supervisionado IV	N3	150				150
	SUBTOTAL		210	120		120	330
	9º SEMESTRE OU ANO						
	Trabalho de Conclusão de Curso I	N3			30	30	30
	Direitos Humanos (Eletiva)	N1					
	Ética (Eletiva)	N1					
	Prática Extensionista em Ciências Humanas V: História LGBTQUIA+	N3		60		60	60
	SUBTOTAL			60	30	90	90
	10º SEMESTRE OU ANO						
	Trabalho de Conclusão de Curso II	PCC			120	120	120
	Metodologia Científica (Eletiva)	N3					
	Patrimônio, Turismo e História (Eletiva)	N1					
	Prática Extensionista em Ciências Humanas VI: História, Ambiente e Conhecimento no Antropoceno	N3		60		60	60
	SUBTOTAL			60	120	180	180
	TOTAL		2785	420	215	635	3420

Carga horária de Ensino (A)	2785
Carga horária da curricularização da extensão (B)	420
Carga horária da curricularização da pesquisa (C)	215
Carga horária das disciplinas eletivas(D)	240
Trabalho de conclusão de curso (quando previsto) (E)	150
Atividades complementares(F)	200
Estágio curricular obrigatório (quando previsto) (G)	420
Carga horária total (H = A+B+C+D+E+F+G)* **	3860

* O item (E) não foi somada à carga horária total para não duplicar, visto que o TCC é CH de pesquisa.

** O item (G) não foi somada à carga horária total para não duplicar, visto que o Estágio é CH de ensino.

Carga Horária Presencial (I)	635
Núcleo de estudos de formação geral (N1)*	420
Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos (N2)	1200
Núcleo de estudos integradores (N3)**	960
Prática com Componente Curricular (PCC)	600
% Carga Horária Presencial (I/H) * 100	16,45%
% Carga Horária Curricularização da Extensão (B/H) * 100	10,88%
% Carga Horária Curricularização da Pesquisa (C/H) * 100	5,57%

*As disciplinas N1 Eletivas não foram contabilizadas

**As disciplinas N3 Eletivas não foram contabilizadas

Orientações sobre cargas horárias conforme DCN 2015 (somente para orientação sobre cargas horárias, excluir este texto do documento final):

Carga horária total: mínimo, 3.200 h

horas de prática como componente curricular (PCC):400h

Estágio Supervisionado: 400h

N1+N2 = 2200h

N3: 200h

8.6 Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografias

DISCIPLINA: Introdução às Ciências Humanas	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: Origem, História e Conceituação das Ciências Humanas. Introdução e Interdisciplinaridade em Ciências Humanas. As concepções de interdisciplinaridade no ensino. A pesquisa interdisciplinar, os lugares dos saberes. A interdisciplinaridade na educação básica.	

Conteúdos

UNIDADE I – História e Conceituação das Ciências Humanas
 UNIDADE II – Introdução e Interdisciplinaridade em Ciências Humanas
 UNIDADE III - A Interdisciplinaridade na Educação Básica

Bibliografia básica

BARROS, J. D. Teoria da história. Os primeiros paradigmas: o positivismo e historicismo. Petrópolis: Vozes, 2001.
 HABERMAS, J. Lógica das Ciências Sociais. Madrid: Técnos, 1998
 JENKINS, K. A história repensada. São Paulo: Contexto, 2013.
 MATURANA, Humberto e VARELA, Francisco. A Árvore do Conhecimento. São Paulo: Phalas Athena: 2010.

REIS, J. C. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. Editora FGV, 2010.
 _____. A história entre a filosofia e a ciência. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
 _____. Teoria da história: tempo histórico, história do pensamento ocidental e pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

Bibliografia complementar

ARAÚJO, V. L.; MOLLO, H. M.; NICOLAZZI, F. Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
 BARROS, J. D. Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2013.
 CARRETERO, M. Documentos de identidade: a construção da memória histórica em mundo globalizado. Porto Alegre: Artmed, 2010.
 DILTHEY, W. A construção do mundo histórico nas ciências humanas. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
 DOSSE, F. A história. Bauru: EDUSC, 2003.
 HARTOG, F. Evidência da história: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
 MARTINS, E. R. História pensada: teoria e método na historiografia europeia do séc. XIX. São Paulo: Contexto, 2010.
 MITRE, A. O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
 PROST, A. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SIMEL, G. Ensaio sobre a teoria da história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
 WALLERSTEIN, I. Impensar a Ciência Social: os limites dos paradigmas do século XIX. São Paulo: Ideias e Letras, 2006

DISCIPLINA: Teoria da História	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: O homem e a história. A historicidade da vida. A história enquanto ciência. Os fundamentos teóricos da história. As noções principais e os conceitos básicos da teoria da história e da prática historiográfica. Objetividade e subjetividade da história.	

Conteúdos

UNIDADE I – Crise da modernidade ou pós-modernidade na história
 UNIDADE II – História e narrativa
 UNIDADE III - História e memória
 UNIDADE IV - A micro história
 UNIDADE V - História Cultural
 UNIDADE VI - O marxismo na historiografia contemporânea

Bibliografia básica

BURKE, Peter. A Escola dos Annales. São Paulo: UNESP, 1989.
 DE CERTEAU, Michel. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
 CHARTIER, Roger. A história cultural. Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1988.
 GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
 REVEL, Jacques (org.) Jogos de escala : a experiência da microanálise. Rio de Janeiro : Editora FGV, 1998.

Bibliografia complementar

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio. Revista Resgate, no 2, Campinas, Papirus, Centro de Memória, 1991, (48-56).
 ANDERSON, Perry. Considerações sobre o marxismo ocidental. Porto: Afrontamento, s/d.
 BARROS, José D'Assunção. O Campo da História: especialidades e abordagens. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
 BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Antropos, 1985.
 BERGSON, Henri. Matéria e Memória. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
 BERMANN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
 BOSI. Alfredo [et al.] Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997
 BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs) Passados recompostos: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.
 BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (org) .Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
 BURGUIÈRE, André. Dicionário das Ciências Históricas. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
<p>Ementa: Ortografia e Produção de Texto. Revisão gramatical: pontuação, concordância, regência. Estratégias textuais. Noção de texto como discurso; intertextualidade no mundo contemporâneo. Gêneros Textuais: Propaganda, matéria jornalística, crônica, poesia, conto e escrita criativa. Linguagem da Internet. Traços dos textos teóricos. Resenha, artigo, ensaio.</p>	

Conteúdos

UNIDADE I – Tópicos Gramaticais básicos
 UNIDADE II – Compreensão e produção do texto
 UNIDADE III - Expressão Oral
 UNIDADE IV - Compreensão e Produção de textos informativos e acadêmicos
 UNIDADE V - Argumentatividade Textual
 UNIDADE VI - Normas Linguísticas
 UNIDADE VII - Resenhas
 UNIDADE VIII - Síntese textual

Bibliografia básica

FARACO, C.A e TEZZA, C. Prática de texto. Curitiba: Vozes, 1993.
 GARCIA, O. M. Comunicação e prosa moderna. Rio de Janeiro: FGR, 1990.
 KLEIMAN, A. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 1992. KOCH, I. A Coesão textual. São Paulo: Contexto.
 _____ A coerência textual. S. Paulo: Contexto
 Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2002.
 MARCUSCHI, L. Produção textual, análise de gênero e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.
 MARTINS, D.S. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1991. SOARES, M. B e CAMPOS, E. N. Técnica de redação: as articulações linguísticas como técnica de pensamento. Ao livro Técnico. Rio de Janeiro, 1978.

Bibliografia complementar

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
 FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 29. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
 MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 29ª.ed. São Paulo: Atlas, 2004.
 PEREIRA, Edimilson de Almeida. Ardis da imagem: exclusão étnica e violência nos discursos da cultura brasileira. Belo Horizonte: Mazza/ Ed. da PUC-MG, 2001. Em parceria com Núbia Pereira M. Gomes. Portal Literafro: www.letras.ufmg.br/literafro
 DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA, São Paulo: Objetiva, Nova edição, 2009.

DISCIPLINA: Informática Instrumental	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: O computador e o mundo atual, o computador e seu funcionamento, ambientes operacionais, Internet, edição de texto, planilhas eletrônicas, editores de apresentação, noções de bancos de dados, projeto de aplicação na área de Ciências Humanas.	

Conteúdos

UNIDADE I – Computadores e Internet

UNIDADE II – Pesquisa na Internet e Editor de Texto

UNIDADE III - Acessibilidade na Internet e Editor de Texto

Bibliografia básica

HILL, Brad. Pesquisa na Internet. São Paulo: Campus. 2000.

MONTEIRO, Mário. Introdução à organização de computadores. Rio de Janeiro: LTC, 1996.

VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

Bibliografia complementar

LÈVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999. TEIXEIRA FILHO, Jayme. A internet e as comunidades virtuais. Rio de Janeiro: SENAC RIO, 2002.

MORAN, José Manuel. Como utilizar a Internet na educação. Revista Ciência da Informação, v. 26, n. 2, p. 146-153, maio/ago. 1997

DISCIPLINA: Introdução à Antropologia	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: O campo do conhecimento da Antropologia Cultural. A Antropologia no quadro das Ciências Sociais e o enfoque da diversidade cultural humana. Perspectivas contemporâneas da Antropologia Cultural: produção simbólica, visões de mundo e identidade cultural como domínios de teorização. Processos educacionais e conflitos na escola sob o prisma da Antropologia Cultural.	

Conteúdos

UNIDADE I – Um convite para o espanto

UNIDADE II – Lançando um olhar para o “europeu”

UNIDADE III - A antropologia e a questão do outro

UNIDADE IV - O Problema da diversidade cultural

Bibliografia básica

- BARTH, F. O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BIANCO, B.F. (Ed.). Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São Paulo: Global Universitária, 1987.
- DAMATTA, R. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- GEERTZ, C. (Ed.). A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. GEERTZ, C. Nova Luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- NUNES, E.O. A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SAHLIN, M. Cultura na prática. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005.

Bibliografia complementar

- ACARYA, ANANDAMITRA Av. Meditação e os segredos da mente. São Paulo: Ed. Ananda Marga, 2008.
- CLASTRES, P. A sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- DA MATTA, R. Relativizando. Uma introdução à antropologia social. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981.
- DOUGLAS, M. As abominações do Levítico, In. Pureza e perigo, Lisboa: Edições 70, s/d.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas, Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HARRIS, M. Vacas, Porcos, Guerras e Bruxas: os enigmas da cultura, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DISCIPLINA: Introdução à Geografia	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: Noções básicas de cartografia. Características físicas e naturais dos continentes terrestres. A formação do espaço geográfico mundial contemporâneo. Agentes e dinâmica da organização do espaço mundial.	

Conteúdos

UNIDADE I – Cartografia

UNIDADE II – A Formação do Espaço Geográfico

UNIDADE III - Agentes e dinâmica da organização do espaço mundial

Bibliografia básica

- HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo, Ed. Loyola, 1992
- MENEZES, P.M.L. & FERNANDES, M.C. Roteiro de Cartografia. São Paulo: Oficina de Textos, 1ª edição, 288 p., 2013.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- _____. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.
- TEIXEIRA, W.; TOLEDO, C.; FAIRCHILD, T.; TAIOLI, F. Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.

Bibliografia complementar

- ANDRADE, M. C. Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.
- CALLAI, H. Educação no contexto da globalização: Reflexões a partir de diferentes olhares. Ijuí: Unijuí, 2014.
- MENDONÇA, F. Geografia e meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2012.
- MOREIRA, R. Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. O que é geografia. São Paulo: Brasiliense, 1989. MORAES, A. C. A gênese da geografia moderna. São Paulo: Hucitec, 1989.
- PASSINI, E. Y. Alfabetização cartográfica e a aprendizagem de geografia. São Paulo: Cortez, 2012.
- SPOSITO, E. S. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Unesp, 2014.

DISCIPLINA: História Antiga	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: Sociedades da Antiguidade Clássica: Grécia e Roma. A constituição do conhecimento histórico acerca da Antiguidade Clássica. As fontes históricas da Antiguidade Clássica; diversificação e desafios.	

Conteúdos

- UNIDADE I – Antiguidade Clássica
 UNIDADE II – Conhecimento Histórico da Antiguidade Clássica
 UNIDADE III - Diversificação e Desafios

Bibliografia básica

- ALFOLDY, G. A história social de Roma, Lisboa: Presença, 1998.
- AUSTIN, M. et VIDAL-NAQUET, P. Economia e sociedade na Grécia antiga. Lisboa: Lisboa: Setenta, 1997.
- CARDOSO, C. A cidade-estado antiga. São Paulo, Ática, 1996.
- CORASSIN, M. Sociedade e política na Roma antiga. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. A reforma agrária na Roma antiga. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- FINLEY, M. A política no mundo antigo. Rio de Janeiro: Zahar, 1995
- _____. Escravidão antiga e ideologia moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1997. _____. Os gregos antigos. Lisboa: Setenta, 1999.
- FLORENZANO, M. O mundo antigo: economia e sociedade. São Paulo, Brasiliense, 1996.
- _____. Nascer, viver e morrer na Grécia antiga. São Paulo: Atual, 1997. FUNARI, P. A cultura popular na Antiguidade Clássica. São Paulo: Contexto, 1999. _____. Grécia e Roma, São Paulo: Contexto, 2007.
- GIARDINA, A. (org.) O homem romano. Lisboa: Presença, 1996.
- GRANDAZZI, A. As origens de Roma. São Paulo: UNESP, 2010.
- GUARINELLO, N. História antiga. São Paulo: Contexto, 2013.
- MOSSÉ, C. Atenas: a história de uma democracia. Brasília: UnB, 1999.

- _____. As instituições gregas. Lisboa: Setenta, 1994.
- _____. O cidadão na Grécia antiga. Lisboa: Setenta, 2009.
- _____. Alexandre, o grande. São Paulo: Liberdade, 2004.
- SILVA, G (org.) Grécia, Oriente e Roma. Vitória: Flor e Cultura, 2009.
- _____ et MENDES, N. (orgs.) Repensando o Império romano. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- STARR, C. O nascimento da democracia ateniense. São Paulo: Odysseus, 2005. VERNANT, J. O homem grego. Lisboa: Presença, 1997.
- _____ et VIDAL-NAQUET, P Trabalho e escravidão na Grécia antiga: Campinas: Papyrus, 1999.
- _____. O universo, os deuses e os homens. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.

Bibliografia complementar

- ADLER, Mortimer J. Aristóteles Para Todos: Uma introdução simples a um pensamento complexo. São Paulo: Realizações, 2010.
- MOSSÉ, Claude. Dicionário da Civilização Grega. São Paulo: Zahar, 2004.
- VERNANT, Jean Pierre. VIDAL-NAQUET, Pierre. Mito e Tragédia na Grécia Antiga. 2. ed São Paulo: Perspectiva, 2014.

DISCIPLINA: História Medieval	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: A antiguidade tardia e as transformações no mundo mediterrânico. As migrações germânicas; a formação dos reinos romano-germânicos; o ocidente medieval na Alta Idade Média: demografia, economia, política, sociedade e cultura; O Mediterrâneo oriental; o nascimento do Islão e o império árabe; o Império Romano do Oriente; o Império Carolíngio; o feudalismo: problemas teóricos e historiográficos; as religiões medievais; cultura e sociedade de ordens; cultura eclesiástica e cultura laica na Idade Média Ocidental; mentalidades e hierarquias sociais; expressões e categorias das mentalidades medievais; o nascimento da ideia de "Europa" e de "Oriente"; a expansão da Cristandade no século XIII; as Cruzadas; o crescimento das cidades e o fortalecimento da burguesia; a Igreja e o Papado: instrumentos de poder e afirmação secular; os Estados medievais: fundamentos políticos e religiosos. O Império Bizantino: estruturas fundamentais; os povos eslavos: reinos, cidades e rotas de comércio.	

Conteúdos

- UNIDADE I – A Antiguidade tardia
- UNIDADE II – A Historiografia relativa ao medievo
- UNIDADE III - Religiosidade
- UNIDADE IV - Sociedade e Cultura na Baixa Idade Média
- UNIDADE V - A Política como Instrumento religioso

Bibliografia básica

- AGNOLD, Michael. Bizâncio. A ponte da Antiguidade para a Idade Média. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- ANDERSON, P. Passagens da Antiguidade ao feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BAKHTIN, M. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. São Paulo: Hucitec, 1987.

- BARTHÉLEMY, Dominique. A cavalaria. Da Germânia antiga à França do século XII. Campinas: Unicamp, 2010.
- BASCHET, Jerome. A civilização feudal: do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.
- BLOCH, Marc. A sociedade feudal. Lisboa, Edições 70, 1980.
- CANDIDO SILVA, Marcelo. A realeza cristã na Alta Idade Média. São Paulo: Alameda, 2008.
- CAVALLO, Guglielmo. O homem bizantino. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- DUBY, G. Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval. Lisboa: Ed. 70, 1987.
- GANSHOF, F. L. Que é o feudalismo? Lisboa: Europa-América, 1968.
- HOURANI, Albert. Uma história dos povos árabes. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- KANTOROWICZ, Ernest. Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- LE GOFF, Jacques. São Luís. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- _____. Os intelectuais na Idade Média. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- LEWIS, Bernard. Os árabes na história. Lisboa: Estampa, 1982.
- LOT, Ferdinand. O fim do Mundo Antigo e o princípio da Idade Média. Lisboa: Ed. 70, 1985.
- RICHARDS, Jeffrey. Sexo, desvio e danação – as minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- ROMERO, José Luis. Crise e ordem no mundo feudoburguês. São Paulo: Palíndromo, 2005.
- SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- VAUCHEZ, André. A Espiritualidade na Idade Média Ocidental. Séculos VIII a XIII. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- WOLFF, Philippe. Outono da Idade Média ou primavera dos tempos modernos? São Paulo: Martins Fontes, 1988.

Bibliografia complementar

- DELUMEAU, Jean. História do Medo no Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DUBY, George. Guerreiros e Camponeses. Lisboa. Estampa, 1986.
- _____. O Ano Mil. Lisboa: Ed. 70, 1988.
- DAWSON, Christopher. Criação do Ocidente: Religião e Civilização Medieval. São Paulo: É Realizações: 2016.
- HUIZINGA, Johan. O Outono da Idade Média. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

DISCIPLINA: Introdução à Filosofia	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: Origem da Filosofia. Concepções, áreas e conceitos fundamentais do pensamento filosófico. Conceituação do que é filosofia e suas áreas e campos: ética, lógica, epistemologia, metafísica, estética, filosofia da história, filosofia política. Panorama da História da Filosofia. Concepções de ciência e método ao longo da história, revolução científica do século XVII e desdobramentos na contemporaneidade.	

Conteúdos

UNIDADE I – Origem da Filosofia

UNIDADE II – Conceituação do que é Filosofia, áreas e campos filosóficos
 UNIDADE III - História da Filosofia
 UNIDADE IV - Concepções de Ciência

Bibliografia básica

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 13a ed. São Paulo: editora Ática, 2005
 AGOSTINHO Santo, Bispo de Hipona. Confissões. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
 JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário Básico de Filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
 MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
 MONTAIGNE. Os ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
 PLATÃO. Diálogos. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
 WOLLSTONECRAFT, Mary. Reivindicação dos direitos da mulher. Trad. de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

Bibliografia complementar

ABBAGNANO, N. História da Filosofia . Lisboa: Editorial Presença, 1993, 14v.
 ABBAGNANO, N. Dicionário de Filosofia. 2 ed. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1992.
 ANDERY, M^a A. Et. al. Para compreender a ciência. 5. ed. – Rio de Janeiro, Espaço Tempo, 1994.
 HARVEY, David,. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2017.
 MORIN, Edgar. O problema epistemológico da complexidade. Lisboa; Publicações Europa-América, 1996.
 NICOLA, Ubaldo. Antologia ilustrada de Filosofia. São Paulo: Globo, 2006.

DISCIPLINA: Fundamentos da Educação I	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
<p>Ementa: Conhecimento: produção, formas e estratégias de avaliação; saber e poder. Ser Humano: perspectivas histórica, filosófica, sócio-antropológica e psicológica. Educação e sociedade: concepções e conflitos. Estado e Educação: ideologia, cidadania e globalização.</p>	

Conteúdos

UNIDADE I – Conhecimento
 UNIDADE II – Ser Humano
 UNIDADE III - Educação e Sociedade
 UNIDADE IV - Estado e Educação

Bibliografia básica

- ARANHA, Maria Lúcia. História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- MANACORDA, Mario. História da Educação: Da antiguidade aos nossos dias. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org). Culturas, saberes e práticas: Memórias e Histórias da Educação Profissional. Sao Paulo: Centro Paula Souza, 2011.
- GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Ática, 2011

Bibliografia complementar

- SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 18.ed. Campinas: Autores Associados, 2009.
- SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 3. Ed.Campinas/SP: Autores Associados, 2011.

DISCIPLINA: Ensino de História e Inclusão de Pessoas com Deficiência	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: O Ensino de História e a Inclusão. Legislação. A pessoa com deficiência, problemas e desafios da inclusão. Acessibilidade.	

Conteúdos

- UNIDADE I – O Ensino de História e a Inclusão PcD
- UNIDADE II – Legislação
- UNIDADE III - Acessibilidade

Bibliografia básica

- FACION, José Raimundo.(org) Inclusão escolar e suas implicações. 2a.ed rev. e atual. Curitiba: Ibpex, 2009.
- MANTOAN, Teresa; PRIETO, Rosângela; ARANTES, Valéria. (org.) Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.
- OLIVEIRA, Erica. Adaptações Curriculares. Relatório de consultoria técnica, projeto Educação Inclusiva no Brasil: Desafios Atuais e Perspectivas para o Futuro. Banco Mundial, 2003.
- REILY, Lucia Helena. Escola inclusiva: linguagem e mediação. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2011.
- SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira (orgs.) Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia complementar

- SANTOS, M. P dos; PAULINO, M.M. (orgs) Inclusão em Educação: culturas, políticas e práticas. 2ª.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

DISCIPLINA: História da América Colonial Portuguesa	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
<p>Ementa: História da América portuguesa. O Brasil no contexto do império português. Gênero, desenvolvimento e características da organização. A escravidão e o sistema colonial. Povos Originários. História das Mulheres. América portuguesa e as rotas Asiáticas. As guerras do açúcar no nordeste, mineração e rebeldia no séc. XVIII. Conjurações, inconfidências e o acaso do sistema colonial. A Emancipação política.</p>	

Conteúdos

UNIDADE I – América portuguesa
 UNIDADE II – Escravidão
 UNIDADE III - Povos Originários
 UNIDADE IV - História das Mulheres
 UNIDADE V - O Antigo Sistema Colonial

Bibliografia básica

ALEXANDRE, Valentim. Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Lisboa: Afrontamento, 1993. - ALMEIDA, Maria Regina C. Metamorfoses Indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do RJ. RJ:Arquivo Nacional, 2003.

ANASTASIA, Carla Junho. Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas Gerais do século XVIII. Belo Horizonte : C/Arte, 1998.

ARRUDA, Jobson. O Brasil no comércio colonial, SP, Ática, 1980.

BARBOSA, Waldemar. Dicionário Histórico-geográfico de Minas Gerais. s.ed., Belo Horizonte, 1971. -

BETHELL, Leslie. História da América Latina: América Latina Colonial. Vols. I e II , SP EDUSP, 1997/98.

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lucia Amaral. (Orgs). Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2007

BICALHO, Maria Fernanda; SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Junia Ferreira. (Orgs.) O governo dos povos. São Paulo: Alameda, 2009.

BOXER, Charles R. O Império Marítimo Português: 1415-1825. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 -

_____. A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969

BURGUIÈRE, André, et allie. História da Família, 03 vols. Lisboa: Terramar, 1996. - 301.185.14(091) CALDEIRA, Jorge. A nação mercantilista. Ensaios sobre o Brasil. SP: Ed. 34, 1999.

CARDOSO, Ciro F. Agricultura, escravidão e capitalismo, 2 ed. Petrópolis, Vozes, 1982.

_____. (Org.) Escravidão e abolição no Brasil : novas perspectivas. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. “As concepções acerca do ‘Sistema Econômico Mundial’ e do ‘Antigo Sistema Colonial’: a preocupação obsessiva com a ‘extração de excedente’.” In: LAPA, José Roberto do Amaral. (org.) Modos de Produção e Realidade Brasileira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980

- COSTA e SILVA, Alberto da. A enxada e a lança: A África antes dos portugueses. 2a. ed. Rio de Janeiro,: Nova Fronteira, 1996. – Serviço Social – 96. DAVIS, David Brion. O problema da escravidão na cultura ocidental. RJ:Civilização Brasileira, 2001.
- DEL PRIORE, Mary. Os esquecidos por Deus: monstros no mundo ibero-americano. SP:Cia das letras, 1999.
- FALCON, Francisco José Calazans. A época pombalina, SP, Ática, 1982
- FAORO, Raimundo. Os donos do poder, São Paulo, Globo, 2004
- FARIA, Sheila de Castro. Colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial. RJ: Nova Fronteira, 1999 - 326:308(81)"17"
- FERLINI, Vera Lúcia. Terra, trabalho e poder, SP, Brasiliense, 1989.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Barrocas famílias: Vida familiar em Minas Gerais do século XVIII.São Paulo : HUCITEC, 1977. FLORENTINO, Manolo. Em costas negras. Uma história do tráfico de escravos entre África e Rio de Janeiro. SP: Cia das Letras,1997
- _____ et GOÉS, José Roberto. A paz nas senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, RJ, 1790- 1850. , 2ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 1997.
- FRAGOSO, João R. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia mercantil na praça do Rio de Janeiro, RJ, Arquivo Nacional, 1992.
- _____ et FLORENTINO Manolo. O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840. RJ: Diadorim, 1993.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.) O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs.) Na Trama das Redes: Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala, RJ , José Olimpio, 1961.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil, RJ, 1959.
- GIUCCI, Guilherme . Sem fé, lei ou rei : Brasil 1500 - 1532,RJ, Rocco, 1993.
- GORENDER, Jacob. O escravismo colonial, 3 ed. SP, Ática, 1980.
- _____. A escravidão reabilitada, SP, Ática, 1988.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio, RJ, Paz e Terra, 1977.
- HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA ,TOMOS I, II e III, SP, Difel,
- LAPA, José Roberto do Amaral. Modos de produção e realidade brasileira, Petrópolis, Vozes, 1980.
- LAPA, José Roberto do Amaral. A Bahia e a Carreira da Índia. São Paulo: HUCITEC, 2000
- LIBBY, Douglas. Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas gerais no século XIX, SP, Brasiliense, 1989
- LINHARES, Maria lêda. História Geral do Brasil. Rio de Janeiro, Campos, 1990
- _____. História da agricultura brasileira , SP, Brasiliense, 1981
- MARQUESE, Rafael de Bivar. Administração e escravidão. Idéias sobre gestão da agricultura escravista brasileira. SP: Hucitec, 1999. MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo. RJ: Paz e terra, 1996 – Instituto Itamar Franco Biblioteca Universitária.
- MELLO, Evaldo Cabral de. O Negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1998 -
- _____. Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654. 3ª.Edição, definitiva. São Paulo, SP: Ed. 34, 2007.
- _____. Rubro Veio: O imaginário da restauração pernambucana. 3ª. Edição, revista. São Paulo, SP: Alameda, 2008.
- MILLER, Joseph C. Poder político e parentesco: os antigos estados Mbundu em Angola. Luanda: Arquivo Histórico Nacional,1995.

- MORAES, Antônio Carlos R; MILLER, Joseph C. Território colonial brasileiro no longo século XVI. SP: Hucitec, 2000.
- NOVAES, Adauto (Coord). A descoberta do homem e do mundo. SP: Cia das letras/ Minc-Funarte, 1998.
- NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, SP, Hucitec, 1983.
- PEDREIRA, J. Estrutura industrial e mercado colonial: Portugal e Brasil (1780-1830). Lisboa: Difel, 1994
- PEREIRA, Paulo Roberto, (org). Os três únicos testemunhos da História do descobrimento do Brasil. RJ: Lacerda editores, 1999
- PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo, SP, Brasiliense, 1987
- RAU, Virginia. Estudos sobre a história econômica e social do Antigo Regime. Lisboa: Presença, 1984.
- RICUPERO, Rodrigo. A formação da elite colonial. Brasil (c. 1530 - c. 1630). São Paulo: Alameda, 2009.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. Escravos e libertos no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005
- SALGADO, Graça. (coord.) Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985
- SCHWARTZ, Stuart B. Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A suprema corte da Bahia e seus juizes: 1609-1751. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979
- SCHWARTZ, Stuart B. et LOCKHART, James. A América Latina na época colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002
- SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial. SP: Cia das Letras, 1995.
- SCHWARTZ, Stuart; MYRUP, Erik. (Orgs.) O Brasil no império marítimo português. Editora Educ. 2009.
- SCISÍNIO, Alaôr Eduardo. Dicionário da escravidão. RJ: Léo Christiano Editorial Ltda. 1997.
- SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e a terra de Santa Cruz, SP, Cia das Letras, 1986.
- _____. O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza. História da Família no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Bibliografia complementar

- SILVA, Maria Beatriz Nizza.(coord) Dicionário da História da colonização portuguesa no Brasil. Lisboa : Verbo, 1994.
- SLENES, Robert W. Na senzala uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SODRÉ, Néelson Werneck. Formação histórica do Brasil, SP, 1970.
- THORNTON, John. A África e os Africanos. Na formação do mundo atlântico. 1400-1800. RJ: Elsevier (Campus), 2004.
- VAINFAS, Ronaldo. Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Petrópolis: Vozes, 1986 -
- _____. A Heresia dos Índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial. SP: Cia das Letras, 1995
- WHELING, Arno. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994
- ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII. 2 ed. São Paulo : Hucitec/EDUSP, 1990.

DISCIPLINA: História Moderna I	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]

Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
<p>Ementa: O processo de formação da modernidade no mundo ocidental em suas estruturas, sistemas e relações. As transformações estruturais, mudanças conjunturais, concepções e conceitos que marcaram a evolução histórica para a modernidade. A ruptura do mundo medieval. Humanismo, Renascimento e Reforma. Expansão e conhecimento do mundo. A sociedade estamental do Antigo Regime. Teoria e prática do Estado Moderno. Mercantilismo. O racionalismo, a ilustração e o romantismo.</p>	

Conteúdos

UNIDADE I – A Modernidade no Mundo Ocidental
 UNIDADE II – Humanismo
 UNIDADE III - Renascimento e Reforma
 UNIDADE IV - A Sociedade Estamental do Antigo Regime
 UNIDADE VI - Teoria e Prática do Estado Moderno

Bibliografia básica

MARX, K., O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Livro 1, volume II, cap. 24)
 WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Pioneira. (Caps. II e V)
 WOOD, Ellen Meiksins. A origem do capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. (Parte I).
 POLANY, K. A Grande Transformação - As Origens de Nossa Época, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
 ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1989. (I Parte: caps. 1 a 5; II Parte: caps. 8 e 9).
 ELIAS, N. A Sociedade da Corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. (Caps. 5 e 7). LEVI, Giovanni. Economia camponesa e mercado de terra. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Exercícios de micro-história. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
 FALCON, Francisco. As idéias mercantilistas e As práticas mercantilistas. In: Mercantilismo e transição. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Caps. 2 e 3).
 HILL, Christopher. O mundo de ponta cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. (Prefácio; Caps. 1 a 5) MOORE JR., Barrington. As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983. (Caps. 1 e 2).
 DELUMEAU, Jean. A civilização do Renascimento. Vol.1. Lisboa: Estampa, 1994. (Cap. 9)
 RUDÉ, George. A Europa no século XVIII: a aristocracia e o desafio burguês. Lisboa: Gradiva, 1988. (Parte I: caps. 2, 3 e 4)

Bibliografia complementar

HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns viesamentos correntes. In: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
 HESPANHA, António Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). História de Portugal – Antigo Regime, vol.4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

DISCIPLINA: Prática de Ensino I (Didática)	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
<p>Ementa: Educação, pedagogia e didática. Didática e tendências pedagógicas. Formação, memória e experiência a serviço da construção da identidade do professor. O cotidiano escolar e os desafios da prática docente. Organização, implementação e acompanhamento do processo ensino aprendizagem. Novas exigências do trabalho escolar. Educação mediada por tecnologias da informação e comunicação.</p>	

Conteúdos

UNIDADE I – Concepções de Educação
 UNIDADE II – Didática e tendências pedagógicas
 UNIDADE III - O processo de ensino e aprendizagem
 UNIDADE IV - O Cotidiano Escolar

Bibliografia básica

DALBEN, A.I.L de F. (org.) Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
 SAVIANI, Demerval. Escola e democracia. 41.ed. Campinas: Autores Associados, 2009.
 MOREIRA, M. A. Teorias de aprendizagem. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária LTDA, 1999.
 ZABALA, Antoni. A Prática Educativa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Bibliografia complementar

ESTEBAN, Maria Teresa. (org.) Escola, currículo e avaliação. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
 HOFFMANN, Jussara. Avaliação: mito e desafio. 44. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.
 SAVIANI, Demerval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2003.
 TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 14. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.
 VEIGA, Ilma Pereira.(org.). Didática: o Ensino e suas Relações. 18. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

DISCIPLINA: Fundamentos da Educação II	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h

CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
<p>Ementa: Processos de escolarização: espaços, tempos, saberes, materiais e agentes. Escola: dispositivos de inclusão e de exclusão. O educador em formação e em ação: acesso, controle, gênero, pauperização, valorização e interatividade.</p>	

Conteúdos

UNIDADE I – Processos de escolarização

UNIDADE II - O espaço escolar: limites e possibilidades

UNIDADE III – O Educador em formação e ação

Bibliografia básica

ARANHA, Maria Lúcia. História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MANACORDA, Mario. História da Educação: Da antiguidade aos nossos dias. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PONCE, Antônio. Educação e Luta de Classes. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia complementar

CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org). Culturas, saberes e práticas: Memórias e Histórias da Educação Profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011.

GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Ática, 2011. SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 18.ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 3. Ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2011.

DISCIPLINA: Relações Étnico-raciais na História do Brasil	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: Educação para as relações étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem e racismo, preconceito e discriminação. Antirracismo. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e movimentos sociais. Núcleo de Estudos NEABI e legislação.	

Conteúdos

UNIDADE I – A África antes dos Europeus
 UNIDADE II – Povos nativos do Brasil e cultura indígena
 UNIDADE III - A História e cultura afro-brasileira
 UNIDADE IV - Diversidade étnico-racial e étnico-social
 UNIDADE V- Os africanos e os afrodescendentes no Brasil

Bibliografia básica

KABENGELE MUNANGA. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações. 3. ed. São Paulo: Gaudí, 2012.
 SOUZA, Marina de Mello e. África e Brasil africano. São Paulo: Ática, 2015.
 WITTMANN, Luisa Tombini. Ensino (d)e história indígena. São Paulo: Autêntica, 2015.

Bibliografia complementar

BRASIL, A presença indígena na formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
 CLARO, Regina. Olhar a África: fontes visuais para sala de aula. São Paulo: Hedra Educação, 2012.
 MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2007.
 MESGRAVIS, Laima; PINSKY, Carla Bassanezi. O Brasil que os europeus encontraram. São Paulo: Contexto, 2000. (Repensando a história).
 SILVÉRIO, Valter Roberto (Ed.). Síntese da coleção História Geral da África: século XVI ao século XX. Brasília: UNESCO, MEC, Universidade Federal de São Carlos, 2013.

DISCIPLINA: História do Brasil Império	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: Vinda da Corte para o Brasil; Independência, Constituição e crise do Império, a crise da ordem escravocrata e a passagem do Império à República.	

Conteúdos

UNIDADE I – A corte no Brasil
 UNIDADE II – Independência
 UNIDADE III - A crise do império

UNIDADE IV - Passagem do império à república

Bibliografia básica

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste Escravista. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

SLENES, Robert. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava –Brasil sudeste, século XIX. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

Bibliografia complementar

MATTOSO, Kátia. Ser escravo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MELLO, Evaldo Cabral de. O norte agrário e o império, 1871-1889, Rio de Janeiro/Brasília, Nova Fronteira/INL, 1984.

DISCIPLINA: História da América II	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
<p>Ementa: Os séculos XIX e XX: estruturas políticas, econômicas e sociais da América Latina; aspectos culturais na América Latina. Questões atuais da América Latina: economia e sociedade; Poder e Estado na atualidade latino-americana; cultura e religião; a América Latina no processo de globalização; os organismos internacionais e novos rumos da América Latina.</p>	

Conteúdos

UNIDADE I – Os séculos XIX e XX: estruturas políticas, econômicas e sociais da América Latina

UNIDADE II – Elementos culturais da América Latina

UNIDADE III - América Latina na atualidade

UNIDADE IV - Organização de Poder e Estado na América Latina

Bibliografia básica

BRADING, D.A. A Espanha dos Bourbons e o seu império americano; In Leslie Bethell (org.) História da América Latina, vol. I p. 391-446.

DONGHI, Tulio Halpering. Historia da America Latina 3 – Reforma y disolución de los imperios ibéricos, 1750-1850, p. 206-310.

GOLDMAN, Noemí & SALVATORE, Ricardo (comp.) Caudilhismos rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires, Editorial UBA, 1998, p. 7-82.

Bibliografia complementar

GUERRA, François-Xavier. La desintegración de la monarquía hispánica. Revolución de Independencia (cap. 7), in op. cit. p. 195-227.

LYNCH, John. As origens da independência da América Espanhola ;In História da América Latina (org. Leslie Bethell), vol. III, São Paulo, Edusp, 2001.

DISCIPLINA: História Moderna II	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
<p>Ementa: O processo de formação da modernidade no Oriente Próximo. A formação, a expansão e a crise do Estado Islâmico nas Idades Média e Moderna. Formação, características e crise do Império Otomano. As relações entre o mundo islâmico e o Ocidente.</p>	

Conteúdos

UNIDADE I – O processo de formação da modernidade no Oriente Próximo.

UNIDADE II – A formação, a expansão e a crise do Estado Islâmico nas Idades Média e Moderna.

UNIDADE III - Formação, características e crise do Império Otomano.

UNIDADE IV - As relações entre o mundo islâmico e o Ocidente.

Bibliografia básica

BETHENCOURT, Francisco. História das Inquisições. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1994.

BURKE, Peter. O Renascimento. Lisboa. Edições Texto & Grafia. 2008. BURCKHARDT, Jacob. A Civilização do Renascimento Italiano. Lisboa: Ed. Presença, 1983

GARIN, Eugénio . Medievo y Renacimiento. Madrid: Taurus, 2001.

GREEN, V.H.H. Renascimento e Reforma. A Europa entre 1450 e 1660. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

BAKHTIN, Mikhail. A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento. O Contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

BURKE, Peter. Cultura Popular na Idade Moderna. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. O Renascimento Italiano. Cultura e Sociedade na Itália. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.

_____. As Fortunas d'O Cortesão. São Paulo: Unesp, 1997.

CHAUNU, Pierre. O Tempo das Reformas. (1250-1550). II. A Reforma Protestante. Lisboa: Edições 70, 1975.

DELUMEAU, Jean. A Civilização do Renascimento. Lisboa : Editorial Estampa, 1984.

_____. História do Medo no Ocidente. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.

DAVIDSON, N. S. A Contra-Reforma . São Paulo: Martins Fontes, 1991. - (Universidade hoje).

DAVIS, Natalie Zemon. Culturas do Povo. Sociedade e Cultura no Início da França Moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. Jesuítas e Inquisidores em Goa. Lisboa: Roma Editora, 2004.

THOMAS, Keith. Religião e o Declínio da Magia. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

Bibliografia complementar

DURAND, Will. «Voltaire e o Iluminismo Francês» In: A História da Filosofia. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

HUERTAS, P; MIGUEL, Jesús de; SÁNCHEZ, Antonio. La Inquisición. Tribunal contra os delitos de fé. Madrid: Libsa, 2003.

MARCOCCI, Guisepe; PAIVA, José Pedro. História da Inquisição Portuguesa. 1536-1821. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013

SKINNER, Quentin. As Fundações do Pensamento Político Moderno. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

ELIAS, NORBERT. O Processo Civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. Vol 2.

RIBEIRO, Renato. A Etiqueta no Antigo Regime: Do Sangue à Doce Vida. São Paulo: Brasiliense. (Coleção Tudo é História.)

GINZBURG, Carlo : O queijo e os Vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

_____ : Os Andarilhos do Bem. São Paulo: Cia das Letras, 1988

DISCIPLINA: Introdução à Sociologia	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: O campo do conhecimento sociológico: objetivos, problemas e abordagens. O desenvolvimento inicial da Sociologia e as principais tradições intelectuais do século XX: positivismo, historicismo e marxismo. Perspectivas da sociologia contemporânea.	

Conteúdos

UNIDADE I – O campo do conhecimento sociológico: objetivos, problemas e abordagens.

UNIDADE II – A origem e desenvolvimento da sociologia

UNIDADE III - Concepções teóricas da sociologia no século XX

UNIDADE IV - Sociologia e contemporaneidade

Bibliografia básica

BERGER, P. Perspectivas Sociológicas – uma visão humanística. Petrópolis, Ed. Vozes, 1972.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Difel / Bertrand Brasil, 1989. DURKHEIM, E. A Divisão Social do Trabalho, prefácio à segunda edição.

ELIAS, N. A Sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

MARX, K. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo, Ed. Global, 7ed, 1988. O Capital – Vol. III. Divisão do Trabalho e Manufatura. Rio de Janeiro, Ed. Civilização, p. 382-406.

MAX WEBER, A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo, São Paulo: Pioneira, 1967, Introdução p. 1 – 15.

Bibliografia complementar

BEGER, P. e BERGER, B. Socialização: como ser um membro da sociedade In Sociologia e sociedade leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro/São Paulo, Ed. Livros Técnicos e Científicos, 1977.

HOBSBAWN, E. A Era das Revoluções – A revolução Industrial. Rio de Janeiro, Ed. Paz e terra, 1981.

MILLS, W. O artesanato sociológico In A imaginação Sociológica. Campinas, Ed. Papyrus, 1995.

NISBET, R. La Formación del Pensamiento Sociológico. Buenos Aires, Amorrotu, 1990. Estrada para a riqueza – Que eventos permitiram o crescimento econômico dos últimos 250 anos? – Gazeta Mercantil, 15/16 de Janeiro de 2000. (tradução The Economist)

DISCIPLINA: História Contemporânea I	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
<p>Ementa: Transformações estruturais do Estado moderno; revoluções no século XVIII e XIX; expansão e crise da sociedade liberal; Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa e Fascismo. O mundo contemporâneo: mudanças, crises e revoluções; conflitos e perspectivas recentes.</p>	

Conteúdos

UNIDADE I – Transformações estruturais do Estado moderno

UNIDADE II – Revoluções no século XVIII e XIX

UNIDADE III - Expansão e crise da sociedade liberal

UNIDADE IV - Primeira Guerra Mundial e desdobramentos posteriores

Bibliografia básica

HOBSBAWN, Eric. A era das revoluções. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
 HOBSBAWN, Eric. A era do capital. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988. HOBSBAWN, Eric. A era dos impérios. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989. HOBSBAWN, Eric. A era dos extremos: O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
 REMOND, René. O século XIX. 1815-1914. São Paulo: Editora Cultrix, 1990.

Bibliografia complementar

BERGERON, Louis; FURET, François; e KOSELLECK, Reinhart. La época de las revoluciones europeas 1780-1848. 3.ª edição. México: Siglo Veintiuno, 1979. BRESCIANI, Maria Stela M. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. 5.ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é História, n.º 52). DOYLE, William. O Antigo Regime. São Paulo: Editora Ática, 1991.
 DUROSELLE, J. B. A Europa de 1815 aos nossos dias. Vida política e relações internacionais. São Paulo: Editora Pioneira, 1976.
 FURET, François. Marx e a Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1989.
 GONZÁLEZ, Horácio. A Comuna de Paris: Os assaltantes do céu. 2.ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
 HILL, Christopher. A Revolução Inglesa de 1640. 3.ª edição. Lisboa: Editora Presença, 1985.
 HOBSBAWN, Eric. As origens da Revolução Industrial. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1985.
 HOBSBAWN, Eric. Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
 HOBSBAWN, Eric. Nações e nacionalismos. 2.ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998.
 HOBSBAWN, Eric. Revolucionários. 2.ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985. (Coleção Pensamento Crítico).
 HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. A invenção das tradições. 2.ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

LENIN, Wladimir Ilich. O imperialismo: fase superior do capitalismo. 3.^a edição. São Paulo: Editora Global, 1985.

LENIN, Wladimir Ilich. O que é Marxismo. Porto Alegre: Editora Movimento, 1980.

MALATESTA e Outros. O Anarquismo e a Democracia Burguesa. São Paulo: Global, 1980.

MARX, Karl. As lutas de classes em França de 1848 a 1850. In: MARX/ENGELS. In: "Obras escolhidas". Tomo I. Lisboa: Edições Avante!, 1982.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Louis Bonaparte. In: MARX/ENGELS. "Obras Escolhidas". Tomo I. Lisboa: Editora Avante!, 1982.

MICHELET, Jules. História da Revolução Francesa: Da queda da Bastilha

DISCIPLINA: Prática de Ensino II (Dinâmica e Organização Escolar)	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
<p>Ementa: O ambiente escolar e os sujeitos envolvidos: condições culturais, históricas e étnico-raciais, sujeitos envolvidos, possibilidades de inclusão da pessoa com deficiência, relações intrapessoais, interpessoais e interinstitucionais. Conhecendo os estudantes: avaliação diagnóstica para observar os conhecimentos e habilidades prévios. Projeto de vida e planejamento de carreira. Dinâmica de sensibilização. A prática do estágio: desafios da disciplina e da formação docente, orientações e normas para o estágio, teoria/vivência dos acadêmicos nas escolas de estágios. O cotidiano das escolas do ensino fundamental e médio: contradições e dimensões: institucional / organizacional; instrucional / pedagógica, epistemológica / histórica / filosófica, comunitária. O professor reflexivo: competências e desempenho docente; o processo de reflexão na ação; estratégia de aprendizagem: pesquisas sobre o saber-fazer docente. O Projeto Político-Pedagógico: pressupostos e a participação individual e coletiva dos professores na decisão da escola. A educação continuada de professores: formas e cenários.</p>	

Conteúdos

UNIDADE I – A compreensão do ambiente escolar

UNIDADE II – Relações intrapessoais, interpessoais, interinstitucionais

UNIDADE III – Projeto de vida

UNIDADE IV – O professor reflexivo e o fazer pedagógico

Bibliografia básica

LOPES, Alice R. C. Conhecimento escolar: ciência e cotidiano. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

MOREIRA, M. A. Teorias de aprendizagem. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária LTDA, 1999.

MOREIRA, M. A. Aprendizagem Significativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

POZZO, J. I. Teorias cognitivas da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Bibliografia complementar

COLL, C. (Org). Aprender Conteúdos e desenvolver capacidades. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SCHÖN, D. A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre, RS: Artmed, 2000.

VALENTE, J. A. e ALMEIDA, M. E. B. (org.) Formação de educadores a distância e integração de mídias. São Paulo: Editora Avercamp Ltda., 2007.

DISCIPLINA: História do Brasil República	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: A Primeira República velha e a questão dos "Estados". Coronelismo, política dos governadores e federalismo. A crise dos anos 1920. A revolução de 1930. A era Vargas e o trabalhismo. O Estado Nacional: democracia e ditadura.	

Conteúdos

UNIDADE I – A Primeira República velha e a questão dos "Estados"
 UNIDADE II – Coronelismo, política dos governadores e federalismo.
 UNIDADE III – A crise dos anos 1920.
 UNIDADE IV - A revolução de 1930.
 UNIDADE V - O Estado Nacional: democracia e ditadura.

Bibliografia básica

BELLO, José Maria. História da República. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.
 BENEVIDES, Maria Vitória. O Governo Kubitschek. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 1979.
 FAUSTO, Bóris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1995.
 FAUSTO, Bóris (Org.). História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano, 4 vols. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
 FAUSTO, Bóris. A Revolução de 1930. São Paulo: Brasiliense, 1970.
 FELIZARDO, Joaquim. História Nova da República Velha. Petrópolis: Vozes, 1980.
 FERREIRA, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. 3 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
 IGLESIAS, Francisco. Trajetória Política do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
 LÓPEZ, Luiz Roberto. História do Brasil Contemporâneo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
 LYRA, Heitor. História de Dom Pedro II, 3 vols. São Paulo: Itatiaia, 1972.
 QUEIROZ, Suely Robles de. Os Radicais da República. São Paulo: Brasiliense, 1986.
 SILVA, Hélio. O Ciclo de Vargas, 10 vols. (Vol. 7: 1934- A Constituinte). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
 SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.
 SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. São Paulo: Difel, 1982.
 STEPAN, Alfred. Os Militares na Política. Rio de Janeiro: Artenova, 1971.
 TRINDADE, Héglio. Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1979.

Bibliografia complementar

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Coleção. 3 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
 FAUSTO, Bóris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. Volumes 8 a 11. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.

DISCIPLINA: História do Rio Grande do Sul e região	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: Problemas e possibilidades da História Regional. O Rio Grande de São Pedro no século XVIII. Fronteira fluída: estruturas sociais e processos políticos.	

Conteúdos

UNIDADE I – Problemas e possibilidades da História Regional.

UNIDADE II – O Rio Grande de São Pedro no século XVIII.

UNIDADE III – Fronteira fluída: estruturas sociais e processos políticos.

Bibliografia básica

CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750). Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 1952, Tomo 2.

ISRAEL, Carolina Lopéz. As relações de Fronteira no Início do Século XVIII, a partir de um Estudo Demográfico de Rio Grande. Biblos, Universidade Federal do Rio Grande, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, 2006.

KÜHN, Fábio. Comissoli, Adriano. “Administração na América portuguesa: a expansão das fronteiras meridionais do Império” (1680-1808). Rev. Hist. (São Paulo) [online]. 2013, n.169.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). Oitava Edição, Hucitec, São Paulo, 2006.

MENZ, Maximiliano M. Entre Impérios: Formação do Rio Grande na crise do Sistema Colonial Português (1777-1822). Alameda, São Paulo, 2009.

ROSA, Otelo. A Formação do Rio Grande do Sul: Fundamentos da cultura rio-grandense. Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1957.

WEHLING, Arno, “Conjuntura Portuguesa e Ação Econômica no Rio Grande do Sul”. Comunicação apresentada à Comissão do Simpósio Comemorativo da Restauração do Rio Grande. Publicada nos Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976). Rio Grande, Volume 1, 1979.

Bibliografia complementar

FERNANDES, Valter Lenine. Colonização e comércio no Rio Grande de São Pedro (1750-1800). In: Carlos Moreno Amador ; José Luis Caño Ortigosa. (Org.). Encuentros y desencuentros. América entre dos fuegos, 1521-1821. 1ed.Santiago de Chile: Ariadna Ediciones, 2022, v. 1, p. 221-240.

GIL, Tiago. Os Infiéis Transgressores: Elites e Contrabandistas nas Fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

DISCIPLINA: Metodologia do Ensino de História	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h

Ementa: Os conceitos de Tempo, Espaço, Linearidade, Mudança, Continuidade, Relativismo, Estado e Poder e Verdade no ensino da História nos níveis fundamental e médio. O desenvolvimento cognitivo e a utilização de conceitos-chave no ensino da História nos níveis fundamental e médio. Novas tecnologias e a pesquisa na sala de aula de História.

Conteúdos

UNIDADE I – Conceitos básicos no ensino da História nos níveis fundamental e médio

UNIDADE II – O desenvolvimento cognitivo e a utilização de conceitos-chave no ensino da História nos níveis fundamental e médio.

UNIDADE III - Novas tecnologias e a pesquisa na sala de aula de História.

Bibliografia básica

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas. A vida e o trabalho do poeta e professor português António Corrêa d'Oliveira. Revista História Hoje, v. 2, nº 4, p. 149-174, 2013
BAUER, Caroline; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário. Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. Varia História, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez. 2016.

EREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei Lopes de. Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital, Revista UFMG, Belo Horizonte, v. 23, n. 1 e 2, 2016.

Bibliografia complementar

BLOCH, Marc. Apologia da História, ou, O ofício de historiador. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

PETERSEN, Sílvia; LOVATO, Bárbara. Introdução ao estudo da história: temas e textos. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

REIS, José Carlos. Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994.

SCHMIDT, Benito B. (Org.). Novas questões de Teoria e Metodologia da História e Historiografia. São Leopoldo: Oikos, 2011.

TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. Tempo, Niterói, vol. 24, n. 2, maio/ago. 2018.

DISCIPLINA: Fundamentos da Educação III	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: Profissão docente: perspectivas modernas e pós-modernas. Cultura e cotidiano escolar. Sala de aula: desafios éticos, estéticos e comunicacionais. Estudo	

sobre a relação entre as tecnologias e os processos educativos na sociedade contemporânea.

Conteúdos

UNIDADE I – Desafios da profissão docente
UNIDADE II - Cultura e cotidiano escolar
UNIDADE III - Aspectos básicos do contexto da sala de aula
UNIDADE IV – Elementos básicos do contexto virtual

Bibliografia básica

KENSKI, V. M.. Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papyrus, 2007.
LE MOS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.
SCHÖN, D. A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre, RS: Artmed, 2000.

Bibliografia complementar

LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010.
VALENTE, J. A. e ALMEIDA, M. E. B. (org.) Formação de educadores a distância e integração de mídias. São Paulo: Editora Avercamp Ltda., 2007.

DISCIPLINA: Prática de Ensino III – Métodos e Técnicas de Avaliação	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
<p>Ementa: A avaliação como prática subsidiária no contexto geral da ação educativa. Padrões e tendências da avaliação em diferentes abordagens da educação. Pressupostos epistemológicos da avaliação. O caráter multidimensional da avaliação: concepções distintas. Construção de instrumentos de avaliação. Análise de resultados visando o processo de ensino e aprendizagem.</p>	

Conteúdos

UNIDADE I – A avaliação e suas concepções
 UNIDADE II - Pressupostos epistemológicos da avaliação
 UNIDADE III - O caráter multidimensional da avaliação
 UNIDADE IV – Construção de instrumentos de avaliação.

Bibliografia básica

CANDAU, V.M.F. et al. Avaliação: revisão bibliográfica. Rio de Janeiro: PUC, 1994.
 FRANCO, M.L.P.B. Pressupostos epistemológicos da avaliação educacional. In: SOUZA, C.P. (Org.). Avaliação do rendimento escolar. Campinas,SP: Papirus, 1991. p. 13-26.
 FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
 GAMA, Z.J. Avaliação na escola de 2º grau. 2.ed. Campinas,SP: Papirus, 1997.
 GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais. In: ALVES-MAZZOTTI, A.J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método na ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.
 KHUN, T.S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1997. LIMA, A.O. Avaliação escolar: julgamento x construção. Petrópolis: Vozes, 1994. LUCKESI, C.C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1998.
 LUDKE, M.; MEDIANO, Z. Avaliação na escola de 1º grau: uma análise sociológica. Campinas,SP: Papirus, 1992.
 POPHAM, W.J. Como avaliar o ensino. Porto Alegre: Globo, 1978.
 SANTOS FILHO, J.C.. Diretrizes curriculares para a formação inicial do professor de escolas de 1.º e 2.º graus. Revista Educação e Sociedade, São Paulo, n.13, 1990.
 SILVA, Z.C; SETTE, S.S. Avaliação integrada e assistida por computador: uma proposta. Revista Tecnologia Educacional, Rio de Janeiro, v. 12, n. 105, p. 37-42, mar./jun. 1993.
 VIANNA, H. Medida da qualidade em educação: apresentação de um modelo. Revista Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, n. 2, p. 99-104, jul./dez. 1990.

Bibliografia complementar

ESTEBAN, M.T. (Org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.
 LUCKESI, C.C. Avaliação da Aprendizagem Escolar. São Paulo: Cortez, 2003.
 PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado I	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: A profissionalização do Magistério no ensino fundamental e no ensino médio. Estrutura e funcionamento da escola. Análise de livros e materiais didáticos físicos e virtuais.	

Conteúdos

UNIDADE I – A profissionalização do Magistério no ensino fundamental e no ensino médio.

UNIDADE II – Estrutura e funcionamento da escola.

UNIDADE III - Análise de livros e materiais didáticos físicos e virtuais.

Bibliografia básica

BARCA, Isabel. Aula Oficina: Do projeto à avaliação. In: BARCA, Isabel. Pensamento histórico e consciência histórica. Curitiba: W. A Editores, 2018.

CAINELLI, Marlene Rosa. A história ensinada no estágio supervisionado do curso de história: a aula expositiva como experiência narrativa. História e Ensino, Londrina, v. 15, p. 173-182, ago.2009.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e Docência. 4. ed. SP: Cortez, 2009.

SILVA, Cristiani Bereta da. Atualizando a Hidra? O estágio supervisionado e formação docente inicial em história. Educação em Revista, Belo horizonte, 2010, v. 26, n.1, p. 131-156, 2010.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

Bibliografia complementar

ANPUH. REVISTA HISTÓRIA HOJE. História 2.0: Ensino a distância sociais e recursos abertos, v. 3, n. 5, Junho/2014.

FONSECA, Selva Guimarães. Ser professor no Brasil: História oral de vida. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SELVA, Guimarães Fonseca. A constituição de saberes pedagógicos na formação inicial do professor para o ensino de História na educação básica. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlete Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2007. RÜSEN, Jörn. Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas. Tradução de Peter Horst Rautmann, et. al. Curitiba: W&A editores, 2010.

RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa. A intriga e a narrativa histórica. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2010. V.1.

DISCIPLINA: Patrimônio Cultural	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: O alargamento do conceito de patrimônio. História e patrimônio. Antropologia, cultura e patrimônio. As tendências do debate contemporâneo. Patrimônio mundial, patrimônio ambiental e patrimônio imaterial: história e legislação. Os conceitos de tangível/intangível. Os debates sobre o local e o global. Os museus hoje. As relações entre cultura, história, patrimônio e turismo no mundo atual.	

Conteúdos

UNIDADE I – O conceito de patrimônio

UNIDADE II - Patrimônio e história

UNIDADE III - Patrimônio e cultura: o local e o global

UNIDADE IV - As relações entre cultura, história, patrimônio e turismo no mundo atual.

Bibliografia básica

BOITO, Camillo. Os Restauradores. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembrança de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

BRANDI, Cesare. Teoria da restauração. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

CASTRIOTA, Leonardo Baci. Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, Sonia Rabelo de. O estado na preservação de bens culturais. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Renovar, 1991.

LEMOIS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. Coleção Primeiros Passos, V. 51. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. Restauro. Apresentação, tradução e comentários críticos por Odete Dourado. Salvador: UFBA, 1996.

Bibliografia complementar

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. Percepção do intangível: entre genealogias e apropriações do patrimônio cultural imaterial. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Editora UNESP, 2001. CURY, Isabelle. (org.). Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MINC-IPHAN, 2002.

RIEGL, Alois. El culto moderno a los monumentos. Madrid: Visor Distribuciones, 1987.

RUSKIN, John. A lâmpada da memória. Apresentação, tradução e comentários críticos por Odete Dourado. Salvador: UFBA, 1996.

DISCIPLINA: Fundamentos da Educação IV	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: Práticas escolares. Desafios educativos contemporâneos. O campo dos saberes, do cotidiano, do educando, do ambiente escolar e cultural. Multiculturalismo e diversidade cultural. Atividades de ensino-pesquisa e extensão como princípios educativos indissociáveis.	

Conteúdos

UNIDADE I – Práticas escolares e práticas educativas

UNIDADE II - O campo dos saberes

UNIDADE III – Multiculturalismo e diversidade cultural

Bibliografia básica

ALVES, Rubem. O Que é religião. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1978.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. LARAIA, Roque de Barros. O conceito antropológico de cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

MCLAREN, Peter. O multiculturalismo crítico. São Paulo: Cortez, 1997.

Bibliografia complementar

ARISTÓTELES. Poética, organon, política, constituição de Atenas. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

(Os pensadores) BENEDETTI, Mario. Poemas de otros. Buenos Aires: Alfa Argentina, 1974.

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. 12. ed. São Paulo: Ática, 2000. GALLO, Sílvio (Org.). Ética e cidadania. São Paulo: Papirus, 2002.

LIPMAN, Matthew. A filosofia vai à escola. Tradução de Maria Elice de B. Prestes ; Lucia Maria Silva Kremer. São Paulo: Summus, 1988.

(Coleção novas buscas em educação).

LINS, Daniel; PELBART, Peter Paul. Nietzsche e Deleuze: Bárbaros e civilizados. São Paulo: Annablume, 2004.

RAWLS, John. Justiça e democracia. Tradução de Catherine Audard. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os pensadores, v. 1). _____ . Princípios do direito político. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

(Os pensadores, v. 1) VERNANT, Jean-Pierre. Ambigüidade e reviravolta: sobre a estrutura enigmática de Édipo-Rei. In: _____. Mito e tragédia na Grécia Antiga. São Paulo: Perspectiva, 2002.

DISCIPLINA: História Contemporânea II	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: As revoluções industriais; estruturas do Estado nos séculos XIX e XX; sistemas sociais e estratificação no mundo contemporâneo; transformações estruturais no segundo pós-guerra.	

Conteúdos

UNIDADE I – As revoluções industriais

UNIDADE II – Estruturas do Estado nos séculos XIX e XX

UNIDADE III - Sistemas sociais e estratificação no mundo contemporâneo

UNIDADE IV - Transformações estruturais no segundo pós-guerra.

Bibliografia básica

HENIG, Ruth. As origens da Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Ática, 1991.

HENIG, Ruth. O Tratado de Versalhes. 1919-1933. São Paulo: Ática, 1991. HOBBSAWN, Eric. A Era dos Impérios. 1875-1914. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

JANOTTI, Maria de Lourdes. A Primeira Guerra – O confronto do imperialismo. São Paulo: Atual, 1998 (Col. História Geral em Documentos).

MAYER, Arno. A Força da Tradição. A persistência do antigo regime (1848-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

RODRIGUES, Luiz César. A Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Atual/ Editora da Unicamp, 1988.

BROUÉ, Pierre. União Soviética. Da revolução ao colapso. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996.

CARR, E. H. A Revolução Russa de Lênin a Stalin (1917-1929). Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CARR, E. H. A Revolução Bolchevique. 3 Vols. Porto: Edições Afrontamento, 1977.

DEUTSCHER, Isaac. O significado da Revolução Russa. In: LOPES, Juarez (org.). Deustcher. São Paulo: Editora Ática, 1988.

FERRO, Marc. A Revolução Russa de 1917. São Paulo: Perspectiva, 1988.

REIS, Daniel Arão. Uma Revolução Perdida. A história do socialismo soviético. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

TROTSKY, Leon. A História da Revolução Russa. 3 vols. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

ALMEIDA, Ângela. A República de Weimar e a ascensão do nazismo. Col. Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BEIGUELMAN-MESSINA, Gisele. A Guerra Civil Espanhola (1936-1939). São Paulo: Scipione, 1994.

CASANOVA, M. Espanha Abandonada. Portugal: Edições Antídoto, 1977.

GENTILI, Emílio e FELICE, Renzo de. A Itália de Mussolini e a origem do Fascismo. São Paulo: Ícone Editora, 1988.

KONDER, Leandro. Introdução ao Fascismo. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LENHARO, Alcir. Nazismo. O Triunfo da Vontade. São Paulo: Editora Ática, 1986.

Bibliografia complementar

- CROUZET, Maurice (Org.). História Geral das Civilizações. A época contemporânea. 3 vols. São Paulo: Difel, 1968.
- DUROSELLE, J. B. A Europa de 1815 aos nossos dias. Vida política e relações internacionais. São Paulo: Pioneira, 1976.
- HOBBSAWN, Eric. A Era dos Extremos. O breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LENIN, Wladimir. O Imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1982.
- MALATESTA e Outros. O Anarquismo e a Democracia Burguesa. São Paulo: Global, 1979.
- MARQUES, Adhemar, e Outros. História Contemporânea através de textos. São Paulo: Contexto, 1991.
- PROST, Antoine e VINCENT, Gerard (Orgs.). História da Vida Privada. Da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- REMOND, René. O século XX. De 1914 aos nossos dias. São Paulo: Cultrix, 1990.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- SADER, Emir. Século XX uma biografia não-autorizada. O século do Imperialismo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- THOMPSON, David. Pequena História do Mundo Contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- VINCENT, Andrew. Ideologias políticas modernas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: Aspectos da Língua de Sinais e sua importância: cultura e história. Identidade surda. Introdução aos aspectos linguísticos na Língua Brasileira de Sinais: fonologia, morfologia, sintaxe. Noções básicas de escrita de sinais.	

Conteúdos

- UNIDADE I – Conceituação da Língua de Sinais
- UNIDADE II - Caracterização da Língua de Sinais
- UNIDADE III – Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais
- UNIDADE IV - Noções básicas de escrita de sinais

Bibliografia básica

- BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Língua Brasileira de Sinais. Brasília: SEESP, 1997.
- BRITO, Lucinda F. Integração Social e Educação de Surdos. Rio de Janeiro: Babel Ed., 1993.
- FERREIRA, L. Legislação e a Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Ferreira e Bergoncci Consultoria e Publicações, 2003
- QUADROS, Ronice M. de. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- SACKS, Oliver. Vendo Vozes. Uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Bibliografia complementar

- BRITO, Lucinda F. Integração Social e Educação de Surdos. Rio de Janeiro: Babel Ed., 1993.

DISCIPLINA: Seminário de Pesquisa em Ensino de História I	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: Seminário de cunho prático versando sobre temas a serem definidos em conjunto com os estudantes atendendo às necessidades e contextualização histórica e local, dentre os desafios da educação contemporânea. Atividades de pesquisa e organização de informações. Preparação do seminário. Apresentação do seminário, uso de mídias digitais, redes sociais e demais TDICs. Organização de seminário presencial, virtual e híbrido.	

Conteúdos

UNIDADE I – Concepção pedagógica de seminário

UNIDADE II – Aplicação da proposta de seminário

UNIDADE III - Seminário em diferentes formas de ensino

Bibliografia básica

BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

CAIMI, Flávia Eloísa. *Conversas e controvérsias – o ensino de história no Brasil (1980-1998)*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2001.

CANDAU, Vera Maria (org.). *Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FAZENDA, Ivani (org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 2006.

FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1998.

HISTÓRIA & ENSINO. Revista do Laboratório de Ensino de História. Londrina, Pr., v. 9. out. 2005.

RIOS, Kênia Sousa; FILHO, João Ernani Furtado (orgs.). *Em tempo: história, memória, educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido*. São Paulo: Papirus, SP, 2007.

ZAMBONI, Ernesta (org.). *Digressões sobre o ensino de História: memória, história oral e razão histórica*. Itajaí, SC: Maria do Cais, 2008.

Bibliografia complementar

ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p. 5-20. (disponível *on line* – página da disciplina no moodle).

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In PINSKY, Carla (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 57-96.

BITTENCOURT, Circe. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25-26, set. 92/ago. 93, p. 193-221.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

CAIMI, Flávia. Novas conversas e antigas controvérsias: um olhar sobre a historiografia do ensino de História. In OLIVEIRA, Margarida; CAINELLI, Marlene; OLIVEIRA, Almir (orgs.). *Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços*. Natal: EDFURN, 2008, p. 127-135.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papyrus, 1993.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. *História & Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 37-71.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set. 92/ago. 93, p. 143-162.

SILVA, Marcos e FONSECA, Selma. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2010, vol 30, nº 60, p. 13-33.

(ZAMBONI, Ernesta. Caminhos percorridos e Outros ... A descobrir e a percorrer. *História e Ensino*. Londrina, v. 5, p. 39-50, ago. 2009.

DISCIPLINA: Metodologia da Pesquisa Histórica	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: A pesquisa em história; métodos e procedimentos da pesquisa histórica; os passos da pesquisa (seleção e delimitação do tema; elaboração de recorte cronológico; delimitação e construção do problema de pesquisa; escolha e definição das fontes de pesquisa); tipologias documentais, possibilidades e procedimentos de análise; construção da(s) hipótese(s) ou problemática da pesquisa; escolha e definição da fundamentação teórica.	

Conteúdos

UNIDADE I – A pesquisa histórica: métodos e fundamentos

UNIDADE II – Diferentes aportes teórico-metodológicos da pesquisa histórica

UNIDADE III - Tipologias documentais, possibilidades e procedimentos de análise

UNIDADE IV - Escolha e definição da fundamentação teórica.

Bibliografia básica

Anderson, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

Burke, Peter. *O que é história cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008. Cevasco, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

Cardoso, Ciro F.; Vainfas, Ronaldo (organizadores). *Domínios da História; ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Eagleton, Terry. *A idéia de cultura*. São Paulo: UNESP, 2005.

Fontana, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc, 1998. Ginzburg, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais; morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Jameson, Frederic. *Modernidade Singular*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Jameson, Frederic. Pós-Modernismo; lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

Jasmim, Marcelo G. e Feres JR., João. (orgs.) História dos conceitos: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Ed. Loyola, IUPERJ, 2006.

Martins, Estevão de Rezende (org.). A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

Martins, William de Souza; Sanglard, Gisele (orgs.). História Cultural: ensaios sobre linguagens, identidades e práticas de poder. Rio de Janeiro, Apicuri, 2010.

Novais, Fernando A.; Silva, Rogerio Forastieri da (orgs.). Nova história em perspectiva. Vol. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

Pinsky, Carla Bassanezi; Luca, Tania Regina de (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

Bibliografia complementar

Anderson, Perry. A crise do marxismo; introdução a um debate contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Cardoso, Ciro F.; Vainfas, Ronaldo (organizadores). Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Eagleton, Terry. As ilusões do Pós-Moderno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998. Falcon, Francisco José Calazans. Estudos de teoria da história e historiografia. Volume I: teoria da história. São Paulo: Hucitec, 2011.

Fontana, Josep. A história dos homens. Bauru: Edusc, 2004.

Hobsbawm, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Malerba, Jurandir (organizador). A história escrita; teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

Salomon, Marlon (org.). História, verdade e tempo. Chapecó: Argos, 2011 Thompson, E. P. A miséria da teoria; ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Thomson, E. P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Williams, Raymond. Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Williams, Raymond. Palavras-Chave; um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado II	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: Planejamento e procedimentos metodológicos para a prática. Propostas de atividades docentes com identificação das concepções de História predominantes. Observação e co-participação. Relatório.	

Conteúdos

UNIDADE I – Planejamento e procedimentos metodológicos para a prática.

UNIDADE II – Propostas de atividades docentes com identificação das concepções de História predominantes.

UNIDADE III - Observação e co-participação. Relatório.

Bibliografia básica

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. História. In: KUENZER, Acacia Zeneida (Org.). Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004, p. 203-231.

MONTELLATO, Andréa; CABRINI, Conceição. A história como uma janela para o mundo. Revista de História da Biblioteca Nacional, setembro de 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tania Braga. O trabalho histórico na sala de aula. História & Ensino, v. 9, out. 2003, p. 223-241.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tania Braga. A formação da consciência história de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. Cadernos Cedes, vol. 25, n. 67, set./dez. 2005, p. 297-308.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. O ensino de história fora da sala de aula. In: Ensinar História. São Paulo: Scipione, 2010, p. 149-160.

DELGADO, Andréa F.; SILVA, Mônica M.; SILVA NETA, Segismunda S. Projeto de Ensino de História do Cepae: itinerários para a prática pedagógica. Solta a Voz, vol. 20, n. 2, p. 249-271.

Bibliografia complementar

LOPES, Alice Ribeiro. Conhecimento Escolar: Interrelação com conhecimento científico e cotidiano. Contexto & Educação, Ijuí, v. 11, n. 45, p. 40-59, jan/ mar, 1997b.

LOPES, Alice Ribeiro. Conhecimento escolar: Processo de seleção cultural e mediação didática. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 1, n. 22, p. 95–111, jan/jun. 1997.

DISCIPLINA: Prática Extensionista em Ciências Humanas II: Estudos Afro-brasileiros e Indígenas	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: Continuidade da orientação para atividades de cunho prático e ativo a serem construídas em conjunto com os discentes, envolvendo-os no processo de construção de ações em conjunto com a comunidade local, atendendo às demandas. Projeto extensionista. Execução. Avaliação. Relatório. Exposição dos resultados à comunidade.	

Conteúdos

UNIDADE I – Projeto extensionista de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas

UNIDADE II - Planejamento, execução e avaliação

UNIDADE III – Divulgação de ações extensionistas

Bibliografia básica

COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. Quebrando preconceitos: Subsídios para Ensino das Culturas e História dos povos Indígenas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced, 2014. 110p. : il. (Série Traçados, v. 3).

FERREIRA, Cléa Maria da Silva. Formação de professores à luz da história e cultura afro-brasileira e africana: nova tendência, novos desafios para uma prática reflexiva. In: Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa, São Paulo, ano 3, n. 5, 2008.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: Usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1988.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos; ANGATU, Casé. “histórias e culturas indígenas”- alguns Desafios no ensino e na aplicação da lei 11.645/2008: de qual história e cultura Indígena estamos mesmo falando?. In: História e Perspectivas, 53, Uberlândia, p. 179 a 209, jan/jun de 2015.

SILVA e, Petrolina Beatriz Gonçalves. Balanço dos dez anos da Lei 10.639/2003. In: Revista Interfaces de Saberes. v. 13, n. 1. 2013. p. 1-13.

Bibliografia complementar

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ILIFFE, John. Os africanos. História de um continente, Lisboa: Terramar, 1999.

KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra. Portugal: Publicações Europa-América, 1972. (2V)

DISCIPLINA: Prática Extensionista em Ciências Humanas III: Gênero e Diversidade Sexual	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: Projeto de prática extensionista. Participação da comunidade no processo de planejamento e execução. Concepção de projeto a partir das necessidades sociais e locais.	

Conteúdos

UNIDADE I – Projeto de prática extensionista: Gênero e Diversidade Sexual

UNIDADE II – Participação da comunidade no processo de planejamento e execução.

UNIDADE III - Concepção de projeto a partir das necessidades sociais e locais.

Bibliografia básica

LGBTQIA+

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. *BOLETIM No 03/2020: Assassinatos contra travestis e transexuais em 2020.* 2020a. <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/06/boletim-3-2020-assassinatos-antra.pdf>.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. *Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia.* Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.* Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2015.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Do movimento homossexual ao LGBTQ.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TEDESCO, Caio de Souza. *“Nós somos complexos”: historiografia queer na contemporaneidade – uma análise da operação historiográfica no National Museum: LGBTQ History and Culture.* Monografia (Licenciatura em História), Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Outras histórias de Clio: escrita da história e homossexualidades no Brasil. In: NETO, Miguel Rodrigues de Souza; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (orgs). *História & Teoria Queer.* Salvador: Devires. 2017. p. 123-142.

Mulheres

DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997.

MARCILIO, M. Luiza. . *Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil.* São Paulo: CEDHAL-CEHILA_ Ed. Loyola, 1993.

NOVAIS, Fernando A. (coord.). *História da vida privada no Brasil.* v.1, v.2, v.3, v.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. *Nova história das mulheres no Brasil.* São Paulo: Editora Contexto: 2012.

SAFIOTTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.* 3.ed. São Paulo: Expressão Popular: 2013.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Rev. Estud. Fem.* [online], v.12, n.2, p. 35-50, 2004. SCHUMAHER, Maria Aparecida (Schuma); BRAZIL, Erico Teixeira. *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade.* Rio de Janeiro: Zahar, 2000. SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana M. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. In: *Revista Brasileira de História*, n.54, v. 27. 2007.

VIEIRA, R.S.C. O trabalho (das mulheres) nas Constituições: de 1891 a 1988. In: SOUTO MAIOR, J.L.; MACHADO, G.S.S.; YAMAMOTO, P.C. (coord.). *O Mito: 70 anos da CLT: um estudo preliminar.* São Paulo: Ltr, 2015. p. 188-193.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. *Tempos e memórias: movimento feminista no Brasil.* Brasília: Secretaria de Políticas para as mulheres, 2010.

Bibliografia complementar

ALGRANTI, Leila M. *Honradas e devotas: mulheres da Colônia.* São Paulo: José Olympio, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, 20 (2), jul-dez 1995.

DISCIPLINA: História da África	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]

CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: A disciplina de História da África será trabalhada com foco nos seguintes temas: o estágio da disciplina de História da África na Educação Básica e no Ensino Superior; o uso de nomenclaturas e conceitos para o estudo de história da África e fontes para o estudo da História da África; construção e revisão das teorias racistas, evolucionistas e eurocêntricas elaboradas sobre os africanos; diversidades e especificidades que recobrem o continente e suas múltiplas configurações sociais, políticas, econômicas, culturais e geográficas; a presença muçulmana e europeia no continente; as interseções entre Brasil e África.	

Conteúdos

UNIDADE I – História da África

UNIDADE II – História da África; construção e revisão das teorias racistas

UNIDADE III - Diversidade cultural

UNIDADE IV - Interseções entre Brasil e África.

Bibliografia básica

FLORENTINO, Manolo. Em costas negras. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
 LOVEJOY, Paul. A escravidão na África: uma história de suas transformações. São Paulo: Civ. Brasileira, 2002.

M'BOKOLO, Elikia. África Negra: história e civilizações. Lisboa: Vulgata, 2003. PRICE, Richard. "O Milagre da criouliização: retrospectiva". Estudos afro-asiáticos, 2003, vol.25, no.3, p.383-419.

SILVA, Alberto da Costa e. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992.

THORNTON, John. A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800). Niterói: Campus, 2003.

Bibliografia complementar

HEYWOOD, Linda M. Diáspora negra no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008. ISSACMAN, Allen e ISAACMAN, Bárbara. Escravos, Escravagistas, Guerreiros e Caçadores. Maputo: Ciedima, 2004.

SILVA, Alberto da Costa e. A manilha e o libambo. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; 2000 . Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: UFRJ, 2003.

SOUZA, Marina de Mello. Reis Negros no Brasil escravista. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso II	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: Desenvolvimento do projeto de Trabalho Final de Curso, sob supervisão do professor orientador.	

Conteúdos

UNIDADE I – Desenvolvimento do projeto

UNIDADE II - Orientação e supervisão

UNIDADE III - Execução e apresentação

Bibliografia básica

- ARENDE, H. Entre o Passado e o Futuro. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- ARIES, Philippe. O tempo da história. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. ARÓSTEGUI, Julio. A pesquisa histórica. Teoria e método. Tradução de André Dore. Bauru/SP: Edusc, 2006.
- BAETS, Antoon de. Uma teoria do abuso da História. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 33, nº 65, p. 17-60 – 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v33n65/02.pdf>.
- BARROS, José D'Assunção. História das ideias. Em torno de um domínio Historiográfico. In: Locus Revista de história: Juiz de Fora, v.13, n.1, 2007, pág. 199-209.
- BEAUD, Michael. A arte da tese: como redigir uma tese de mestrado ou de doutorado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1996.
- BLOCH, Marc. Apologia da história, ou, o ofício de historiador. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre e CHARTIER, Roger. O sociólogo e o historiador. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- BRANCHER, Ana e AREND, Sílvia (org.). História de Santa Catarina no século XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- BRANCHER, Ana e AREND, Sílvia.(org.). História de Santa Catarina nos séculos XVI a XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
- BRANCHER, Ana (org.). História de Santa Catarina: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.
- BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais. Presença. Lisboa. 1990. CAIRE-JABINET, Marie-Paule. A História em questão: os grandes debates do século XX. In: _____ Introdução à historiografia. Tradução Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 111-144.
- CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.) Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CAROLA, Carlos Renato; WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da. A historiografia de Santa Catarina: olhares sobre os últimos 50 anos. In: GLEZER, Raquel (Org.) Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011, p. 303-320.
- CARVALHO, Ma. O. (org.). Construindo o saber. Campinas: Papirus, 1988.
- CERTEAU, M. de. A escrita da história. Rio de Janeiro, FU, 2000.
- CHARTIER, Roger. À Beira da Falésia. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2002.
- DIEHL, Astor Antônio. A cultura historiográfica brasileira: (década de 1930 aos anos 1970). Passo Fundo: Ed. da UPF, 1999. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017162/6756>
- DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia, Revista Tempo e Argumento. Vol 4, nº1 p. 5-22, 2012. Disponível em <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005/2014>
- DROYSEN, Joahnn Gustav. Manual de Teoria da História. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.
- DUBY, G. e LARDREAU, G. Diálogos sobre a nova história. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

- DUMOULIN, O. O Papel Social do Historiador: da Cátedra ao Tribunal. Belo Horizonte, Autêntica. 2017.
- ECO, Humberto. Como se faz uma tese. Trad. Gilson de Souza. São Paulo. Perspectiva, 1989. ,
- FARGE, Arlette. Lugares para a História. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. FARGE, Arlette. O sabor do arquivo. São Paulo: Edusp, 2009.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (orgs). Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- FOUCAULT, Michel. Arqueologia do Saber. Petrópolis: Vozes, 1972.
- GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e História. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- GOMES, Ângela de Castro. “Nas Malhas do Feitiço”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 11, no. 21, pp. 121-127, 1998.
- GOMES, Ângela de Castro. (org.) Escrita de Si, escrita da História. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- (Introdução) GUILDI, J; ARMITAGE, D. Manifesto pela História. Belo Horizonte, Autêntica. 2018.
- HARTOG, f. Crer em História. Autêntica. Belo Horizonte. 2017.
- HARTOG, Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013

Bibliografia complementar

- LIMA, Henrique Espada. A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LLOYD, Christopher. As estruturas da História Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- MARTINS, Estevão de Rezende. A história pensada: teoria e método na historiografia européia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.
- NEVES, Margarida de Souza. O bordado de um tempo: a história de Esaú e Jacó. Revista Tempo Brasileiro.RJ: n.81, p.32-42, abr/jun.1985.
- PARADA, Mauricio (org.). Os historiadores clássicos da história, v. 2. Petrópolis/RJ: Vozes/PUC-Rio, 2013.
- PESQUISA SOCIAL. Teoria, método e criatividade. (Organizado por Maria Cecília de Souza Minayo, Suely Ferreira Deslands, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes.). 16ª edição; Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1994
- PINZKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009. _____ (org). Fontes Históricas. SP: Contexto, 2006.
- PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- RICOEUR, P. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- ROSSATO, Luciana e CUNHA, Maria Teresa Santos.Vetores para uma escolha: História do Tempo Presente e as pesquisas discentes no PPGH/UDESC,Revista Tempo e Argumento, Vol 9, nº20, p.162-185, jan/abr 2017.
- RUDIO, F. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis: Vozes, 1980. RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história, os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Ed. da UnB, 2001. VEYNE, P. Como se escreve a história. Lisboa, Edições 70, 1983.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado IV	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]

CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: Prática supervisionada em classe de ensino médio. Coparticipação e prática docente (com prevalência). Execução do planejamento.	

Conteúdos

UNIDADE I – Prática supervisionada em classe de ensino médio.

UNIDADE II – Coparticipação e prática docente (com prevalência).

UNIDADE III - Execução do planejamento.

Bibliografia básica

AVANCINI, Elsa. Ensino de História no Brasil: Perspectivas e Tendências. ÁGORA, Santa Cruz do Sul, v. 4, p. 23 – 39, jan./dez. 1998.

BITTENCOURT; João Ricardo; GIRAFFA, Lucia Maria. Modelando Ambientes Virtuais de Aprendizagem Utilizando Role-Playing Games. XIV Simpósio Brasileiro de Informática na Educação. – SBIE – NCE/ UFRJ 2003.

SANTOS, Joaquim Justino Moura dos. História do Lugar: Um Método de Ensino e Pesquisa para as Escolas de Nível Médio e Fundamental. História, Ciências, Saúde . Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9(1):105-24, jan.-abr. 2002.

FERMIANO, Maria Aparecida Belintane. História e Construtivismo. Revista Educativa, Nova Odessa, v. 1, n.1, p-34-46, dez. 2004.

Bibliografia complementar

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

CARDOSO, Oldimar. Para Uma definição didática da História. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 28, nº 55, p. 153-170 - 2008.

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papyrus, 2003. História na Sala de Aula: Conceitos, práticas e propostas / Leandro Karnal, (org). São Paulo: Contexto, 2003.

DISCIPLINA: Optativa- Direitos Humanos	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h

Ementa: Estudo da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Introdução e reflexão sobre o contexto histórico-social anterior da formação da ONU e das suas consequências para a construção da DUDH. Exame de questões sobre as implicações do trabalho com educação sob a perspectiva dos Direitos Humanos nas práticas escolares.

Conteúdos

UNIDADE I – O contexto histórico da construção da Declaração Universal dos Direitos Humanos e seus artigos

UNIDADE II – O Holocausto como um exercício de reflexão sobre as práticas educacionais

Bibliografia básica

ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução José Rubens Siqueira. – São Paulo: Companhia das Letras, 1999. BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Holocausto. Tradução Marcus Penchel. – Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX. Tradução de Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Bibliografia complementar

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. Tradução de Eduardo Brandão. – 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERNANDES, Angela Viana Machado & PALUDETO, Melina Casari. Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea. Cad. Cedes, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 233-249, mai.-ago. 2010

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva / Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF : Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

DISCIPLINA: Optativa- Metodologia Científica	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: A disciplina intenta problematizar a produção do conhecimento científico, através da discussão sobre a escrita acadêmica, a produção de um projeto de pesquisa e/ou produto, as estruturas e questões formais na elaboração e, por fim, a importância de compreender por que e para que se produz pesquisa. A disciplina objetiva preparar o estudante para o Trabalho de Conclusão de Curso.	

Conteúdos

UNIDADE I – Introdução À Escrita Acadêmica

UNIDADE II – Pesquisa Acadêmica

UNIDADE III - Estrutura E Etapas Da Pesquisa E Artigo Científico

Bibliografia básica

FLICK, UWE. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M., MARCONI M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. 4.ed. São Paulo: Atlas. 2001.

Bibliografia complementar

BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

COSTA, Marisa Vorraber. Uma agenda para jovens pesquisadores. In: Costa, M.V. (org.) Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em Educação. 1.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

KOCHÊ, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2011.

MEYER, Dagmar E. Estermann ; Soares, Rosângela de F. Soares. Modos de ver e de se movimentar pelos “caminhos” da pesquisa pós-estruturalista e educação: o que podemos aprender co- e a partir de – um filme. Caminhos Investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras/ Marisa Vorraber Costa e Maria Isabel Edelweiss Bujes (org.) - Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MINAYO, M. C. de S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

3

DISCIPLINA: Optativa- Patrimônio, Turismo e História	
Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: A disciplina tem por objetivo capacitar o aluno a refletir e posicionar-se criticamente diante das apropriações do patrimônio cultural pelo turismo; a entender a construção social do conceito de patrimônio e identificar as relações de poder implícitas nos processos de produção de memórias e de esquecimentos, articulados pelas políticas de patrimônio e de turismo. Em particular, busca-se discutir a relação das políticas de patrimônio cultural imaterial e suas interfaces com o turismo, tendo por referência convenções internacionais, experiências brasileiras de salvaguarda e a análise de bens culturais imateriais passíveis de aproveitamento turístico.	

Conteúdos

UNIDADE I – Patrimônio Cultural Material, História e Turismo

UNIDADE II – Construção Social do Conceito de Patrimônio

UNIDADE III - Patrimônio Cultural Imaterial, História e Turismo

Bibliografia básica

- ARANTES, Antonio Augusto, Sobre Inventários e outros Instrumentos de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível: ensaios de antropologia pública. Anuário Antropológico/2007-2008. RJ: 2009.
- BANDUCCI JR., Álvaro e BARRETTO, Margarita (orgs.) Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica. SP: Papirus, 2001
- BARRETTO, Margarita. Turismo e Legado Cultural, SP: Papirus, 2003.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. Conceitos de Patrimônio: técnica ou ideologia? s/d Mimeo.
- CASCUDO, Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro. SP: Global Editora, 12ª edição, 2012
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos. SP: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CHOAY, Françoise (2001). A Alegoria do Patrimônio. SP: Unesp.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro (2009). Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940), RJ: Editora UFRJ.
- COSTA, Everaldo B.; BRUSADIN, Leandro B; PIRES, Maria do Carmo (orgs.) Valor Patrimonial e Turismo: limiar entre história, território e poder. SP: Outras Expressões, 2012.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O Vale do Ribeira e o Litoral de São Paulo: meio ambiente, história e população*. In: Terra Paulista: trajetórias contemporâneas. Maria Alice Setúbal (coordenação do projeto), Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- FONSECA, Maria Cecília Londres (1997). O Patrimônio em processo. RJ. Ed. UFRJ / Iphan.

Bibliografia complementar

- LEITE, Rogério Proença. Contra-Usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas – SP: Editora da UNICAMP; Aracaju, SE: Editora UFS, 2004.
- LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. SP: Brasiliense, 1985 (cap. “Patrimônio Cultural” – p.7-10 e “Dos Artefatos” p. 11-23)
- LIMA, Flaviana Barreto. O Patrimônio Cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010
- MARINS, Paulo César Garcez. *Trajelórias de Preservação do Patrimônio Cultural Paulista*. In: Terra Paulista: trajetórias contemporâneas. Maria Alice Setúbal (coordenação do projeto), Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- SMITH, Neil. *A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global*. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (coord). De Volta à Cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. SP: Annablume, 2006.
- Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. 2003-2010. Ministério da Cultura.
- Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, 2003. UNESCO.

Vigência: a partir do 1º semestre	Período letivo: [conforme matriz]
Carga horária total: 60h	Código: [ver sistema acadêmico]
CH Extensão: [número] h	CH Pesquisa: [número] h
CH PCC: [número] h	CH Presencial: [número] h
Ementa: Ética, moral e lei. Doutrinas éticas fundamentais. Ética profissional. Legislação, legislação referente ao profissional. Ética Ambiental.	

Conteúdos

UNIDADE I – Conceituação – Ética, moral e lei.

UNIDADE II - Relações humanas: conceituação e localização; na família, no trabalho, públicas, privadas.

UNIDADE III - Concepções de ética ao longo da história

UNIDADE IV – Ética aplicada: ética profissional, ética ambiental, bioética, ética em pesquisa, ética e historiografia

Bibliografia básica

ELIZZOLI, M. Correntes da Ética Ambiental. Vozes, 2003

KUNG, H. Uma ética global para a política e economia mundiais. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

NALINI, Renato. Ética Ambiental. Imprensa: São Paulo, Rev. dos Tribunais, 2015.

OLIVEIRA, M. Correntes Fundamentais da Ética Contemporânea. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

VÁZQUEZ, A. S. Ética. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

Bibliografia complementar

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. 12. ed. São Paulo: Ática, 2000. GALLO, Sílvio (Org.). Ética e cidadania. São Paulo: Papirus, 2002.

LIPMAN, Matthew. A filosofia vai à escola. Tradução de Maria Elice de B. Prestes ; Lucia Maria Silva Kremer. São Paulo: Summus, 1988.

(Coleção novas buscas em educação).

LINS, Daniel; PELBART, Peter Paul. Nietzsche e Deleuze: Bárbaros e civilizados. São Paulo: Annablume, 2004.

Regulamento de Estágio Profissional Supervisionado

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
Câmpus Sapiranga

Curso Superior de Licenciatura em História

REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO

Fixa normas para as Atividades de Estágio Obrigatório no Curso de **Licenciatura em História** do Câmpus **Sapiranga**, regido pela Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 e pela Resolução nº 80/2014 do Conselho Superior do IFSul.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O estágio é ato educativo que integra a proposta do projeto pedagógico do curso, devendo ser planejado, executado e avaliado em conformidade com o Regulamento de Estágio do IFSul.

Art. 2º O Estágio Obrigatório é considerado exigência do currículo do Curso Superior de **Licenciatura em História** e deve ser cumprido, no período letivo previsto na Matriz Curricular e em conformidade com a previsão do Projeto Pedagógico de Curso.

Art. 3º O Estágio Obrigatório desenvolve-se em ambiente de caráter obrigatório e será realizado em escolas da rede oficial de ensino - preferencialmente em escolas públicas -, na rede pública municipal, estadual e federal de ensino, podendo ser desenvolvido na rede privada, desde que haja a aceitação por parte da instituição do acadêmico proponente, assim como conste na proposta político-pedagógica do curso denominado Instituição Concedente.

Art. 4º Para realização do Estágio, o aluno deverá estar regularmente matriculado e frequentando o semestre onde há previsão de sua efetivação.

CAPÍTULO II

DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS

Art. 5º O Estágio Obrigatório a ser desenvolvido a partir do quinto semestre do Curso de **Licenciatura em História** integra as dimensões teórico-práticas do currículo e articula de forma interdisciplinar os conteúdos das diferentes disciplinas, por meio de procedimentos de observações dos componentes curriculares, fundamentações dos planejamentos didático-pedagógicos e relatórios.

Art. 6º O Estágio Obrigatório tem por objetivos oportunizar ao futuro profissional:

I – O Estágio Curricular Supervisionado em ensino de História I: Ensino de História no Ensino Fundamental - 60 horas, sendo 30 horas práticas, assim divididas: I - 02 horas de observação no componente curricular de História (Ensino Fundamental – anos finais); II - 16 horas de regência de classe no componente de História (02 meses se forem dois períodos semanais – Ensino Fundamental – anos finais); III - 12 horas de planejamento de aula § 1º As 30 horas teóricas dizem respeito à sistematização e fundamentação dos planejamentos didático-pedagógicos e do relatório. §2º Os planos de aula devem ser elaborados a partir do programa da disciplina disponibilizado pela escola, em conjunto com o professor orientador e o professor supervisor, de modo que os componentes sejam trabalhados em perspectiva interdisciplinar, seja no estágio em sua totalidade temporal ou parcialmente, em momentos predeterminados no planejamento.

II - Estágio Curricular Supervisionado em Ensino de História II - 90 horas, sendo 45 horas práticas distribuídas da seguinte forma: I - 02 horas de observação no componente curricular de História (Ensino Fundamental – anos finais); II - 16 horas de regência em História (02 meses se forem dois períodos semanais – Ensino Fundamental – anos finais); III - 12 horas de planejamento de aula § 1º As 45 horas teóricas dizem respeito à sistematização e fundamentação dos planejamentos didático-pedagógicos e do relatório. §2º Os planos de aula devem ser elaborados a partir do programa da disciplina disponibilizado pela escola, em conjunto com o professor orientador e o professor supervisor, de modo que os componentes sejam trabalhados em perspectiva interdisciplinar, seja no estágio em sua totalidade temporal ou parcialmente, em momentos predeterminados no planejamento.

III - Estágio Curricular Supervisionado em ensino de História III - 120 horas, sendo 60 horas práticas assim distribuídas: I - 02 horas de observação no componente curricular de História (Ensino Médio); II - 02 horas de observação no componente curricular de História (Ensino Médio); III - 04 horas de observação (reuniões pedagógicas e outros componentes curriculares) IV - 16 horas de regência em História (Ensino Médio); V - 06 horas de regência em Sociologia (Ensino Médio); VI – 30 horas de planejamento; § 1º As 60 horas teóricas são designadas para o diagnóstico, sistematização e fundamentação dos planejamentos didático-pedagógicos, conexões interdisciplinares e elaboração do relatório final. § 2º Os

planos de aula devem ser elaborados a partir do programa de disciplinas disponibilizado pela escola, em conjunto com o professor orientador e o professor supervisor, de modo que os componentes sejam trabalhados em perspectiva interdisciplinar, seja no estágio em sua totalidade temporal ou parcialmente, em momentos predeterminados no planejamento.

IV- Estágio Curricular Supervisionado em ensino de História IV - 150 horas, sendo 60 horas práticas assim distribuídas: I - 02 horas de observação no componente curricular de História (Ensino Médio); II - 02 horas de observação no componente curricular de História (Ensino Médio); III - 04 horas de observação (reuniões pedagógicas e outros componentes curriculares) IV - 16 horas de regência em História (Ensino Médio); V - 06 horas de regência em Sociologia (Ensino Médio); VI – 30 horas de planejamento; § 1º As 90 horas teóricas são designadas para o diagnóstico, sistematização e fundamentação dos planejamentos didático-pedagógicos, conexões interdisciplinares e elaboração do relatório final. § 2º Os planos de aula devem ser elaborados a partir do programa de disciplinas disponibilizado pela escola, em conjunto com o professor orientador e o professor supervisor, de modo que os componentes sejam trabalhados em perspectiva interdisciplinar, seja no estágio em sua totalidade temporal ou parcialmente, em momentos predeterminados no planejamento.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA, DURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO

Art. 7º Conforme previsão do Projeto Pedagógico de Curso, o estágio obrigatório é realizado no quinto semestre, nos campos de estágio concedentes, perfazendo um total de 420 horas, distribuídas da seguinte forma: – O Estágio Curricular Supervisionado em ensino de História I: Ensino de História no Ensino Fundamental - 60 horas;

Art. 8º Para a organização prévia das atividades de estágio são previstas as seguintes providências:

I – Compete ao aluno:

- Retirar, junto ao Setor de estágio ou equivalente no Câmpus a Carta de Apresentação à Instituição Concedente, bem como a listagem de documentos a serem fornecidos à instituição acadêmica para a formalização do estágio.
- Apresentar-se à Instituição Concedente pretendida, solicitando autorização para realizar o estágio;

- Em caso de aceite, recolher os dados da Concedente para elaboração do Termo de Compromisso: Razão Social, Unidade Organizacional, CNPJ, Endereço, Bairro, Cidade, Estado, CEP, Nome do Supervisor de Estágio, Cargo, Telefone e e-mail.

II – Compete ao professor orientador de estágio:

- apresentar o presente Regulamento ao estagiário sob sua orientação;
- verificar a documentação organizada pelo estudante para a formalização do estágio, assinando os documentos necessários;
- elaborar e pactuar com o aluno o Plano de Atividades a ser desenvolvido no estágio, incluindo a especificação da modalidade de avaliação, com a expressão dos respectivos critérios.

Art. 9º São consideradas atividades de estágio:

I – Descrição das atividades típicas de estágio, indicando as respectivas etapas de planejamento e execução

CAPÍTULO IV

DA SUPERVISÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Art. 10. A orientação do Estágio é de responsabilidade do(s) professor(es) regentes do estágio, designado pelo Colegiado / Coordenadoria de curso.

Parágrafo Único: O professor responsável pelo Estágio denominar-se-á Professor Orientador.

Art. 11. São atribuições dos Professor Orientador:

I - Organizar junto com o aluno o Plano de Atividades de Estágio e submetê-lo à aprovação no Colegiado / Coordenadoria de Curso;

II - Assessorar o estagiário na identificação e seleção da bibliografia necessária ao desenvolvimento da atividade de Estágio;

II - Acompanhar e avaliar o estagiário em todas as etapas de desenvolvimento do seu trabalho, através de encontros periódicos e visitas ao local de Estágio Prever o número mínimo e periodicidade das reuniões de orientação e de visitas.

IV - Oferecer os subsídios metodológicos e orientar a produção do relatório de estágio;

V - Prever demais atribuições, conforme a natureza das atividades a serem desenvolvidas;

Art. 12. São atribuições do Professor Supervisor da Instituição/Campo de Estágio:

- I - Receber e acompanhar o comparecimento do estagiário nos dias e horários previstos na Instituição/Campo de Estágio;
- II - Informar o Professor Orientador acerca do desempenho do estagiário em suas atividades na Instituição/Campo de Estágio;
- III – Participar da avaliação das atividades de estágio dos alunos sob sua supervisão
- IV – Prever demais atribuições, conforme a natureza das atividades desenvolvidas no campo de estágio

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 13. São responsabilidades e atribuições do Estagiário:

- I - Desenvolver atividades de estágio de acordo com o Plano de Atividades elaborado e pactuado com o Professor Orientador e aprovado pelo Colegiado / Coordenadoria de Curso;
- II - Observar horários e regras estabelecidas, tanto em relação à Instituição Concedente, quanto ao estabelecido no Termo de Compromisso e Regulamento do Estágio Obrigatório;
- III - Comprometer-se com a comunidade na qual se insere e com o próprio desenvolvimento pessoal e profissional;
- IV - Respeitar, em todos os sentidos, o ambiente de estágio, as pessoas e as responsabilidades assumidas nesse contexto;
- V - Manter discrição e postura ética em relação às informações e às ações referentes à participação em atividades da Instituição Concedente;
- VI - Registrar sistematicamente as atividades desenvolvidas no campo de estágio, conforme as orientações constantes neste Regulamento;
- VII - Participar das atividades semanais de orientação e aprofundamento técnico e metodológico;
- VIII - Comparecer no local de estágio nos dias e horários previstos, cumprindo rigorosamente o Plano de Atividades;
- IX - Apresentar periodicamente os registros aos Professor Orientador, mantendo-o informado do andamento das atividades;

X - Zelar pela ética profissional, pelo patrimônio e pelo atendimento à filosofia e objetivos da Instituição Concedente;

XI - Elaborar os relatórios previstos e cumprir na íntegra o Regulamento Geral de Estágio.

XII - Prever demais atribuições, conforme a natureza das atividades desenvolvidas no campo de estágio

CAPÍTULO VI

DA ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Art. 14. O Relatório de Estágio consiste na síntese descritiva e analítico-reflexiva das experiências desenvolvidas e das aprendizagens consolidadas ao longo das atividades realizadas no Campo de Estágio;

Art. 15. O Relatório de Estágio caracteriza-se como uma produção individual a ser elaborada em conformidade com a estrutura e critérios estabelecidos neste Regulamento.

Art. 16. Constituem itens mínimos para a estruturação formal do Relatório de Estágio Obrigatório:

I - Caracterização da Instituição Concedente;

II - Preencher

Art. 17. O Relatório de Estágio é avaliado segundo os seguintes critérios:

I - Preencher

Art. 18. A apresentação pública da experiência documentada no Relatório Final de Estágio obedece ao seguinte regramento:

I - Indicar os procedimentos previstos para a apresentação do relatório, caso prevista, especificando a forma de constituição de banca (se for o caso), estruturação de seminário de apresentação entre os estudante ou outras modalidades de socialização da experiência, conforme decisão do colegiado/coordenadoria do curso

CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Art. 19. A avaliação do Estágio é de responsabilidade conjunta do Professor Orientador e do Supervisor de Estágio, a ser conduzida de acordo com o previsto na Organização Didática do IFSul, e respeitadas as normas deste Regulamento.

Art. 20. O aluno é considerado aprovado no Estágio se cumprir satisfatoriamente os seguintes aspectos:

I - Preencher

Parágrafo único. O estagiário que, na avaliação, não alcançar aprovação, deverá repetir o Estágio, não cabendo avaliação complementar ou segunda chamada.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado / Coordenadoria de Curso.

falta isso>

Regulamento das Atividades Tutoriais do Curso de Licenciatura em História???